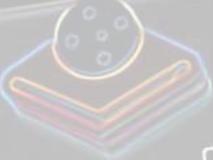


RELATÓRIO DE GESTÃO 2025

1º Semestre


fnde
Fundo Nacional de Desenvolvimento
da Educação





Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretário Executivo

Leonardo Osvaldo Barchini Rosa

Presidente do FNDE

Fernanda Mara de Oliveira M C Pacobahyba

Presidente

Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba

Chefe de Gabinete

Sylvia Cristina Toledo Gouveia

Assessora da Presidência

Juliana Isabelli Miguel Coelho

Procuradoria Federal junto ao FNDE

Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro

Auditoria Interna

Josemir Gadelha Alves

Corregedoria

Gleyson Batista de Siqueira

Ouvidoria

Carlos Alfredo Sitta Fortini

Assessoria de Comunicação

Anne Karine Bandeira Almeida

Assessoria de Relações Institucionais

Adriane Carrara Ribeiro Caram Ost

Assessoria de Cooperação Internacional

Tiago Marques Rubo

Assessoria de Governança, Estratégia e Inovação

Ana Paula Torres

Diretoria de Administração

Leilane Mendes Barradas

Diretoria Financeira

Allan Carlo Viegas Serra

Diretoria de Tecnologia e Inovação

Delson Pereira da Silva

Diretoria de Ações Educacionais

Anderson Wilson Sampaio Santos

Diretoria de Gestão Articulação e Projetos Educacionais

Márcio Augusto Roma Buzar

Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios

André Gustavo Santos Lima Carvalho

Organização

Ana Paula Torres

Mariana Lima Domingues Luz

Marianne Feijó de Lima Freire

Emerson Nunes Almeida

Boas-Vindas!

De acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 84/2020, referentes à Decisão Normativa TCU nº 198/2022, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) apresenta o seu Relatório de Gestão referente ao exercício de 2025, em formato de relato integrado, com o objetivo de permitir à sociedade e aos órgãos de controle interno e externo avaliar como a Autarquia aplica os recursos públicos na implementação de políticas educacionais, assegurando a efetividade e a transparência de suas ações.

O relato integrado do FNDE está assim estruturado:

- 1. Governança do FNDE** – apresenta a identificação do FNDE como unidade prestadora de contas e sua estrutura organizacional, a análise do cenário institucional, bem como a forma como a Autarquia enfrenta seus desafios com base no planejamento estratégico, na governança, na gestão de riscos e nos controles internos.
- 2. Desempenho da Gestão** – expõe os resultados alcançados no período em relação à missão institucional e aos objetivos definidos no Plano Estratégico FNDE 2023-2027, além de informações sobre áreas específicas da gestão, evidenciando a contribuição da Autarquia para o fortalecimento da educação pública no Brasil.

Boa leitura!

Mensagem da Presidente

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), tem se destacado como um dos principais executores das políticas públicas de educação básica no Brasil.

Com um orçamento de cerca de R\$ 107,7 bilhões em 2025, o FNDE é responsável por atender estados, municípios e o Distrito Federal com programas que vão da alimentação escolar à infraestrutura educacional, impactando milhões de estudantes em todo o país.



Este Relatório de Gestão 2025 tem como propósito consolidar e apresentar, com transparência, os resultados, indicadores e dados das principais ações e programas executados pelo FNDE ao longo do ano. A publicação busca garantir à sociedade acesso claro, direto e confiável às informações sobre a execução das políticas educacionais, fortalecendo a cultura de prestação de contas e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

Inovação e Modernização na Gestão Educacional

Em 2025, o FNDE fortaleceu sua capacidade de gestão com ações estruturantes e foco na entrega de resultados concretos à sociedade. A ampliação do programa FNDE Chegando Junto, com novas edições no Maranhão e em Roraima, consolidou-se como estratégia essencial para apoiar gestores locais, resolver pendências históricas e ampliar o acesso aos programas da Autarquia nas regiões mais vulneráveis.

A Política de Monitoramento e Avaliação, por sua vez, assegurou o acompanhamento sistemático das iniciativas, promovendo decisões baseadas em evidências e maior eficiência no uso dos recursos públicos.

Também se destacam a instituição da Política de Governança Institucional (Portaria nº 323/2025), a reativação da Comissão de Ética com campanhas educativas contínuas, a criação do Manual de Governança, e o avanço na Política de Gestão de Riscos e na constituição dos Comitês Temáticos, reforçando o compromisso do FNDE com integridade, transparência e excelência na gestão pública.

Gestão de Obras e Infraestrutura Educacional

Em 2025, o FNDE avançou de forma expressiva na gestão de obras educacionais, com a aprovação de 2.380 novas obras e a conclusão de 394 até o momento, reforçando o compromisso com a retomada da infraestrutura escolar em todo o país.

Com destaque para o Novo PAC, essas entregas demonstram impacto nacional, contribuindo diretamente para a redução do número de obras paralisadas ou inacabadas e garantindo ambientes mais adequados à aprendizagem e ao desenvolvimento de milhões de estudantes brasileiros.

Inovações Tecnológicas e Modernização da Gestão

O FNDE ampliou significativamente seus investimentos em inovação tecnológica, promovendo uma gestão mais ágil, segura e integrada. A modernização de sistemas como SIGARP e SIOPE, aliada à adoção de ferramentas como o SEI 4.0, o SOUFNDE (nova Intranet) e o Palantir Foundry para aprimorar a análise de dados do PNATE, fortaleceu a infraestrutura digital da Autarquia.

A implementação dos sistemas SIMAV (Sistema de Monitoramento do FNDE) e SIGEM (Sistema Gerencial de Emendas em Educação) representou um salto estratégico no monitoramento de programas e na gestão de emendas, aumentando a capacidade institucional de acompanhamento, controle e tomada de decisão baseada em evidências.

Desafios e Projetos para 2026

Para 2026, o FNDE seguirá avançando na consolidação de uma gestão pública cada vez mais estratégica, digital e voltada para resultados.

Entre os principais desafios, está o fortalecimento da implementação plena dos sistemas SIMAV e SIGEM, garantindo maior integração, rastreabilidade e inteligência na execução de programas e na gestão de emendas.

A ampliação do programa FNDE Chegando Junto, com novas edições em estados prioritários, seguirá como instrumento fundamental de apoio técnico e resolução de passivos locais.

No campo da infraestrutura educacional, o foco estará na execução das obras do Novo PAC, com atenção especial à finalização de obras iniciadas em anos anteriores.

Além disso, o FNDE continuará investindo em modernização tecnológica, com ênfase na melhoria contínua dos sistemas já implementados, no aperfeiçoamento da governança digital e na capacitação dos servidores, consolidando um modelo de gestão público-inovador, transparente e centrado na entrega de valor à sociedade.

Fernanda Pacobahyba

Presidente do FNDE

Sumário

Visão Geral -----	8
Governança Pública -----	16
Desempenho da Gestão -----	66
Áreas de Suportes -----	66
Áreas Finalísticas -----	114
Rol de Responsáveis -----	166

Visão Geral

O que é o FNDE?

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi instituído pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, com alterações posteriores pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969. Autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), o FNDE tem como finalidade captar e gerir recursos financeiros destinados ao financiamento de programas e projetos educacionais nas áreas de ensino, pesquisa, alimentação escolar, bolsas de estudo e outras ações, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Nos últimos anos, a Autarquia ampliou significativamente seu escopo de atuação, assumindo novas responsabilidades decorrentes de dispositivos constitucionais e legais, além de reforçar seu compromisso com a efetivação das políticas públicas educacionais, a melhoria dos indicadores de aprendizagem e a promoção do acesso e permanência de estudantes em uma educação de qualidade e com caráter universal.

Para alcançar os objetivos e metas da política educacional brasileira, o FNDE investe continuamente na melhoria de seus processos internos, buscando excelência na execução de programas, projetos e ações. Esse compromisso se reflete no aperfeiçoamento das competências institucionais e no alinhamento aos direcionadores estratégicos que norteiam sua atuação.

Estrutura Organizacional

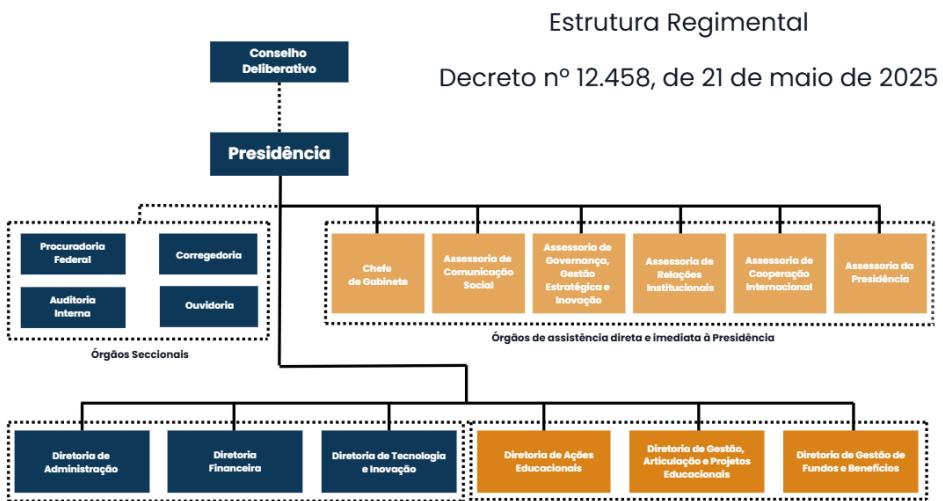
As competências institucionais e a estrutura organizacional do FNDE estão definidas em seu Decreto regimental e detalhadas na Portaria que aprova o Regimento Interno da Autarquia.

I – órgão colegiado: Conselho Deliberativo;

II – órgão de assistência direta e imediata ao Presidente do FNDE: Gabinete;

III – órgãos seccionais: a) Procuradoria Federal; b) Auditoria Interna; c) Corregedoria; d) Ouvidoria; e) Diretoria de Administração; f) Diretoria de Tecnologia e Inovação; e g) Diretoria Financeira.

IV – órgãos específicos singulares: a) Diretoria de Ações Educacionais; b) Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais; e c) Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios.



Órgãos de assistência direta e imediata ao Presidente do FNDE

- Chefe de Gabinete;
- Divisão de Apoio Administrativo (Diapo);
- Assessoria de Comunicação Social (Ascom);
- Assessoria de Governança, Gestão Estratégica e Inovação (Agest);
- Assessoria de Relações Institucionais (Asrel);
- Assessoria de Cooperação Internacional (Ascop);
- Assessoria da Presidência.

Compete aos órgãos de assistência direta e imediata à Presidência do FNDE, entre outras atribuições, prestar apoio ao Presidente em sua representação política e social, cuidar das relações públicas, preparar e despachar seu expediente pessoal, acompanhar a tramitação de projetos de interesse da Autarquia no Congresso Nacional e atender às consultas e requerimentos encaminhados pelo Ministro de Estado da Educação relacionados ao Poder Legislativo.

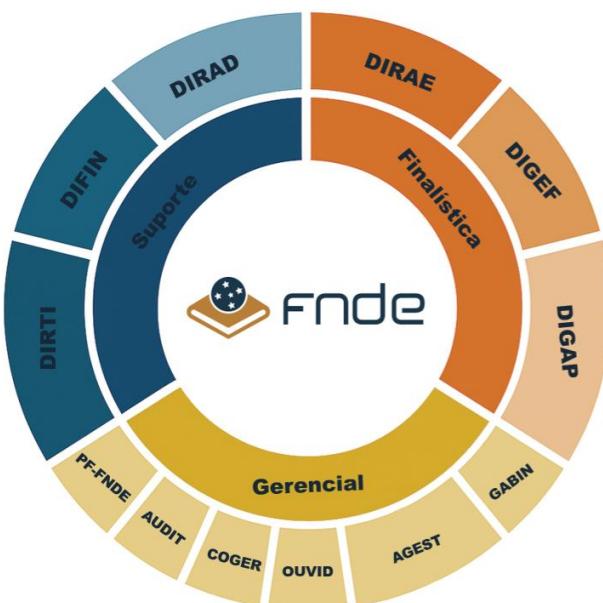
Também integram suas responsabilidades o assessoramento, a coordenação e a supervisão de processos voltados à organização e modernização da gestão, à comunicação institucional, ao planejamento estratégico institucional, além da função de secretariar o Conselho Deliberativo.

Órgãos Seccionais

Os órgãos seccionais do FNDE são compostos pela Procuradoria Federal junto ao FNDE (PF-FNDE), Corregedoria (Coger), Auditoria Interna (Audit), Diretoria de Administração (Dirad), Diretoria Financeira (Difin) e Diretoria de Tecnologia e Inovação (Dirti). Essas unidades são responsáveis por desempenhar atividades de apoio, prestando suporte às demais áreas da Autarquia.

Órgãos Singulares ou Finalísticos

Os órgãos singulares são responsáveis pelas atividades finalísticas da autarquia e são compostos pelas Diretorias de Ações Educacionais (Dirae), de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (Digap) e de Gestão de Fundos e Benefícios (Digef).



Órgão Colegiado

O Conselho Deliberativo, órgão de deliberação superior, é composto por nove membros:

- Ministro de Estado da Educação;
- Presidente do FNDE;
- Secretários das unidades singulares do MEC; e
- Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O Presidente do Conselho Deliberativo será substituído, em suas ausências e em seus impedimentos, pelo Secretário-Executivo do Ministério da Educação e os demais membros, por seus substitutos legais.

Modelo de Negócios

O FNDE presta assistência técnica e financeira, de forma suplementar, à execução de programas educacionais em todo o país. Sua atuação ocorre em articulação com os entes federativos, a sociedade e instituições privadas, dentro de um modelo colaborativo entre as esferas de governo, conforme ilustrado no esquema a seguir.



Além de operar como agente executor, o FNDE atua na alocação de recursos conforme diretrizes definidas pelas principais normas da educação, adotando diferentes modalidades de transferência, de acordo com a natureza jurídica e o objetivo das políticas públicas:

Transferências Constitucionais: previstas na Constituição Federal, exigem do FNDE a elaboração de previsões de receita, cotejo com dados censitários e efetivação dos repasses conforme critérios normativos. Destacam-se o Salário-Educação e o FUNDEB.

Transferências Legais: referem-se a programas instituídos por leis específicas. Cabe ao FNDE regulamentar a execução, identificar o público-alvo, verificar requisitos de repasse, prestar assistência técnica e realizar o monitoramento, assegurando a efetividade das ações.

Transferências Discricionárias: assim definidas por terem elementos não vinculados, o que permite execução de projetos educacionais, formalizados por meio de Termos de Compromisso. É por este mecanismo que são viabilizadas as atuações focalizadas;

Financiamento Estudantil: representado principalmente pelo FIES, é uma modalidade em que o FNDE atua diretamente junto ao cidadão, sem intermediação dos entes federados.

Financiamento Estudantil: representado principalmente pelo FIES, é uma modalidade em que o FNDE atua diretamente junto ao cidadão, sem intermediação dos entes federados.

Bolsas e Auxílios: envolvem transferências financeiras a pessoas físicas, com a finalidade de garantir permanência nos estudos ou incentivar determinadas atividades educacionais, como no caso das tutorias.

Execução Direta: refere-se a programas nos quais o FNDE aplica recursos e entrega diretamente o produto final aos entes, como ocorre com os programas do livro didático, gerando ganhos de escala e padrões de qualidade não alcançáveis individualmente por estados ou municípios.

Assistência Técnica: transversal a todas as modalidades, a assistência técnica visa qualificar os atores envolvidos — secretarias de educação, conselhos, escolas e gestores — por meio de orientação, capacitação e suporte técnico. Destacam-se três enfoques:

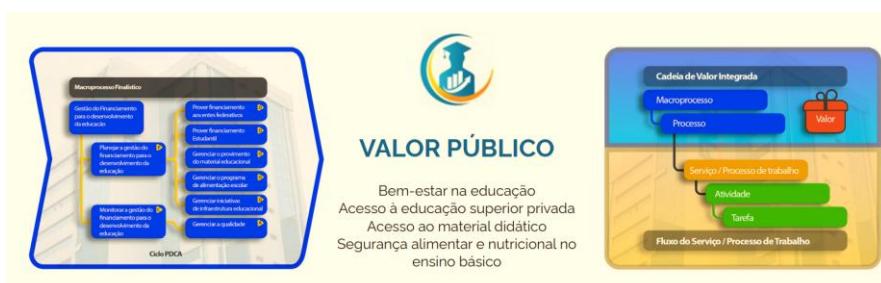
- (i) formação de capacidades institucionais;
- (ii) qualificação das entregas com ganhos de eficiência, como no Registro de Preços Nacional (RPN); e
- (iii) orientação técnica específica voltada aos programas.

Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor é um instrumento estratégico que promove a integração organizacional, ao estruturar de forma esquemática os macroprocessos em três categorias complementares: gerenciais, de suporte e finalísticos. Os macroprocessos gerenciais e de suporte seguem a padronização definida pelo Órgão Central de Inovação e Organização Institucional (SIORG), enquanto os macroprocessos finalísticos são definidos de acordo com a missão específica de cada órgão ou entidade.

No âmbito do FNDE, os processos e serviços finalísticos foram organizados sob um único macroprocesso: "Gestão do Financiamento para o Desenvolvimento da Educação", que sintetiza a atuação institucional da Autarquia e representa os valores públicos gerados para a sociedade.

A seguir, apresenta-se a Cadeia de Valor dos processos finalísticos do FNDE.



Temas Prioritários do Relatório de Gestão

A definição dos temas abordados neste Relatório de Gestão seguiu duas abordagens complementares. A primeira consistiu na seleção de iniciativas das áreas finalísticas diretamente vinculadas aos programas, projetos e ações de governo, com ênfase naquelas cujas metas e objetivos estão estabelecidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Plano Plurianual (PPA), como é o caso do PNAE, PNLD, PNATE, Caminho da Escola, PDDE, Fundeb, Salário-Educação, entre outros. A segunda abordagem contemplou a divulgação de iniciativas das áreas meio do FNDE — abrangendo os eixos de administração, tecnologia, gestão orçamentária, financeira e contábil —, essenciais ao suporte e à viabilização das políticas educacionais executadas pela Autarquia.

Público-Alvo dos Programas Geridos pelo FNDE

Programas, Projetos ou Ações	Público-Alvo / Beneficiários
Alimentação Escolar e Livro e Material Didático	Estudantes da rede pública de educação básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA).
Transporte Escolar e Caminho da Escola	Estudantes da educação básica pública residentes em áreas rurais.
Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	Escolas públicas de educação básica e de educação especial da rede pública.
Plano de Ações Articuladas (PAR) e Novo PAC Educação	Gestores públicos da área educacional nos entes federados.
Fundeb e Salário-Educação	União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)	Estudantes que ainda não tenham concluído o ensino superior.

Ambiente Externo

A avaliação dos impactos do Cenários Externo sobre o FNDE utilizará como referência de análise, precipuamente, os estudos desenvolvidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Na mais recente Carta de Conjuntura IPEA nº 68, referente ao 3º Trimestre de 2025 é apresentada uma visão panorâmica das expectativas para algumas das principais variáveis macroeconômicas brasileiras, a partir de diversas fontes. Predominaram as projeções do Sistema Expectativas de Mercado (SEM), também conhecido como relatório Focus do Banco Central do Brasil (Focus/BCB). Nas finanças públicas, elas foram cotejadas com as projeções mais recentes da Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado. Para juros e inflação, também se recorre à estrutura a termo da taxa de juros (ETTJ) derivada do mercado secundário de título públicos, calculada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Com base nessas informações, far-se-á neste tópico um breve resumo, e um esforço em identificar possíveis impactos sobre o FNDE, de forma a compor este Relatório de Gestão.

A primeira discussão contida nesse estudo do IPEA diz respeito a Finanças Públicas e, particularmente, a possíveis trajetórias da dívida pública. Observa-se que tanto a IFI quanto o BCB apontam para a necessidade de mudanças da regra fiscal e de contenção do crescimento das despesas obrigatórias imediatamente. Isto porque cálculos mais recentes apontam para o limiar de dominância fiscal – limite em que a política fiscal poderá continuar surtindo efeito – com a dívida pública representando 87% do PIB. E, segundo o BCB, esse valor seria alcançado no limite inferior de um desvio-padrão do Focus, entre 2029 e 2030; na média, já em 2027; no limite superior, entre 2026 e 2027.

O estudo salienta que esses limiares “não são como os da mecânica da física, em que algo inevitavelmente ocorrerá após algum ponto crítico ser atingido, mas são indicadores que não devem ser desprezados numa administração prudente das finanças públicas”. Essas possíveis mudanças poderão ter impactos diretos e imediatos sobre o nível de execução de Programas do FNDE.

Uma segunda discussão diz respeito a inflação e taxa de juros. A inflação (IPCA) esperada para 2025 pela média do SEM/BCB, ou boletim Focus, está em 5,16%, acima da meta de 3,0% e do intervalo superior de tolerância (1,5%-4,5%). Tanto os níveis mais elevados de inflação quanto de taxa de juros prejudicam o desempenho econômico e podem afetar na eficácia da implementação de programas do FNDE. As recentes mudanças de taxação na exportação de produtos brasileiros para um importante mercado internacional poderão agravar ainda mais esse cenário, considerando que redução do nível de exportações tenderá a elevar a taxa de câmbio, gerando pressão inflacionária pelo lado da oferta de insumos importados (combustíveis, componentes eletrônicos, equipamentos, ...).

Em síntese, os desafios do FNDE, em termos de eficiência, eficácia e efetividade na execução de seus projetos e programas de Governo tenderão a aumentar em face de um Cenário Externo desfavorável, possivelmente pelos próximos anos.

Referências:

IPEA – Instituto de Economia Aplicada – Carta de Conjuntura Econômica – número 68 – Nota de Conjuntura 4 – 3º Trimestre de 2025. Disponível em: [Boletim de expectativas – julho de 2025 | Carta de Conjuntura](https://www.ipea.gov.br/publicacoes/cartas-de-conjuntura/boletim-de-expectativas-julho-de-2025). Acesso em: 30/07/2025

BCB – Banco Central do Brasil – Focus – Relatório de Mercado – 25/07/2025 – Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>. Acesso em: 30/07/2025.

Governança Pública

Governança Institucional do FNDE: Estrutura, Evolução e Compromissos

A Governança Pública no FNDE é um sistema integrado de liderança, estratégia e controle que visa otimizar a gestão e a prestação de serviços. Sua estrutura atual abrange:

- Liderança: Exercida pelo Conselho Deliberativo e pela Alta Gestão;
- Estratégia: Guiada pela execução e acompanhamento de planos e projetos estratégicos, bem como pelo Programa de Inovação; e
- Controle Interno: Assegurado pela atuação da Auditoria Interna, Procuradoria, Corregedoria, Ouvidoria e Comissão de Ética.

O FNDE mantém um processo contínuo de aprimoramento de seu Programa de Integridade, Código de Ética e Gestão de Riscos.

O ano de 2023 foi marcado por avanços significativos na governança corporativa do FNDE:

- Criação do Conselho Executivo (CONEX): Formalizado pela Portaria FNDE nº 207/2023, o CONEX estabeleceu-se como a instância máxima de governança institucional, responsável por direcionar, monitorar e avaliar a Estratégia Institucional.
- Instituição de Políticas Fundamentais:
- Política de Gestão de Riscos e Integridade: Instituída pela Portaria FNDE nº 435/2023.
- Novo Código de Ética: Definido pela Portaria nº 442/2023, aplicável a todos os servidores da autarquia.

Consolidação da Estrutura em 2025: Institucionalização e Fortalecimento

Em 2025, o FNDE avança na institucionalização de sua Política de Governança, formalizada pela Portaria nº 323/2025, e na estruturação de comitês temáticos especializados. Essas iniciativas refletem o alinhamento com o Decreto nº 9.203/2017, que rege a política de governança na administração pública federal.

Adicionalmente, essas ações são uma resposta direta à determinação do Tribunal de Contas da União, contida no Acórdão nº 1221/2023 – Plenário, que exigiu a implementação imediata da estrutura de governança do FNDE. Tal compromisso demonstra a busca contínua por transparência, eficiência e accountability na gestão dos recursos destinados à educação brasileira.

Compromisso com a Melhoria Contínua

A governança do FNDE busca um equilíbrio entre a autonomia administrativa e a atuação colaborativa nas políticas educacionais. O compromisso com a melhoria contínua e a integridade da autarquia é evidenciado por iniciativas como a revisão regimental, o aprimoramento da governança de dados e o investimento na qualificação da força de trabalho. Uma gestão estratégica articulada, complementada por instâncias de governança especializadas, é fundamental para que o FNDE continue a desempenhar seu papel essencial no desenvolvimento educacional do Brasil.

Lideranças

Unidades de Apoio à Presidência

Unidades de Apoio à Presidência

O FNDE conta com um conjunto estratégico de unidades diretamente vinculadas à Presidência, responsáveis por oferecer suporte técnico, jurídico, institucional e correccional às atividades da Autarquia. Essas unidades exercem papéis essenciais no fortalecimento da governança, da integridade, da transparência e da articulação institucional, assegurando o alinhamento das ações ao interesse público e à legalidade dos atos administrativos.

Atualmente, compõem essa estrutura: **Gabinete da Presidência, Procuradoria Federal junto ao FNDE, Corregedoria do FNDE, Ouvidoria, Auditoria Interna, Comissão de Ética, Assessoria de Cooperação Internacional, Assessoria de Comunicação, Assessoria de Atendimento Institucional e Assessoria de Governança, Estratégia e Inovação.**

A seguir, detalham-se as principais atribuições dessas unidades:

O **Gabinete da Presidência** presta apoio direto ao dirigente máximo da Autarquia, coordenando a agenda institucional, organizando as atividades da Presidência e promovendo a interlocução com as Diretorias e demais áreas do FNDE, além de coordenar o fluxo de demandas externas e internas de alto nível.

Órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, a **Procuradoria Federal junto ao FNDE** atua na representação judicial e extrajudicial da Autarquia, prestando consultoria e assessoramento jurídicos aos seus órgãos internos. Também exerce papel relevante na apuração da liquidez e certeza dos créditos da Autarquia para fins de inscrição em dívida ativa e posterior cobrança.

A **Corregedoria** tem por missão prevenir e reprimir práticas ilícitas no âmbito da Autarquia, atuando com independência e rigor técnico na condução de apurações disciplinares. Com foco na responsabilização de agentes públicos e na promoção de condutas éticas, a unidade fortalece o ambiente institucional por meio de medidas correcionais e ações de integridade.

Canal institucional de diálogo com a sociedade, a **Ouvidoria** é responsável por receber, analisar e encaminhar manifestações como denúncias, reclamações, sugestões, elogios e pedidos de simplificação. Atua no acompanhamento das providências adotadas, cobrando soluções das unidades responsáveis e mantendo o cidadão informado quanto ao desfecho de suas demandas.

Com atuação independente e objetiva, a **Auditoria Interna** realiza serviços de avaliação e consultoria voltados ao aperfeiçoamento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos. Sua atuação visa agregar valor e promover a eficiência, a economicidade e a conformidade nas operações do FNDE, contribuindo para o alcance dos resultados institucionais.

A **Comissão de Ética** tem como atribuição zelar pela integridade moral no exercício das funções públicas no âmbito da Autarquia. Atua como instância consultiva da Alta Administração, analisa denúncias e representações envolvendo condutas de servidores e colabora com a difusão dos princípios éticos, conforme o Código de Conduta da Alta Administração Federal. Também é responsável por comunicar à Comissão de Ética Pública (CEP) eventuais descumprimentos das normas vigentes.

A **Assessoria de Cooperação Internacional** exerce o papel de interlocutora do FNDE junto a organismos internacionais e presta assessoramento à Presidência e às Diretorias em processos e negociações internacionais.

A **Assessoria de Comunicação** coordena as ações de divulgação institucional, fortalecendo a imagem pública do FNDE. É responsável por produzir e disseminar informações oficiais, gerenciar os canais de comunicação interna e externa, realizar a cobertura de eventos e assegurar a transparência e o acesso à informação por meio de estratégias de comunicação efetivas.

A **Assessoria de Governança, Estratégia e Inovação** atua no fortalecimento da governança e no desenvolvimento institucional do FNDE, promovendo a gestão estratégica, a inovação e a melhoria contínua dos processos organizacionais, em alinhamento às diretrizes da Presidência.



Gabinete da Presidência

O Gabinete da Presidência é a unidade responsável pelo apoio direto e estratégico ao dirigente máximo do FNDE, promovendo a articulação entre as diretorias, coordenando a gestão das informações institucionais de alto nível e acompanhando a execução das prioridades da Autarquia. Atua como elo entre a Alta Administração e os diversos públicos internos e externos, garantindo o alinhamento das ações ao planejamento estratégico, à legalidade e à missão institucional.

Além do assessoramento à Presidência, o Gabinete abriga estruturas essenciais que fortalecem a governança, a integridade e a capacidade institucional do FNDE, sendo elas:

A Coordenação de Integridade e Análise de Conformidade atua na promoção de um ambiente organizacional ético, íntegro e aderente às normas legais e institucionais. Compete à unidade implementar e monitorar o Programa de Integridade do FNDE e promover ações preventivas voltadas à melhoria da governança. Seu trabalho contribui para a mitigação de fraudes, desvios e ineficiências, assegurando maior segurança jurídica e institucional às decisões da Autarquia.

A Coordenação de Avaliação e Monitoramento Integrado é responsável pelo monitoramento integrado das políticas, programas e ações do FNDE. Atua no levantamento, tratamento e análise de dados estratégicos, subsidiando a Presidência e as Diretorias com informações qualificadas para a tomada de decisões. Também desenvolve indicadores, relatórios e painéis de gestão que permitem acompanhar, de forma sistemática, a execução orçamentária, física e institucional dos projetos da Autarquia.

O **Formação pela Escola** é um programa de educação continuada coordenado diretamente pelo Gabinete, voltado à qualificação de agentes públicos, conselheiros, profissionais da educação e cidadãos em geral sobre a gestão dos programas e recursos da educação pública. Com cursos gratuitos, à distância e com tutoria, o programa busca fortalecer o controle social, a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos públicos da educação básica.



Gestão da Integridade e Conformidade

Apresentação

O presente Relatório de Gestão tem como finalidade apresentar, de forma clara, objetiva e transparente, as ações, projetos, entregas e resultados conduzidos pela Unidade de Gestão da Integridade (UGI) durante o 1º e o 2º trimestres do exercício de 2025.

Quem somos

A área de integridade existe para salvaguardar o interesse público e, assim, respeitar o que a sociedade espera da educação brasileira e do FNDE. Nossa papel é defender e incentivar a transparência, a gestão de riscos em integridade, os valores organizacionais e a ética. Além disso, a UGI previne e combate atos de corrupção, assédio moral ou sexual, discriminação e demais quebras de valores da administração pública.

Além disso, a UGI é responsável por coordenar a estruturação, a execução e o monitoramento do Programa de Integridade do FNDE; por orientar e treinar servidores em temas atinentes à integridade; por promover outras ações de integridade em conjunto com demais unidades.

Para concretizar as ações citadas, a UGI realiza uma articulação com 7 (sete) instâncias de integridade: Comissão de Ética, Comunicação Social, Corregedoria, Ouvidoria, Gestão de Pessoas, Planejamento Estratégico e Auditoria Interna.

Nossas Entregas no 1º Semestre de 2025:

- Realização da Oficina de Gestão de Riscos e Plano de Ação;
- Seleção e divulgação de 4 (quatro) cursos de capacitação sobre integridade;
- Seleção e divulgação de 5 (cinco) conteúdos de comunicação para conscientização sobre integridade;
- Dimensionamento da Força de Trabalho da UGI;

- Relatório de análise sobre a estrutura organizacional da UGI;
- Participação da Rodada de Conhecimentos da Coordenação-Geral de Bolsas e Auxílios (DIGEF) sobre o PRISMA;
- Manual de Compliance;
- Projeto Fortalecendo Laços (Edição com a DIRAE); e
- Execução de ações para cumprir metas do Plano de Logística Sustentável do FNDE.

Projetos Executados

PROJETO	OBJETIVO	STATUS	IMPACTO
Gestão de conteúdos de integridade	Selecionar e divulgar capacitações e ações de comunicação para instruir e sensibilizar agentes públicos do FNDE sobre os temas de Integridade	Ações do 1º trimestre concluídas	Agentes públicos instruídos e sensibilizados sobre os temas de integridade.
Compliance	Lançar o Manual de Compliance	Em execução	Redução de erros e casos de denúncias sobre condutas e processos inadequados sem conformidade com a legislação e normas internas.
Fortalecendo Laços	Instruir e sensibilizar, de forma personalizada, os agentes públicos de cada diretoria do FNDE com relação a Assédio Moral, Sexual e Discriminação	Em execução	Redução da percepção de assédio moral, sexual e discriminação, em pesquisa veiculada no meio do ano.
Onboarding	Lançar o Onboarding	Em execução	Sensibilização dos agentes públicos sobre temas de integridade por meio de uma trilha de aprendizado.
Monitoramento	Proporcionar acompanhamento, controle e melhorias das ações de integridade por meio de um monitoramento	Em execução	Maior probabilidade de alcance dos objetivos em integridade e maior transparência das ações da área.

Impedimentos ou (Desafios) Superados

Com o início da gestão de conteúdos em integridade, observou-se o desafio de divulgar, de forma efetiva, as oportunidades de capacitação e comunicação dos temas de integridade. Percebeu-se que o e-mail não era um veículo de comunicação tão eficaz, pois nem todos os agentes públicos têm tempo de acompanhar as notícias por meio dele e alguns terceirizados não têm acesso a computadores, em razão da natureza de suas atribuições. Portanto, a divulgação foi ampliada para anúncio em elevadores e televisores do prédio.

Melhoria Contínua e a Inovação

Inicialmente, as divulgações das ações de capacitação e comunicação de integridade eram veiculadas apenas por e-mail. Contudo, há terceirizados que não têm acesso ao computador, no FNDE, como a equipe de copeiragem, de segurança e de limpeza. Com isso, a divulgação passou a ser feita, também, nos elevadores e televisores do FNDE.

Expectativas ou Perspectivas para o 3º Trimestre de 2025

Para o próximo trimestre, espera-se a realização de mais duas edições do Projeto Fortalecendo Laços para a DIGEF e a DIFIN; a publicização do Manual de Compliance; e a divulgação de mais três capacitações e três ações de comunicação.

Monitoramento Integrado

Apresentação

A Coordenação de Avaliação, Monitoramento Integrado (COAMI) é uma unidade recentemente instituída, vinculada diretamente ao Gabinete da Presidência do FNDE. Suas atribuições concentram-se no monitoramento e avaliação de programas e projetos educacionais, bem como na prestação de assistência técnica estratégica, em conformidade com as competências definidas nos normativos internos. Compete também à COAMI o planejamento, a coordenação e a supervisão do Programa Formação pela Escola, iniciativa nacional voltada à formação continuada de gestores, técnicos e demais atores da educação pública, com foco na qualificação da gestão dos recursos e das políticas educacionais.

A partir da publicação da Portaria nº 1.026, de 27 de novembro de 2024, que instituiu o Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas Educacionais do FNDE (SIMAV-FNDE), houve a formalização do sistema como política institucional, garantindo sua transformação de projeto em estrutura permanente.

1. Principais entregas realizadas no período

Desenvolvimento de instrumentos e modelos para:

- Plano Anual de Monitoramento e Avaliação;
- Fichas de programas monitorados;
- Modelos de relatórios e painéis de BI;
- Levantamento e integração inicial de 23 indicadores vinculados a fontes de dados específicas;
- Parceria com a Diretoria de Tecnologia e Inovação para apoio tecnológico e governança de dados;
- Contratação de equipe técnica especializada em dados, BI, ciência de dados e engenharia de dados;
- Capacitações e ações de benchmarking, com destaque para referências de Minas Gerais e Espírito Santo;
- Revisão metodológica por especialistas externos; e
- Diagnóstico e levantamento de riscos e gargalos operacionais.

2. Indicadores e dados consolidados

- Indicadores de Monitoramento e Avaliação: 23 indicadores definidos, documentados e vinculados a fontes de dados identificadas;
- Base tecnológica: atualização da infraestrutura de dados, com novas ferramentas de BI, governança e integração;
- Execução física e institucional:
 - 100% da estrutura normativa aprovada e divulgada.
 - Modelos e instrumentos prontos para aplicação imediata.
 - Três programas prioritários identificados como pilotos (PDDE, PNATE e PNAE), com possibilidade de inclusão de monitoramento de obras e educação integral.

3. Iniciativas de boas práticas, inovação ou aperfeiçoamento

- Criação do SIMAV como política institucional, garantindo continuidade e reduzindo o risco de descontinuidade por mudanças de gestão;
- Padronização de processos de M&A por meio de BPME, com registro e mapeamento completo;
- Integração entre tecnologia, ciência de dados e governança como pilares estruturantes;
- Planejamento do monitoramento por ciclos anuais, com instrumentos replicáveis; e
- Modelo de Núcleos Executores de Monitoramento (Nextes) para acompanhamento multidisciplinar dos programas.

4. Principais desafios

- Adequação da Portaria do SIMAV às novas regras de governança corporativa publicadas em maio/junho de 2025;
- Estrutura de pessoal ainda insuficiente para atender à complexidade e capilaridade da missão institucional; e
- Dependência da formalização de indicações e ajustes normativos para ativação do COMAPE e dos Nextes.

5. Perspectivas para o 2º semestre de 2025

- Aprovação das alterações na Portaria do SIMAV e ativação das instâncias colegiadas;
- Definição dos programas prioritários e criação dos respectivos Nextes;
- Execução do primeiro ciclo do Plano Anual de Monitoramento e Avaliação; e
- Integração da área de riscos ao ciclo de monitoramento.

6. Outras informações relevantes

- Embora recente, a área de Monitoramento e Avaliação conta com base conceitual e instrumentos desenvolvidos ao longo de anos, garantindo maturidade técnica para iniciar a execução;
- Há articulação direta com a Presidência do FNDE, assegurando patrocínio e relevância estratégica; e
- A estrutura dialoga com políticas públicas nacionais e experiências exitosas de outros estados, adaptadas à realidade do FNDE.

Formação pela Escola

O Programa Formação pela Escola (FPE), executado pela DIFES, é uma iniciativa de formação continuada, na modalidade a distância, voltada à capacitação de gestores e profissionais da educação sobre políticas educacionais em que o FNDE atua como autarquia regulamentadora e transferidora de recursos. No 1º semestre de 2025, o FPE ofertou cursos nas modalidades autoinstrucional e com tutoria, com foco em temas como gestão financeira, planejamento educacional e uso de recursos.

Entre as principais entregas no período, destacam-se:

- Atualização dos cursos autoinstrucionais “Censo Escolar da Educação Básica: fundamentos, conceitos e funcionalidades do sistema” e “Censo Escolar da Educação Básica: origem, fundamentos e controle social”.
- Reestruturação do Portal do FPE e do Portal de Educação Corporativa.
- Implementação dos cursos autoinstrucionais na plataforma AVAMEC, do MEC.
- Lançamento do Painel de Business Intelligence do FPE, com dados de matrícula, desempenho e abrangência geográfica das ofertas.

O período também foi marcado por avanços em inovação, com a implantação de um novo portal de Educação Corporativa, mais robusto e interativo, e pelo fortalecimento das ações de divulgação e apoio pedagógico. Entre os desafios enfrentados, destacou-se a limitação do quadro de pessoal, que impactou a velocidade de atualização dos cursos frente às mudanças nas políticas públicas.

Para o 2º semestre de 2025, estão previstas ações como: publicação da nova Resolução e Diretrizes do FPE; conclusão do projeto de avaliação do programa; finalização e lançamento de cursos estratégicos (FUNDEB, PAR e Competências Básicas); e divulgação de vídeos sobre prestação de contas em formato de pílulas do conhecimento.

Procuradoria Federal junto ao FNDE

Apresentação

A Procuradoria Federal junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – PF- FNDE, órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal (PGF), que integra a Advocacia- Geral da União (AGU), exerce as seguintes atribuições, entre outras:

- prestar consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito da Autarquias;
- auxiliar os demais órgãos de execução da PGF na apuração da liquidez e certeza dos créditos, inerentes às atividades do FNDE, para inscrição em dívida ativa e cobrança; e
- representar judicial e extrajudicialmente o FNDE.

Quem somos

Atualmente a PF-FNDE conta com 11 procuradores federais em exercício, auxiliados pelo corpo técnico-administrativo da Autarquia.

É dividida em três grandes segmentos de atuação: um responsável pela prestação das atividades de consultoria, outro responsável pelo atendimento aos pedidos de subsídios relacionados ao contencioso, com subdivisões, e um pelo serviço de apoio administrativo geral.

Ações Previstas para o ano de 2025

Desde o ano de 2018, sob orientação da PGF e alinhado ao seu Planejamento Estratégico, a PF-FNDE passou a elaborar seu Plano de Ação. Referente ao corrente ano, destaca-se as seguintes ações:

- elaborar, revisar e atualizar teses referenciais a serem utilizadas em informações em mandados de segurança;
- elaborar, revisar e atualizar pareceres referenciais em matéria consultiva;
- concluir manual de fluxos das atividades da PF-FNDE;
- Elaborar manual de legística;
- Implementar rotinas para uso do Painel de Ações Judiciais da AGU – PAJU.
- Implementar painel de gestão da atuação da PF-FNDE; e
- Construir um ambiente feliz para trabalhar (promover a capacitação dos membros, servidores, colaboradores e estagiários).

Nossas ações Executadas de 2025

- Rotinas implementadas para uso do Painel de Ações Judiciais da AGU – PAJU;
- Painel de gestão da atuação da PF-FNDE implementado; e
- No âmbito do Projeto Procuradoria Convida, que promove o debate jurídico de temas importantes para o FNDE, contribuindo com a qualificação de seus colaboradores, foi realizada a seguinte palestra:

Data: 22 e 23/05/2025

Tema: *Legística e Linguagem Simples no FNDE*

Local: Auditório do FNDE

Palestrante/Temática:

Dr. Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro – Abertura e o Papel da Procuradoria

Prof. João Trindade – Atos Normativos – Erros Capitais

Dr. Raphael Peixoto de Paula Marques – Direito, Legística e Políticas Públicas

Dr. Bruno Júnior Bisinoto – Linguagem Simples

Nossas Entregas de 2025

Do Painel de gestão da atuação da PF-FNDE, de janeiro a junho de 2025, quanto às atividades de consultoria, a unidade atuou em 426 (quatrocentos e vinte e seis) processos. Com relação ao contencioso, foram prestados 1.783 (mil setecentos e oitenta e três) subsídios envolvendo assuntos gerais e 4.281 (quatro mil duzentos e oitenta e um) concernentes ao financiamento estudantil (FIES). Quanto a esta temática, também foram prestadas 771 (setecentas e setenta e uma) informações em mandados de segurança.

Corregedoria do FNDE

Apresentação

O Relatório de Gestão 1º Semestre/2025 da Corregedoria tem como escopo apresentar, de forma estruturada e transparente, as principais ações, resultados, desafios e indicadores de desempenho desta unidade correcional durante o referido período. Serão fornecidas informações relevantes para fortalecer a governança e a gestão estratégica do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, permitindo avaliar o cumprimento das metas estabelecidas e identificar oportunidades de melhoria nos processos internos das atividades desenvolvidas.

Quem somos

A Corregedoria - COGER está inserida na estrutura organizacional e apresenta como unidade subordinada a Coordenação de Instrução e Julgamento - CIJU, nos termos do Regimento Interno da Autarquia, implementado por meio da Portaria FNDE n.º 742, de 6 de dezembro de 2022.

Salienta-se que para preservar a integridade e a regularidade da gestão do FNDE, esta Corregedoria, com base nos pilares da prevenção, da detecção e da repressão deve atualizar sistematicamente todos os seus procedimentos apuratórios nos Sistemas Correcionais da Controladoria-Geral da União - CGU.

Além disso, destaca-se que a atuação correcional abrange também a condução de procedimentos administrativos de responsabilização de entes privados previstos na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção, haja vista os relacionamentos, diretos e indiretos, com empresas fornecedoras de bens e serviços ou os decorrentes de relações comerciais/contratuais firmadas com entes privados na execução de verbas descentralizadas por diferentes políticas públicas conduzidas pelo FNDE.

Entregas no 1º Semestre de 2025:

- Publicação da Portaria de Atividade Correcional no âmbito do FNDE;
- Elaboração do Manual de Gestão de Riscos da Corregedoria 2025;
- Elaboração do Relatório de Gestão Correcional do 1º semestre/2025;
- Realização da Oficina do Projeto Fortalecendo Laços (Edição com a DIRAE);
- Elaboração do Plano de Comunicação da Corregedoria 2025;
- Conclusão de 36 processos investigativos e 3 processos acusatórios;
- Divulgação de cinco comunicações em formato de pílulas de conhecimento sobre atividade correcional para os e-mails de todos os agentes do FNDE, bem como divulgação nos elevadores do FNDE. Os temas foram os seguintes: I) Diferença entre inassiduidade, impontualidade e permanência no local de trabalho; II) Uso indevido de e-mail ou telefone funcional; III) Dever de urbanidade; IV) Acumulação de cargos ou empregos públicos; e V) O que é e o que não é Assédio e Discriminação;
- Divulgação do curso de Provas no Processo Administrativo Disciplinar e Atividade Correcional para os e-mails de todos os agentes do FNDE;
- Preenchimento do Formulário do Índice de Desempenho e Execução da Atividade Correcional - IDECOR, no âmbito do Sistema de Correição do poder Executivo Federal, evoluindo a Corregedoria do FNDE do Grupo 4 para Grupo 3, conforme anexo II da Portaria Normativa CGU nº 181/2024;
- Instauração do primeiro Processo Administrativo de Responsabilização - PAR no âmbito do FNDE;
- Realização da Oficina do Projeto Fortalecendo Laços (Edição com a DIGEF);
- Realização da Oficina do Projeto Fortalecendo Laços (Edição com a DIFIN);
- Início das interlocuções com a área responsável pela elaboração de Dashboard de Power Bi para Corregedoria.
- Preenchimento do questionário com informações sobre a Corregedoria do FNDE, em razão da supervisão da Secretaria de Integridade Privada SIPRI/CGU. A supervisão está informada no Ofício nº 8618/2025/SIPRI/CGU, de 02/06/2025

Projetos Executados

Projeto	Objetivo	Status	Impacto
Sistema Integrado de Processos da Corregedoria - SIPROC	Atender às necessidades de controle, gestão e acompanhamento, promovendo um ambiente de trabalho mais ágil, seguro e integrado na Corregedoria do FNDE	Sistema entregue pela DRTI conforme AC 090 - PDTIC e está em funcionamento na Corregedoria	Aprimorou a eficiência, a transparência e a integridade dos processos internos da Corregedoria do FNDE
Atividade preventiva de comunicação de assuntos relacionados à atividade correcional	Capacitar, instruir e sensibilizar agentes públicos do FNDE sobre os temas de Corregedoria	Ações do 1º e 2º trimestres concluídas	Agentes públicos instruídos e sensibilizados sobre os temas de integridade
Estabelecer a ordem de Priorização dos processos administrativos de investigação	Criar uma ordem de análise de processos conforme critérios estabelecidos na Portaria 25 de 25/01/2025 e com base na Gestão de Riscos da Corregedoria	Executado em todo o passivo da Corregedoria	Assuntos mais graves, urgentes e com critérios mais céleres de avaliação são priorizados.
Fortalecendo Laços	Instruir e sensibilizar, de forma personalizada, os agentes públicos de cada diretoria do FNDE com relação a Assédio Moral, Sexual e Discriminação	Ações do 1º e 2º trimestres concluídas	Redução da percepção de assédio moral, sexual e discriminação, em pesquisas realizadas após cada oficina.
Dashboard Power Bi da Corregedoria	Criação de um Dashboard de Power Bi integrado com o Sistema Integrado de Processos da Corregedoria - SIPROC	Primeiras orientações já elaboradas e transmitidas para área responsável. Aguardando apresentação do projeto pela área responsável	Aprimorar o controle processual dos procedimentos correcionais e administrativos da Corregedoria
Supervisão da SIPRI/CGU em Processos Administrativos de Responsabilização, Lei 12.846/2013	Prestar informações à CGU sobre organização processual, quantitativo de recursos humanos na Corregedoria do FNDE e procedimentos correcionais de apuração de atos lesivos cometidos por pessoas jurídicas que estejam em instrução ou concluídos.	As informações foram prestadas à CGU. A COGER do FNDE aguarda o relatório do órgão de controle interno.	Aprimorar a atuação correcional dessa autarquia, tais como estrutura, competência, fluxos de trabalho da unidade setorial de correição e registros nos sistemas correcionais, especificamente na matéria relacionada à responsabilização de pessoas jurídicas.

Impedimentos ou (Desafios) Superados

A Corregedoria desenvolveu capacitações voltadas a temas que estão mais evidentes na análise de gestão de riscos da Corregedoria e atuou em medidas cautelares para resolução de conflitos da forma mais célere. Ademais, conseguiu organizar os processos correcionais a fim de melhorar o Índice de Desempenho e Execução da Atividade Correcional - IDECOR junto à Corregedoria Geral da União CRG/CGU.

Ademais, a Corregedoria conseguiu elaborar ferramentas de controle dos procedimentos administrativos e correcionais.

Melhoria Contínua e Inovação

A Corregedoria, comprometida com a melhoria contínua e a inovação em sua atuação, desenvolveu um sistema próprio de controle processual que proporciona maior agilidade, rastreabilidade e organização das informações correcionais. Como próxima etapa, planeja implementar um Dashboard em Power BI, que permitirá a visualização dinâmica de dados, facilitando a tomada de decisões estratégicas com base em indicadores objetivos. Essas iniciativas integram um esforço estruturado para elevar o Índice de Desempenho e Execução da Atividade Correcional - IDECOR, em alinhamento com as diretrizes da Corregedoria-Geral da União (CRG/CGU), fortalecendo a eficiência, a transparência e a governança das atividades correcionais.

Expectativas ou Perspectivas para o 3º Trimestre de 2025

No terceiro trimestre de 2025, a Corregedoria do FNDE continuará empenhada em fortalecer sua estrutura organizacional, buscando a adequação de cargos e a lotação de servidores na unidade correcional. Este esforço é fundamental para garantir que a equipe esteja devidamente capacitada e alinhada com as necessidades da instituição, promovendo uma melhoria no ambiente de trabalho. Espera-se a realização de mais uma edição do Projeto Fortalecendo Laços, a divulgação de ações de comunicação preventiva e conclusão de mais processos investigativos e acusatórios.

Ademais, esta unidade correcional aguarda o relatório final de supervisão da Controladoria-Geral da União, conforme atribuições previstas no artigo 49, § 1º, incisos II e III da Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; no artigo 21, incisos IV e XXI, c/c o artigo 23, incisos II e III, do Anexo I do Decreto nº 11.330, de 1º de janeiro de 2023; e na Portaria Normativa CGU nº 145, de 8 de julho de 2024, no que tange à supervisão, à orientação e ao acompanhamento de procedimentos investigativos e processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas em curso no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Nesse sentido, a Corregedoria irá buscar junto a alta gestão uma alteração na Portaria FNDE nº 267, de 25/03/2024 a fim de dispor em normativos a possibilidade de teletrabalho integral para servidores lotados na Corregedoria que atuem como membro em Processos Administrativos Disciplinares e Processos Administrativos de Responsabilização.

Ouvidoria

Apresentação

A presente contribuição ao Relatório de Gestão do FNDE tem por objetivo apresentar de forma clara, transparente e objetiva as ações, projetos, entregas e resultados da Coordenação de Ouvidoria nos meses de janeiro a junho de 2025.

Quem somos

Canal direto de diálogo com o cidadão usuário de serviços públicos, a Ouvidoria do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) recebe, analisa e encaminha as manifestações de qualquer cidadão às unidades do FNDE. Além disso, acompanha as providências adotadas, cobra soluções e mantém o cidadão informado do encaminhamento de suas demandas.

O papel da Ouvidoria é auxiliar o cidadão contra violações de direitos, negligências, abuso de poder e má administração dos recursos e serviços públicos, com o propósito de tornar a ação governamental mais transparente e os agentes que a conduzem mais responsáveis por suas omissões e decisões.

Nossas entregas no 1º Semestre de 2025:

1. Manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação

No primeiro semestre de 2025, a equipe da Ouvidoria do FNDE recebeu um total de 3.328 demandas dos cidadãos, sendo 433 registros em janeiro, 597 em fevereiro, 549 no mês de março, 632 em abril, 599 em maio e 518 no mês de junho.



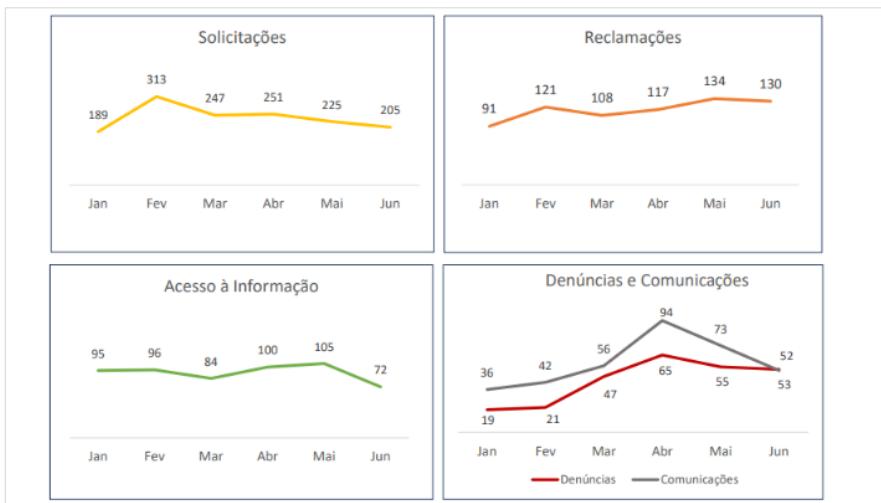
Dessas demandas, 100% foram respondidas dentro dos prazos estabelecidos por meio da Portaria nº 116, de 18 de março de 2024, da Controladoria-Geral da União (CGU).

O tempo médio registrado no período foi de 9,60 dias para resposta às manifestações de ouvidoria e de 12,82 dias para resposta a pedidos de acesso à informação.

Entre janeiro e junho de 2025, foram tratados (as):



Tipos de demandas por mês



A Ouvidoria registrou, ainda, um total de 36 recursos de 1^a instância relacionados a pedidos de acesso à informação no período, três dos quais foram para a 2^a instância.



2. Monitoramento do Sistema e-Agendas

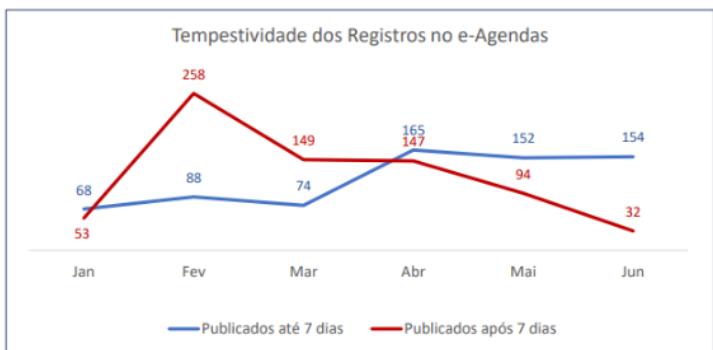
Responsável pelo monitoramento dos registros de compromissos públicos dos dirigentes do FNDE, a Ouvidoria realiza o acompanhamento do Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo Federal (e-Agendas), comunicando os Agentes Públicos Obrigados (APO's) sobre a tempestividade da inserção de suas agendas na plataforma.

Segundo o artigo 12 do Decreto nº 10.889/2021, o compromisso público realizado sem agendamento prévio deverá ser registrado e publicado no e-Agendas em até 7 dias corridos, contado da data de sua realização.

No primeiro semestre de 2025, a equipe da Ouvidoria manteve comunicação semanal e, posteriormente, quinzenal com os dirigentes para verificação da tempestividade de seus registros, disponibilizando às unidades organizacionais no mês de março relatório referente ao segundo semestre de 2024.

Assim, entre janeiro e junho, foram registrados 1.434 compromissos públicos.





3. Relatórios de ouvidoria elaborados no 1º trimestre de 2024

- Relatório Anual de Ouvidoria – 2024, em cumprimento à Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e à Portaria Normativa CGU nº 116, de 18 de março de 2024. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/relatorios-anuais-degestao/relatorio-anual-de-gestao-2013-2024
- Relatório da Autoridade de Monitoramento da Lei de Acesso à Informação – 2024, em atendimento à Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011) e ao Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-informacao/servico-de-informacoes-ao-cidadao/relatorios-amlai/relatorio-da-autoridade-de-monitoramento-da-lei-de-acesso-a-informacao-2013-2024/view>
- Relatórios de monitoramento do e-Agendas para as unidades organizacionais
- Relatórios trimestrais para as Diretorias do FNDE
- Relatórios dos atendimentos prestados pelos canais do FNDE em 2024
 - Central de Atendimento
 - Balcão Virtual
 - PAR Fale Conosco
 - SIOPE Fale Conosco

Projetos Executados:

Atualização da Carta de Serviços do FNDE

Ao longo dos meses de fevereiro e março, a Ouvidoria, com a colaboração de toda a Autarquia, coordenou um processo de ampla revisão da Carta de Serviços do FNDE. Esse importante instrumento de controle social deve possibilitar ao cidadão usuário dos serviços públicos encontrar informações claras e acessíveis sobre ações, atividades, programas e projetos executados pelo órgão. Portanto, é necessário que seja constantemente atualizada.

Painéis de Ouvidoria e de Serviço de Informação ao Cidadão

A equipe de ouvidoria, em parceria com a Diretoria de Tecnologia e Inovação (Dirti), deu continuidade ao projeto de implementação dos Painéis de Ouvidoria e de Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), que se encontra em fase de finalização para futura disponibilização às áreas técnicas do órgão.

Impedimentos ou Desafios Superados

Ao início do ano de 2025, houve redução da força de trabalho da Ouvidoria, devido ao desligamento de colaboradores da unidade. A diminuição de pessoal representou sobrecarga de demandas para a equipe, uma vez que, se considerarmos apenas o tratamento de manifestações de ouvidoria e pedidos de acesso à informação, os quais envolvem cada um pelo menos quatro operações realizadas pela equipe de ouvidoria, tem-se um total de 1.579 demandas recebidas no primeiro trimestre, multiplicado por 4 (operações por demanda) e dividido por 5 (pessoas responsáveis), representando 1.263 operações por colaborador apenas entre janeiro e março. Este desafio foi superado com a entrada, no segundo trimestre, de novos servidores e um estagiário para integrar a equipe.

Além disso, a equipe de ouvidoria é responsável por diversas outras atividades: monitoramento do Sistema e-Agendas, supervisão dos canais de atendimento da Autarquia e do Sistema de Transparência Ativa (STA), acompanhamento do Plano de Dados Abertos do FNDE, implementação da Carta de Serviços ao Usuário, proteção de dados e elaboração de informações estatísticas por meio dos relatórios de ouvidoria, os quais devem subsidiar a tomada de decisão dos gestores do órgão.

Nesse sentido, a carência de estruturação mais robusta da unidade apresenta-se como desafio ainda a ser superado. Segundo orientações da Controladoria-Geral da União e boas práticas da administração pública, as unidades de ouvidoria devem guardar autonomia em relação às demais, vinculando-se diretamente às autoridades máximas de seus órgãos, tendo em vista a natureza de suas atribuições. Nessa esteira, cumpre informar que estão em andamento alterações regimentais referentes à estrutura do órgão, que poderão contribuir para o melhor atendimento das necessidades da Ouvidoria.

Melhoria Contínua e Inovação

A Ouvidoria do FNDE, comprometida integralmente com a melhoria contínua e a inovação, realiza constantemente a revisão de seus fluxos e processos; busca alinhamento perene em sua comunicação interna, com as áreas técnicas e com outros órgãos; aprimora frequentemente seus controles, de forma a torná-los mais automatizados e efetivos, resultando em maior rastreabilidade e celeridade; mantém olhar atento a oportunidades de desenvolvimento; e dialoga interna e externamente visando ao aperfeiçoamento na execução de suas tarefas.

Nessa esteira, a concretização dos Painéis de Ouvidoria e de Serviço de Informação ao Cidadão representará importante passo dado na direção da inovação e da melhoria contínua pela unidade.

Expectativas para os Próximos Meses

Para os próximos meses, são previstas a elaboração e disponibilização dos relatórios trimestrais de manifestações e SIC às diretorias, dos relatórios semestrais dos canais de atendimento e do e-Agendas, assim como a realização pela equipe da Ouvidoria de capacitações relacionadas a:

- Linguagem Simples no atendimento ao cidadão
- Utilização dos Painéis pelos pontos focais
- Proteção de dados

Ademais, a Ouvidoria, objetivando a promoção da transparência ativa, pretende realizar ações de conscientização da Autarquia quanto a importância da ampliação do catálogo de dados abertos do FNDE, tendo em vista a elaboração do novo Plano de Dados Abertos pelas unidades responsáveis.

Auditoria Interna do FNDE

Apresentação

Este Relatório de Gestão tem por finalidade apresentar de forma objetiva e transparente as principais ações, projetos, entregas e resultados alcançados pela unidade de Auditoria Interna (AUDIT) do FNDE, durante o 1º semestre de 2025.

A Auditoria Interna do FNDE é uma unidade de assessoramento direto à Presidência e possui autonomia para exercer suas funções com isenção e imparcialidade, fornecendo serviços de Avaliação e Consultoria.

Quem somos

A Auditoria Interna vincula-se diretamente ao Conselho Deliberativo do FNDE e está sujeita a orientação normativa e a supervisão técnica do órgão central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, desempenhando um papel estratégico voltado à promoção da boa governança, da transparência e da efetividade na gestão dos recursos públicos destinados à educação no Brasil.

Nossa missão é fortalecer os mecanismos de controle e contribuir para o aprimoramento contínuo dos processos institucionais, assegurando que as ações do FNDE estejam em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência, eficácia e economicidade.

A Auditoria Interna atua com independência, integridade e objetividade, oferecendo suporte à alta administração para a tomada de decisões fundamentadas e a mitigação de riscos que possam comprometer a execução das políticas públicas educacionais.

As atividades da Auditoria Interna do FNDE estão alinhadas às diretrizes e boas práticas estabelecidas pelos órgãos de controle externo e interno, quais sejam, o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU), com o objetivo de:

- Avaliar a adequação e eficácia dos controles internos do FNDE, visando à prevenção e correção de falhas que possam comprometer a legalidade ou a eficiência das ações da instituição;
- Promover a melhoria contínua da gestão, por meio da identificação de oportunidades de aprimoramento nos processos internos e na governança institucional;
- Apoiar a alta administração na tomada de decisões, fornecendo informações e análises qualificadas sobre os riscos e os controles existentes;
- Assegurar a conformidade legal e normativa, contribuindo para que as ações do FNDE estejam alinhadas com as legislações vigentes e boas práticas da administração pública; e
- Atuar de forma preventiva e orientativa, promovendo o diálogo com as áreas técnicas e fomentando a gestão do risco como ferramenta de fortalecimento institucional.

Entregas da AUDIT/FNDE no 1º Semestre de 2025

1) Serviços de Auditoria

Serviços de Auditoria	Tema	Objetivo	Status
Assessoramento Técnico, compartilhado com a CGU	Programa Nacional do Livro Didático - PNLD	Avaliar a governança do processo de aquisição do PNLD	Concluído
Assessoramento Técnico	Registro de Preço Nacional - RPN	Análise do processo da fase de planejamento da Ata de Registro de Preço para aquisição de bicicletas	Concluído
Assessoramento Técnico	Auxílio de Avaliação Educacional - AAE	Avaliar a governança do processo de pagamento do AAE, demandado pelo MEC	Em Execução
Avaliação	Tecnologia da Informação - TI	Avaliação da gestão de riscos e de controles internos da área de Tecnologia da Informação	Em Execução
Assessoramento Técnico	Termos de Execução Descentralizada - TED	Finalização dos TEDs no SIMEC para baixa contábil no SIAFI	Em Execução
Assessoramento Técnico	Pacto Nacional de Retomada das obras	Monitoramento das recomendações da CGU – relativas a fiscalização nas obras paralisadas e inacabadas	Em Execução
Avaliação	BB - Ágil	Avaliação da solução do BB-Ágil no âmbito do PDDE	Em Execução
Avaliação	Retomada das Obras indígenas e Quilombolas	Avaliação da execução do Projeto de Cooperação Técnica UNOPS/24.330	Em Execução

2) Serviços de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação das ações de Auditoria:

- a) Portaria nº 103, de 30 de janeiro de 2025 – Revogou a Portaria nº 221, de 3 de maio de 2021, estabelecendo novos procedimentos para o tratamento de demandas oriundas de órgãos de controle e de defesa do Estado encaminhadas ao FNDE.
- b) Realização da Pesquisa de Qualidade da Atividade de Auditoria Interna – A AUDIT/FNDE realizou em fevereiro de 2025 uma Pesquisa sobre a Percepção das Unidades do FNDE, relativa às ações de 2024. As respostas demonstraram uma percepção positiva em relação à atuação da Auditoria Interna do FNDE.
- c) Monitoramento das demandas dos órgãos de defesa do Estado – No 1º semestre de 2025, a AUDIT recebeu 1.090 demandas e instruiu processos SEI, promovendo a interlocução com as unidades e as Diretorias do FNDE:

Demandante	Quantidade
Ministério Público Federal – MPF	840
Ministério Público Estadual – MPE	90
Delegacia de Polícia Federal – DPF	60
Ministério da Educação – MEC	53
Poder Judiciário – PJ	46
Tribunal de Contas Estadual - TCE	1
Total	1.090

Fonte: Auditoria Interna do FNDE

- d) Monitoramento das Recomendações e Determinações de órgãos de controle interno (CGU) e externo (TCU):

I. Demandas emitidas pela CGU

No período de janeiro a junho de 2025, o FNDE recebeu 41 demandas da CGU, sendo 36 por meio do Sistema e-CGU e 4 por meio de Protocolo Digital:

Assunto das Demandas	Quantidade
Auditoria de Conformidade	11
FUNDEB	8
FIES	5
PNLD	5
Termos de Execução Descentralizada (TED)	5
Pacto Nacional pela Retomada de Obras e Serviços de Engenharia	4
PNATE	2
Programa Caminho da Escola	1

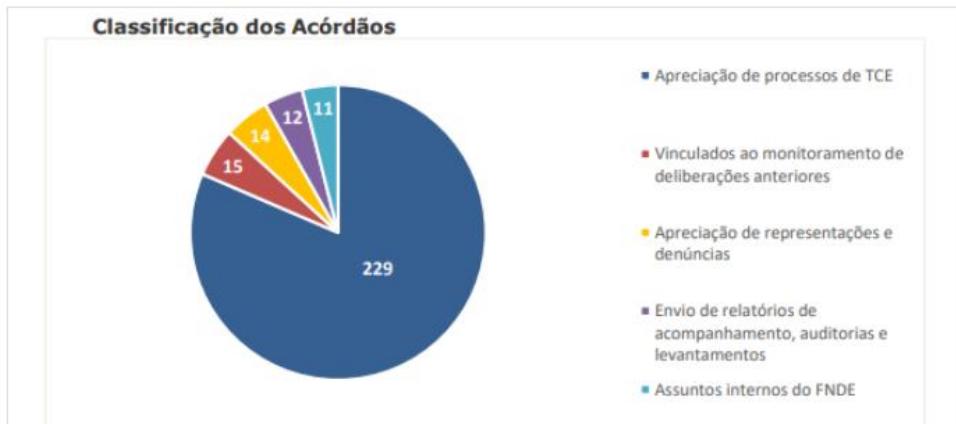
Fonte: Auditoria Interna do FNDE

II. Acórdãos emitidos pelo TCU

No período entre janeiro e junho de 2025, foram recebidos, por meio do sistema Conecta-TCU, 281 Acórdãos relacionados à atuação do FNDE, os quais foram classificados conforme abaixo:

Acórdãos	Quantidade
Apreciação de processos de Tomada de Contas Especial (TCE)	229
Monitoramento de deliberações anteriores	15
Apreciação de representações e denúncias	14
Envio de relatórios de acompanhamento, auditorias e levantamentos	12
Assuntos internos do FNDE	11

Fonte: Auditoria Interna do FNDE



Fonte: Auditoria Interna do FNDE

Dentre os Acórdãos recebidos, apenas 13 continham determinações para manifestação do FNDE ao TCU, sendo que os demais 268 correspondiam a notificações de ciência, que não exigiam resposta por parte da Autarquia.

Os Acórdãos objetos de manifestação foram distribuídos da seguinte forma:

Acórdãos objetos de manifestação	Quantidade
Apreciação de representações e denúncias	4
Monitoramento de deliberações anteriores	4
Envio de relatórios de acompanhamento, auditorias e levantamentos	3
Assunto interno do FNDE	2

Fonte: Auditoria Interna do FNDE

III. Diligências encaminhadas pelo TCU

As Diligências referem-se a pedidos de informações acerca de liberação e aplicação de recursos financeiros, prestações de contas pelos entes federativos, situação da execução e repactuação de obras, entre outros temas.

Ademais, o TCU busca esclarecimentos sobre a operacionalização de programas educacionais, visando garantir a correta utilização dos recursos públicos e a conclusão das obras pactuadas.

A tabela a seguir apresenta o quantitativo de diligências recebidas pela AUDIT e distribuídas às unidades do FNDE no período de janeiro a junho de 2025:

Unidade	Quantidade
Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP)	41
Diretoria Financeira (DIFIN)	38
Diretoria de Administração (DIRAD)	10
Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios (DIGEF)	9
Diretoria de Ações Educacionais (DIRAE)	9
Diretoria de Tecnologia e Inovação (DIRTI)	7
Gabinete da Presidência (GABIN)	4
Procuradoria Federal Junto ao FNDE (PF-FNDE)	1
Total	119

Fonte: Auditoria Interna do FNDE

e. Relatório Anual de Auditoria Interna (RAINT 2024) – documento elaborado pela AUDIT, entre fevereiro e março de cada ano, que registra as informações sobre a execução do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e a análise dos resultados decorrentes dos trabalhos de auditoria.

f. Parecer da Auditoria Interna sobre a prestação de contas anual do FNDE, exercício 2024 – documento que expressa a opinião da auditoria interna sobre a adequação dos processos de governança, gestão de riscos e controles internos, bem como sobre a conformidade da prestação de contas com os normativos aplicáveis.

g. Análise da Conformidade das Tomadas de Contas Especiais – durante o período de janeiro a junho de 2025, a AUDIT/FNDE analisou a conformidade de 229 processos de TCE identificando um total R\$ 118.100.840,53 de potencial prejuízo ao erário, em decorrência das seguintes motivações:

Motivação	Quantidade
Não comprovação da regular aplicação dos recursos	46
Omissão no dever de prestar contas	179
Prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	4

Fonte: Auditoria Interna do FNDE

h. Análises Preventivas de Licitação – entre janeiro e junho de 2025 a AUDIT recebeu 22 Informes de Licitação enviados pela ferramenta Alice, referentes a 13 Pregões Eletrônicos do FNDE. Nenhum deles continha alertas emitidos pelo sistema, assim como não foram constatados elementos suficientes para ensejar uma atuação preventiva junto ao gestor.

i. Monitoramento das Recomendações – Em consulta realizada ao sistema eCGU, em 05 de julho 2025, verificou-se que no primeiro semestre de 2025 foram monitoradas 85 recomendações emitidas pela AUDIT/FNDE e acompanhadas 187 recomendações emitidas pela CGU.

j. Relatório de Atividades do 1º Trimestre da AUDIT, para compor o Relatório de Gestão do FNDE – Elaboração do relatório referente ao período de janeiro a março de 2025, contendo os serviços e atividades de auditoria executados ou que se encontram em execução.

Impedimentos ou (Desafios) Superados

A chegada de novos servidores contribuiu para a melhoria dos trabalhos, embora ainda insuficiente para alcançar os objetivos da Unidade de Auditoria.

Expectativas ou perspectiva para 3º trimestre de 2025?

Avaliação da maturidade da Auditoria Interna, utilizando a metodologia IA-CM, e realização de capacitação especialmente em auditoria baseada em riscos.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) constitui um pilar fundamental na estrutura institucional da Autarquia, tendo como propósito primordial a promoção e o aprimoramento contínuo das atividades relacionadas à conduta ética do seu quadro de servidores.

Com um escopo de atuação abrangente, a Comissão desempenha um papel estratégico ao se posicionar como instância consultiva de inestimável valor, prestando orientação e suporte tanto aos dirigentes quanto aos servidores em todas as questões pertinentes à ética profissional.

Em consonância com os princípios da administração pública e o compromisso com a integridade, a Comissão de Ética do FNDE assume a responsabilidade essencial de zelar pela efetiva aplicação e observância rigorosa do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Este compromisso reforça a cultura de responsabilidade e probidade no ambiente de trabalho.

Em sua premissa operacional, a Comissão dedica esforços significativos ao fortalecimento da cultura ética no âmbito do FNDE. Isso se materializa, em grande parte, por meio da concepção e implementação de ações educacionais e de capacitação, visando conscientizar e engajar os servidores sobre a importância dos preceitos éticos no exercício de suas funções. Adicionalmente, a Comissão possui a atribuição crucial de avaliar e analisar detidamente os possíveis conflitos de interesse que podem surgir no cotidiano da gestão pública, envolvendo os agentes públicos vinculados à Autarquia. Complementarmente, a Comissão atua na análise criteriosa e imparcial das denúncias e representações recebidas, investigando possíveis infrações e conflitos éticos, garantindo a transparência e a responsabilização no serviço público.

Em um passo importante para a formalização de suas atividades e metas, foi aprovado em reunião com os membros da Comissão de Ética o Plano de Trabalho da Comissão de Ética para o ano de 2025. Esta aprovação está em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, que dispõe sobre o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal.

A atuação eficaz e transparente da Comissão de Ética do FNDE é assegurada por sua composição, a qual foi recomposta no ano de 2025, que reúne servidores dedicados e comprometidos com a promoção da conduta ética na Autarquia. A estrutura da Comissão conta com Membros Titulares, seus respectivos Suplentes e uma Secretaria-Executiva, todos desempenhando papéis essenciais para o cumprimento de seus objetivos.

Composição da Comissão de Ética do FNDE

TITULARES

Andrey de Sousa Nascimento – Presidente
Carla Maria Rodrigues Pinheiro Granjeiro
Karen de Sousa Costa

SUPLENTES

Daniel Mendes de Andrade
Aldair de Oliveira Velozo
Flávia de Mello Duarte Pereira

SECRETÁRIA-EXECUTIVA

Marianne Feijó de Lima Freire

De forma geral, para o ano de 2025, espera-se o avanço das iniciativas e projetos destacados no Plano de Trabalho da Comissão de Ética, reforçando continuamente a cultura ética no âmbito do FNDE, assegurando que todos os servidores atuem em estrita conformidade com os princípios e normas estabelecidos. Adicionalmente, o compromisso da Comissão envolve a promoção ativa de ações educacionais e de conscientização, investindo na formação contínua do quadro funcional para disseminar os valores éticos e prevenir desvios de conduta. Igualmente crucial é o seu papel na análise diligente e imparcial de possíveis conflitos de interesse e na apuração rigorosa de denúncias éticas, garantindo a transparência, a responsabilização e a manutenção de um ambiente de trabalho íntegro e probó, fundamental para a credibilidade e eficácia das ações da autarquia em prol da educação brasileira.

[Clique Aqui](#)

Cooperação Internacional

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) conduz diariamente o desafio de garantir execução de políticas educacionais de grande alcance, para materializar sua missão de prestar assistência técnica e financeira e realizar ações que contribuam para uma educação de qualidade para todos.

A cooperação técnica internacional constitui importante instrumento de desenvolvimento para o FNDE, pelo compartilhamento de conhecimentos, experiências e boas práticas e por intermédio do desenvolvimento de capacidades humanas e institucionais, com vistas ao alcance de um salto qualitativo de caráter estruturante duradouro.

No 2º trimestre de 2025, o FNDE contava com quatro projetos de cooperação internacional vigentes, sintetizados no abaixo:

Unesco

- Projeto: 914BRZ1149;
- Título do Projeto: Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para fortalecimento e consolidação das políticas públicas de manutenção escolar como referências nacionais e internacionais em políticas públicas educacionais de excelência;
- Valor do Projeto: R\$ 19.675.709,66 (dezenove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, setecentos e nove reais e sessenta e seis centavos)*;
- Vigência: 48 meses;
- Responsáveis:
 - Diretor (a) do Projeto: Fernanda Mara de Oliveira M C Pacobahyba
 - Coordenador (a): Anderson Wilson Sampaio Santos
- Projeto: 914BRZ1115;
- Título do Projeto: Desenvolvimento de estratégias e ferramentas para monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas educacionais frente às metas do Plano Nacional de Educação – PNE e o Plano de Ações Articuladas – PAR;
- Valor do Projeto: R\$ 21.559.650,00 (vinte e um milhões, quinhentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta reais);
- Vigência: 48 meses;
- Responsáveis:
 - Diretor (a) do Projeto: Fernanda Mara de Oliveira M C Pacobahyba
 - Coordenador (a): Marcio Augusto Roma Buzar

OEI

- Projeto: OEI/BRA/21/002;
- Título do Projeto: Melhoria da Qualidade da Educação no Brasil por meio do Fortalecimento Institucional do FNDE em seu Papel para o Alcance das Metas do PNE;
- Valor do Projeto: R\$ 39.898.029,00 (trinta e nove milhões oitocentos e noventa e oito mil e vinte e nove reais);
- Vigência: 48 meses;
- Responsáveis:
 - Diretor (a) do Projeto: Fernanda Mara de Oliveira M C Pacobahyba
 - Coordenador (a): Ana Paula Torres

UNOPS

- Projeto: UNOPS/24330;
- Título do Projeto: Fortalecimento da gestão em infraestrutura da educação para povos tradicionais no Brasil;
- Valor do Projeto: R\$ 195.304.580,00 (cento e noventa e cinco milhões trezentos e quatro mil e quinhentos e oitenta reais);
- Vigência: 48 meses;
- Responsáveis:
 - Diretor (a) do Projeto: Fernanda Mara de Oliveira M C Pacobahyba
 - Coordenador (a): Marcio Augusto Roma Buzar

(*) Valor totalizado após a revisão mandatária que incorporou os rendimentos de aplicação financeira apurados até janeiro de 2025.

Em relação aos Projetos OEI/BRA/14/004 e 914BRZ1071, relacionados à OEI e à Unesco, respectivamente, informamos que tiveram seu período de vigência encerrados ainda no ano de 2024, restando a conclusão de procedimentos relacionados à eventual devolução de recursos ao Tesouro Nacional.

Os projetos foram elaborados contendo um contexto legal formal, definição dos objetivos, especificação dos resultados esperados e detalhamento das atividades. Após a formalização do Projeto, idealizado com a participação ativa do FNDE, ABC e Organismos Internacionais, planeja-se internamente entre as diretorias da autarquia as necessidades de contratação para a efetivação dos resultados esperados pela cooperação internacional.

Para a execução das ações do Projeto, podem ser realizadas contratações, de pessoas físicas ou jurídicas, seguindo os critérios do projeto, relacionando os produtos a serem entregues com as atividades e os objetivos enquadrados no projeto.

Conforme orientação da Controladoria-Geral da União (CGU), as seleções são realizadas por uma Comissão de Seleção, sempre designadas por Portaria interna, constituídas por servidores e representante do Organismo Internacional.

Após a contratação, a gestão de contratos envolve a realização dos produtos por parte do Consultor, sua entrega à área que supervisiona o trabalho, avalia e aprova o produto, ou demanda ajustes, caso percebidas necessidades de aprimoramento. A partir dos produtos, progressivamente, materializam-se os resultados e objetivos dos Projetos, que também passa por avaliações de meio termo e finais, para avaliar o nível de alcance dos objetivos propostos.

Abaixo arquivo com orientações para a contratação, bem como normativos publicados pelo FNDE a respeito do tema:

[Manual de Orientação para Contratação de Consultoria Especializada](#)

[Portaria nº 722 de 7 de novembro de 2023](#)

Assessoria de Comunicação

Apresentação

O presente Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar de forma transparente e objetiva as ações, projetos, entregas e resultados da Assessoria de Comunicação Social (ASCOM) do FNDE no 1º semestre de 2025.

Quem somos

A ASCOM é responsável por coordenar a comunicação institucional do FNDE, promovendo a identidade da autarquia, articulando-se com órgãos públicos e privados, produzindo conteúdos informativos e gerindo eventos, mídias sociais e ações de acessibilidade e sustentabilidade. Atua com base nas competências previstas no Art. 13 do Regimento Interno do FNDE.

Nossas entregas no 1º Semestre de 2025

- Produção de matérias para o portal e intranet;
- Publicação de cards e vídeos nas redes sociais;
- Apoio e cobertura na organização e execução de mais de 30 eventos institucionais.
- Apoio à comunicação de programas como:
 - Reestruturação da página e estratégia de divulgação em redes sociais e em imprensa das edições do FNDE Chegando Junto (MA e RR), em 2025;
- Pacto pela Retomada de Obras;
- Novo PAC – Educação Segunda Etapa;
- Encontro Nacional do PNAE;
- Criação da logo da 7ª Jornada de EAN;
- Divulgação e acompanhamento da produção do Podcast "Comer é Aprender";
- Guia para Novos Prefeitos;
- Novas filas do Balcão de Atendimento Virtual;
- Criação de campanhas integradas com peças para portal, redes e materiais impressos;
- Lançamento do Portal de Educação Corporativa;
- Realização de dois Seminários Regionais de Valorização e Formação de Merendeiras e Nutricionistas (em Brasília e em Campina Grande);

Entre janeiro e junho de 2025, os canais do FNDE nas redes sociais apresentaram crescimento significativo. Nesse período, foram publicados 202 posts no feed e 289 stories

O alcance chegou a 730,7 mil pessoas, com aumento de 19,7% em comparação ao período anterior. O número de seguidores cresceu 18,9 mil, registrando alta de 178%. As visualizações ultrapassaram 3,6 milhões e as visitas ao perfil atingiram 57,4 mil, com crescimento de 18,1%. Foram 677 mil pessoas alcançadas que não seguiam o perfil.

Projetos Executados

Projeto	Objetivo	Status	Impacto
FNDE Chegando Junto	Apoiar a comunicação em territórios prioritários	Concluído	Ampliação da presença institucional em regiões estratégicas
Pacto Retomada de Obras	Producir conteúdo explicativos e materiais para imprensa e redes	Concluído	Fortalecimento da transparéncia e entendimento das ações governamentais
Novo PAC Educação	Apoiar a divulgação de editais e eventos relacionados	Concluído	Aumento da participação de estados e municípios em ações do FNDE
Encontro Nacional do PNAE	Realizar comunicação institucional do evento com mais de 2 mil participantes	Concluído	Visibilidade ao programa e fortalecimento da rede de alimentação escolar
Portal de Educação Corporativa	Criar identidade visual e apoiar o lançamento da nova plataforma	Concluído	Disponibilização de ambiente virtual de aprendizagem para agentes públicos
Podcast "Comer é Aprender"	Producir série de episódios em parceria com o UNICEF	Concluído	Educação alimentar acessível por meio de canais digitais (YouTube/Spotify)
Guia para Novos Prefeitos	Elaborar material interativo com informações para gestores municipais	Concluído	Facilitação do acesso às políticas públicas e ações do FNDE pelos novos gestores
Comunicação de Sustentabilidade e Acessibilidade	Implementar ações previstas no PLS 2025–2027 e promover acessibilidade	Em andamento	Consolidação de práticas inclusivas e sustentáveis na comunicação institucional

Desafios Superados

Em 2025, a ASCOM enfrentou a expiração simultânea de seis contratos e o afastamento de uma servidora da área de jornalismo. Com a equipe reduzida, foi necessário buscar apoio da DIRAE e iniciar novas contratações.

Inovação e Melhoria Contínua

- Criação de novo Guia para Novos Prefeitos com campanha digital interativa;
- Estruturação visual de campanhas multiplataforma

- Ampliação da atuação no Instagram com carrosséis, vídeos e publicações periódicas;
- Desenvolvimento de logomarcas alinhadas à nova identidade institucional.

Perspectivas para o 2º Semestre de 2025

- Contratação de empresa especializada em eventos institucionais;
- Reforço da equipe com profissionais dedicados exclusivamente à comunicação;
- Aquisição de novos equipamentos de produção com apoio da CGARC;
- Implementação da Política de Comunicação Institucional;
- Expansão da comunicação digital, com vídeos curtos, podcasts, lives e parcerias estratégicas.

Essas iniciativas buscam consolidar a comunicação como ferramenta estratégica para ampliar o alcance das ações do FNDE e aproximar a autarquia da sociedade.

Redes Sociais

- Instagram: @fnde_mec
- Twitter: @fnde_mec
- Facebook: facebook.com/fnde.mec
- YouTube: youtube.com/@fnde_mec

Atendimento Institucional

Apresentação

O presente Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar, de forma clara, objetiva e transparente, as principais ações, projetos, entregas e resultados alcançados pela Assessoria de Relações Institucionais (ASREL) durante o primeiro semestre de 2025, abrangendo o período de janeiro a junho.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tem como missão prestar assistência técnica, promovendo, assim, a melhoria da qualidade da educação no Brasil, assegurando a aplicação eficiente dos recursos públicos e a efetiva implementação das políticas educacionais em todas as etapas da educação básica.

A atuação institucional do FNDE é voltada à orientação e ao suporte técnico a estados, municípios, gestores e técnicos educacionais, parlamentares e à sociedade civil.

O FNDE é responsável pela gestão de programas estratégicos do Governo Federal voltados à educação básica, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), entre outros.

Quem somos

A Assessoria de Relações Institucionais (ASREL) atua como elo entre o FNDE e os entes governamentais, promovendo o relacionamento institucional e a articulação federativa. Somos responsáveis pelo assessoramento à Presidência do FNDE e pelo atendimento institucional, além de responder às demandas oriundas da Assessoria Parlamentar do Ministério da Educação, incluindo requerimentos de informação, projetos de lei e emendas parlamentares relacionadas aos programas do FNDE.

Nosso papel é contribuir para que os entes federativos alcancem seus objetivos em infraestrutura e no aprimoramento das políticas públicas educacionais.

Atendimento Institucional – Principais Atividades

1. Orientação Técnica: Fornecimento de suporte técnico especializado e esclarecimentos sobre a execução dos programas e a correta aplicação dos recursos financeiros.
2. Apoio a Gestores: Auxílio direto a prefeitos, secretários de educação e gestores escolares na implementação eficaz das políticas públicas educacionais.
3. Capacitação: Promoção de treinamentos e formações continuadas com foco na melhoria da gestão dos recursos da educação.
4. Canais de Comunicação: Disponibilização de canais de atendimento ao público, como telefone, email e plataformas digitais (ex: Balcão Virtual), para o esclarecimento de dúvidas e o encaminhamento de demandas.
5. Acompanhamento de Programas: Monitoramento sistemático e avaliação da execução dos programas educacionais, garantindo a correta aplicação dos recursos e o cumprimento dos objetivos propostos.

Canais de Atendimento ao Cidadão e Ações em Campo

- Atendimento telefônico e por e-mail para gestores e cidadãos, com foco em orientações e solução de problemas relacionados aos programas do FNDE;
- Oferta de cursos on-line voltados à capacitação de gestores e profissionais da educação, abordando temas como gestão financeira, planejamento educacional e uso eficiente de recursos;
- Realização de atendimentos presenciais e virtuais a parlamentares, prefeitos e equipes técnicas, com a possibilidade de agendamento prévio para esclarecimento de dúvidas sobre programas e ações;
- Atendimento in loco com participação de técnicos em eventos e fóruns estaduais e municipais – como os promovidos pela Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e nas Caravanas Federativas – com o objetivo de apoiar diretamente os gestores na implementação das políticas educacionais.

Governança, Estratégia e Inovação

A Assessoria de Governança, Estratégia e Inovação tem como missão fortalecer a governança e a gestão estratégica do FNDE, assegurando maior eficiência e transparéncia na atuação da Autarquia. A unidade coordena o planejamento estratégico, a gestão de riscos, a inovação organizacional e a atualização da estrutura interna, além de consolidar a prestação de contas e o Relatório de Gestão. Também atua na formulação de metodologias e indicadores de desempenho, promovendo a melhoria contínua dos processos e projetos estratégicos e fomentando a cultura de inovação e governança corporativa em todo o FNDE.

Gestão de Processos

Gestão de Projetos

Gestão da Inovação

Gestão da Estratégia

Governança

Gestão de Processos

A Gestão por Processos de Negócio (BPM – Business Process Management), conforme preconizado pelo CBOK (Common Body of Knowledge), é uma disciplina estratégica focada em aprimorar o desempenho organizacional por meio do entendimento, da análise, do desenho, da execução, do monitoramento e da otimização contínua dos processos de uma organização. No FNDE, essa abordagem visa maximizar a eficiência, a eficácia e a entrega de valor público, garantindo que as atividades internas estejam intrinsecamente alinhadas aos objetivos estratégicos da autarquia.

Macroprocessos: A Estrutura Essencial da Cadeia de Valor

No cerne da gestão por processos, encontram-se os macroprocessos, que representam os fluxos de trabalho de ponta a ponta (*end-to-end*) que entregam um produto ou serviço significativo a um cliente, seja ele interno ou externo. Estes são conjuntos de processos interligados, muitas vezes transfuncionais, que formam os pilares operacionais da organização e englobam subprocessos, atividades e tarefas menores. A compreensão e o mapeamento dos macroprocessos são cruciais para visualizar como as operações interagem e contribuem diretamente para os resultados gerais, permitindo uma otimização holística do desempenho e impulsionando a melhoria contínua.

A adoção da abordagem por processos no FNDE é intrinsecamente espelhada pela compreensão de sua Cadeia de Valor Institucional. Isso se traduz no desdobramento das cadeias de valor em diversas unidades, refletindo a arquitetura organizacional da autarquia.

Classificação e Papel dos Processos

Para uma gestão eficaz, os processos são categorizados com base em seu papel na entrega de valor e no suporte às operações:

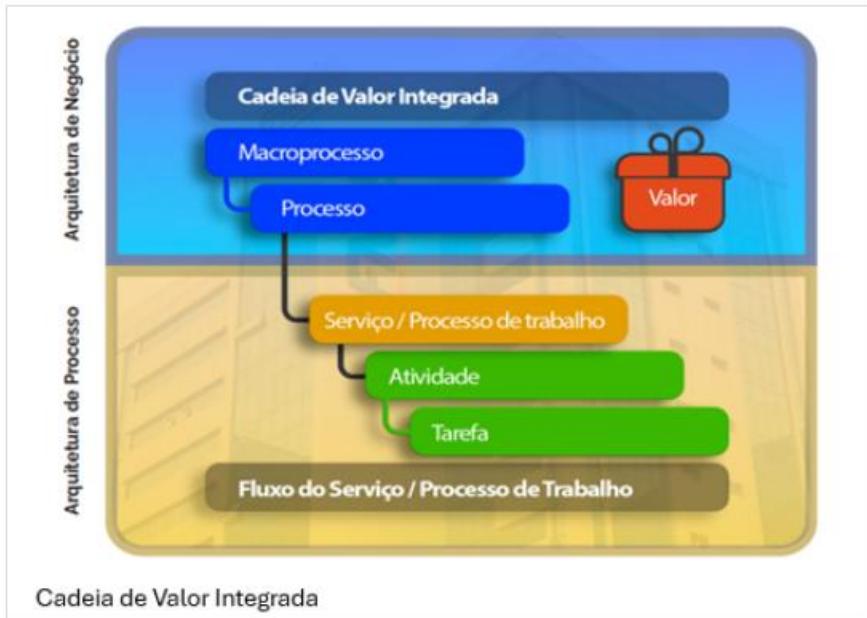
- **Processos Finalísticos (ou Operacionais/Primários):** São os processos-chave que estão diretamente voltados à consecução da missão institucional do FNDE e afetam diretamente o cliente final. Geram a percepção de valor principal, podendo iniciar e terminar fora da autarquia, evidenciando a interação com atores externos.
- **Processos Gerenciais (ou de Gestão/Direcionamento):** Responsáveis por prover a visão corporativa, estes processos estabelecem diretrizes, políticas, normas, métodos, e mecanismos de monitoramento, avaliação e controle. Essenciais para a tomada de decisão, identificam ações preventivas e corretivas, garantindo o alinhamento estratégico e a governança.
- **Processos de Suporte (ou de Apoio):** Permeiam toda a organização e visam garantir o suporte operacional e a disponibilidade dos recursos necessários para a execução dos demais processos. Contribuem essencialmente para o sucesso dos processos finalísticos, assegurando que as condições e os meios estejam disponíveis para a obtenção de resultados de valor junto aos clientes.

Metodologia Aplicada no FNDE: A Cadeia de Valor Integrada

A metodologia utilizada para o mapeamento e a gestão de processos no FNDE foi desenvolvida observando-se rigorosamente o conceito de Cadeia de Valor Institucional. Essa abordagem se fundamenta na Arquitetura de Negócios e Processos do FNDE.

- A Arquitetura de Negócios compreende a definição e a inter-relação dos macroprocessos e processos estratégicos da autarquia.
- A Arquitetura de Processos detalha o fluxo, desdobrando cada serviço ou processo de trabalho em atividades e tarefas específicas, permitindo um entendimento granular e uma otimização precisa das operações.

Essa sistemática garante que a gestão de processos no FNDE seja não apenas uma ferramenta de eficiência, mas um elemento estratégico que alinha as operações diárias à missão e à visão de futuro da autarquia, consolidando sua capacidade de entregar resultados consistentes e de alta qualidade à sociedade brasileira em 2025.



Fonte: AGEST

Cadeia de Valor Integrada

A cadeia de valor é o fluxo de atividades que vai da origem dos recursos até a entrega de um conjunto de “valores” (produto) aos diversos públicos-alvo atendidos. A partir de uma representação gráfica de seus principais macroprocessos, a organização busca uma lógica de estruturar e comunicar internamente e externamente o que e como pretende agregar valor para seus beneficiários.

O macropasso finalístico do FNDE é composto pelas atividades dos órgãos singulares da autarquia: Diretoria de Ações Educacionais, Diretoria de Gestão de Fundos e Benefícios e Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais.

De acordo com o Escritório de Gestão de Processos o Macropasso finalístico “Gestão do Financiamento para o Desenvolvimento da Educação” engloba os seguintes processos no âmbito das políticas de financiamento da Educação:

- Planejar a gestão do financiamento para o desenvolvimento da educação: Priorizar as ações e alocar recursos para programas de financiamento da educação, com base no Plano Nacional de Educação, no Censo Escolar e no desempenho dos alunos;
- Prover Financiamento aos Entes Federativos: Distribuir fundos para os entes federados, com foco na manutenção e desenvolvimento da educação básica pública e na valorização dos profissionais da educação;



Fonte: AGEST

Para avançar na gestão por processos, o FNDE implementará as seguintes ações estratégicas em 2025:

- Formalização e Governança (1º semestre /2025):
 - Fortalecer o Escritório de Processos (BPMO/CoE) para padronização de fluxos e manualização de atividades das unidades.
 - Atualizar o repositório de processos das unidades organizacionais.
 - Elaborar Plano Diretor de GP com fases e prioridades a partir da criação da Divisão responsável.
 - Definir papéis e responsabilidades, incluindo donos e gerentes de processo.
- Mapeamento e Modelagem (Cronograma de atividades - julho a dezembro/2025):
 - Mapear e modelar detalhadamente processos (com BPMN), priorizando os críticos por impacto e risco para a institucionalização da Política de Gestão de Riscos.
 - Adotar ferramenta BPMS para centralizar conhecimento, facilitar a gestão e a comunicação dos processos.
 - Disponibilizar os mapeamentos as unidades dirigentes para aprovação e validação.
- Análise e Otimização:
 - Realizar análise de desempenho para identificar melhorias.
 - Aplicar metodologias de melhoria contínua.
 - Focar na digitalização e automação (RPA) de atividades repetitivas.
- Implementação e Monitoramento:
 - Integrar KPIs de processo ao Painel de Indicadores Estratégicos (Power BI) para monitoramento em tempo real.
 - Instituir ciclo de revisão periódica dos processos.
 - Conduzir gestão da mudança para garantir engajamento e adesão.

- Cultura e Capacitação:

- Oferecer programa abrangente de capacitação em GP para todos os níveis.
- Fomentar cultura de melhoria contínua, valorizando proposições de soluções.
- Criar comunidades de prática para troca de experiências.

A implementação dessas ações transformará a gestão do FNDE, tornando-a mais ágil, transparente e orientada a resultados, consolidando seu papel de referência e ampliando sua capacidade de gerar valor para a educação.

Gestão de Projetos

A gestão de projetos no FNDE visa garantir que as iniciativas estratégicas da Autarquia sejam conduzidas de forma organizada, eficiente e alinhada às prioridades institucionais. Em 2025, o modelo de gestão de projetos fortaleceu a governança, permitindo maior controle, transparência e integração entre as áreas, além de contribuir para a aplicação eficiente dos recursos públicos e para a entrega de resultados concretos à sociedade.

Atualmente, os projetos vinculados ao Plano Estratégico Institucional são:

1 – Fortalecimento da Gestão de Processos:

O projeto estratégico Fortalecimento da Gestão de Processos tem como objetivo revisar o modelo vigente e implantar o Escritório e os Núcleos de Processos de Negócios no FNDE, com a participação de todas as unidades dirigentes. Entre as entregas já realizadas estão a atualização de fluxos das áreas-meio, a avaliação de maturidade em gestão de processos — que identificou nível inicial — e a proposição de um modelo de Escritório de Processos de Negócios (EPN) alinhado às necessidades institucionais.

Atualmente, a equipe concentra esforços no mapeamento e na revisão dos processos da Autarquia, com o propósito de implementar a gestão de riscos aplicada aos processos estratégicos. Essa atuação tem como finalidade identificar vulnerabilidades, propor melhorias e estabelecer práticas que promovam maior eficiência, padronização e segurança na execução das atividades institucionais.

2 – Fortalecimento da Gestão de Projetos:

O projeto contempla a revisão da metodologia atualmente utilizada para a gestão de projetos, com vistas a identificar pontos de melhoria, alinhar práticas às diretrizes estratégicas do FNDE e às boas práticas reconhecidas em gestão pública. A partir desse diagnóstico, será elaborada a proposição de um novo modelo de gestão de projetos, que inclui, entre suas recomendações, a criação de um Escritório de Projetos Institucional, destinado a apoiar a governança, padronizar metodologias, acompanhar resultados e fortalecer a integração entre as iniciativas estratégicas da Autarquia.

3 – Projeto Malha Fina FNDE:

Em 2020, o FNDE firmou o primeiro Acordo de Cooperação Técnica com a CGU, que resultou na criação e implementação do Malha Fina – FNDE, modelo preditivo para análise das prestações de contas. A iniciativa permitiu a homologação automática de mais de 60 mil prestações de contas nos programas PDDE, PNAE e PNATE, gerando economia de cerca de R\$ 787 milhões e reduzindo o passivo histórico da Autarquia.

Considerando os avanços já obtidos, será firmado novo Acordo de Cooperação Técnica com a CGU para aprimorar o tratamento de dados e a prestação de contas dos recursos transferidos pelo FNDE. O acordo amplia a aplicação do modelo Malha Fina para transferências discricionárias e outros programas, consolidando um modelo mais moderno, transparente e preventivo de controle dos recursos públicos.

4 – Compra centralizada de ônibus para o Programa Caminho da Escola

O Governo Federal, com o apoio do MEC/FNDE, propôs a implementação de um modelo excepcional de compra centralizada de ônibus escolares no âmbito do Programa Caminho da Escola, com posterior doação aos municípios selecionados pelo PAC. A medida busca superar entraves enfrentados pelos entes federados na execução dos repasses, garantindo maior eficiência, agilidade e transparência no processo de aquisição. Com ajustes normativos e operacionais em curso, a iniciativa reforça o papel estratégico do FNDE na execução de programas educacionais e amplia a capacidade de atendimento às demandas de transporte escolar, sobretudo em regiões mais vulneráveis.

Para saber mais sobre a gestão de processos do FNDE, [clique aqui.](#)

Gestão da Inovação

A Gestão da Inovação ocorre, de forma direta, por meio do Laboratório de Inovação e de iniciativas que visam fortalecer a Gestão do Conhecimento.

No Laboratório de Inovação são desenvolvidas ações que estimulam o desenvolvimento de Projetos Inovadores. Foi, por exemplo, nesse Laboratório que surgiu a ideia do Prêmio Nacional de Educação, 2º Prêmio Nacional de Educação. O Prêmio tem como objetivo fomentar a realização de estudos e pesquisas sobre políticas públicas educacionais, em particular sobre os programas financiados pelo FNDE, de modo a subsidiar a atuação do órgão para o aperfeiçoamento da gestão e das políticas educacionais. Duas edições foram concluídas e uma nova edição está em fase de construção.

O Laboratório também apoia projetos inovadores desenvolvidos na Autarquia, seja por meio da disponibilização de assessoramento técnico especializado, seja disponibilizando um espaço físico para reuniões, discussões e construções desses projetos inovadores.

Na área de Gestão do Conhecimento têm-se o Prêmio Nacional de Educação, já mencionado acima, a série Científica "Cadernos do FNDE" e o Grupo de Pesquisas.

A Série Científica "Cadernos do FNDE" tem por principal objetivo de estimular novas pesquisas e divulgar produções acadêmicas dos servidores da Autarquia visando o aperfeiçoamento dos Programas e Projetos do FNDE.

Gestão do Conhecimento

Prêmio Nacional de Educação

O Prêmio Nacional de Educação é uma iniciativa concebida por servidores do FNDE com o propósito de incentivar a realização de estudos e pesquisas sobre políticas públicas educacionais, especialmente sobre programas financiados pela Autarquia. Integrado às ações do Grupo de Pesquisa e à Série Científica Cadernos do FNDE, o prêmio contribui para subsidiar a gestão e o aperfeiçoamento institucional.

Instituído pela Portaria nº 291, de 13 de maio de 2022, o prêmio é realizado bienalmente, com planejamento conduzido por um Comitê de servidores e apoio da unidade de Estratégia da Autarquia. A premiação resulta da avaliação de artigos científicos relacionados às políticas e programas educacionais do FNDE.

Resultados:

- 1^a edição (2021/2022): parceria FNDE e Escola Nacional de Administração Pública (Enap)
- 2^a edição (2023): parceria FNDE e Escola Nacional de Administração Pública (Enap)

A 3^a edição, inicialmente prevista para 2025, precisou ser revista devido à impossibilidade de renovação do acordo de cooperação com a Enap e à necessidade de reestruturação do projeto. Enquanto as edições anteriores contemplaram temas amplos na área da Educação, a próxima edição deverá priorizar temas específicos do FNDE, diretamente relacionados a seus principais programas e projetos educacionais.

Cadernos do FNDE

Criada em 2020, a Série Científica Cadernos do FNDE é um periódico institucional voltado à promoção de pesquisas e à divulgação de produções acadêmicas de servidores. Publica artigos inéditos, ensaios, resenhas e relatos de experiência de mestres e doutores das áreas de Educação, Administração, Economia, Políticas Públicas e Gestão Pública.

A Série aceita trabalhos em português, inglês e espanhol que contribuam para o debate acadêmico e para a disseminação de conhecimento sobre políticas educacionais, abordando temas como: histórico, financiamento, execução, monitoramento, avaliação e impactos. Não são aceitos textos submetidos simultaneamente a outros periódicos ou que não atendam a princípios éticos da pesquisa científica.

Para acessar todas as edições, [\[clique aqui\]](#).

Visando manter o estímulo à pesquisa e aumentar a eficiência técnica e operacional, discute-se a possibilidade de estabelecer parceria com revista científica de outra autarquia vinculada ao Ministério da Educação. Essa associação traria vantagens como economia de escala e escopo, aproveitamento de sinergias e fortalecimento de um periódico já em operação.

Grupo de Pesquisa

O Grupo de Pesquisa – Programa de Produção e Aplicação do Conhecimento – tem como finalidades coletar, armazenar e tratar informações científicas provenientes dos Prêmios FNDE, dissertações e teses de servidores, bem como estimular e desenvolver trabalhos científicos em áreas de interesse estratégico da Autarquia.

Em 2025, o FNDE, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e o Comitê Gestor do Mestrado Profissional em Administração Pública (Profiap), realizou processo seletivo específico (Edital Profiap nº 12/2025 – Turma FNDE). Outras parcerias com universidades estão em análise para ampliar a oferta de pós-graduação e qualificação dos servidores, com foco na melhoria contínua dos programas e projetos institucionais.

Para 2026, está prevista a retomada dos encontros mensais do Grupo de Pesquisa, reestruturados para priorizar a aplicação prática dos resultados acadêmicos produzidos, fortalecendo o intercâmbio de ideias e o apoio mútuo entre os participantes.

Laboratório de Inovação

Instituído pela Portaria nº 619, de 11 de outubro de 2018, o Laboratório de Inovação do FNDE está vinculado à Assessoria de Governança, Gestão Estratégica e Inovação (AGEST) e tem como finalidade difundir e consolidar a cultura de inovação no âmbito da Autarquia, contribuindo para o fortalecimento da gestão dos programas educacionais.

O Laboratório busca estimular a inovação entre os servidores públicos, oferecendo um ambiente colaborativo para debates, geração de ideias, prototipagem, testes e implementação de soluções. Ao promover a experimentação e o aprendizado contínuo, o espaço contribui para ampliar a eficiência, a efetividade e a legitimidade de processos, serviços e políticas públicas voltadas à sociedade.

Em 2024, a AGEST estruturou, com apoio de consultoria especializada, o Programa de Inovação do FNDE, iniciado em 2025. O programa tem por objetivo transformar o FNDE em uma instituição mais ágil, eficiente e alinhada às melhores práticas de inovação, a partir de três eixos de atuação:

- **Governança:** formulação, implementação e monitoramento de mecanismos de inovação e de projetos estratégicos, em alinhamento aos objetivos institucionais;

- Cultura de Inovação: capacitações, oficinas, disseminação de metodologias ágeis, apoio técnico e gestão do conhecimento;
- Incubação e Aceleração de Projetos: estruturação de processos para entrada e acompanhamento de projetos, estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais e padronização da assistência técnica.

No primeiro semestre de 2025, o Laboratório sediou diversas oficinas internas voltadas à capacitação, à estruturação e à operacionalização de mecanismos de governança, conduzindo rodadas bem-sucedidas que reforçaram a integração entre inovação e gestão estratégica.

Entre as iniciativas de destaque, o FNDE lançou a 1ª edição do Manual de Governança Institucional do FNDE, apresentada em workshop promovido pelo Instituto Serzedello Corrêa (ISC), escola de governo do Tribunal de Contas da União (TCU). O Manual foi entregue oficialmente ao ministro do TCU, Augusto Nardes, simbolizando o avanço do FNDE na consolidação de instrumentos voltados à integridade, à eficiência e à orientação por resultados. O evento contou com a presença da presidente do FNDE, Fernanda Pacobahyba, que destacou o alinhamento da iniciativa à política de governança defendida pelo MEC.

Perspectivas para 2025

Ao longo de 2025, o Laboratório de Inovação terá como prioridade a implementação do Programa de Inovação, apoiada em indicadores de acompanhamento vinculados ao planejamento estratégico do FNDE. Suas ações estarão voltadas ao fortalecimento da governança de projetos estratégicos, mediante metodologias consolidadas e métricas de monitoramento que assegurem qualidade e efetividade.

Além disso, buscará ampliar parcerias institucionais direcionadas à inovação em políticas educacionais, disseminar práticas inovadoras por meio da participação de servidores em oficinas, capacitações e comunidades de prática e reforçar a gestão do conhecimento, com mensuração sistemática de resultados. Com isso, o FNDE avança na construção de uma gestão mais eficiente, inovadora e orientada à entrega de valor público à sociedade.

Dúvidas? Sugestões?

Telefone (61) 2022-4280 e o e-mail laboratorio.inovacao@fnde.gov.br

Gestão da Estratégia

Planejamento Estratégico no FNDE: Rumo a 2025

O planejamento estratégico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) tem demonstrado uma significativa evolução, refletindo a crescente complexidade das necessidades educacionais e as demandas por maior eficiência na gestão pública. Iniciada com foco em ações pontuais de distribuição de recursos, a abordagem do FNDE amadureceu para um modelo estruturado e integrado, alinhando suas iniciativas às políticas educacionais nacionais e consolidando sua posição como entidade chave no financiamento e implementação de programas educacionais.

Desde os anos 2000, o FNDE tem implementado um planejamento formal, incorporando análises de contexto, definição de metas de longo prazo e avaliação de resultados, com intensificação da modernização e uso de tecnologia a partir de 2010 para otimizar recursos e aumentar a transparência.

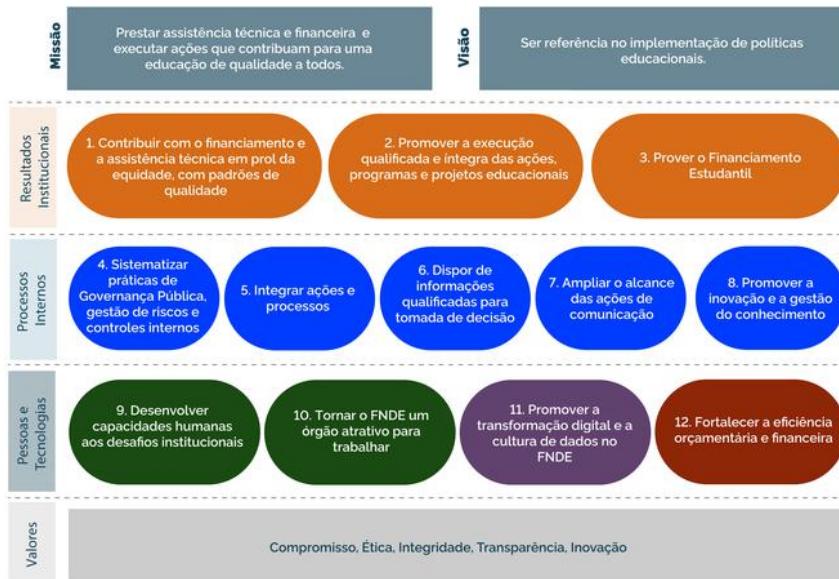
O Ciclo Estratégico 2023-2027: Alicerce para a Gestão 2025

O ciclo estratégico vigente (2023-2027) é o fundamento para as ações do FNDE em 2025 e foi elaborado a partir de etapas metodológicas robustas, incluindo:

- Análise da Cadeia de Valor para construção do Mapa Estratégico;
- Definição da missão, visão e valores institucionais;
- Estabelecimento de 12 objetivos estratégicos e 23 indicadores globais; e
- Priorização de projetos estratégicos com seus atributos de entregas, prazos e unidades responsáveis.

Os **Referenciais Estratégicos** e o **Mapa Estratégico** são ferramentas visuais essenciais que traduzem a visão e a estratégia da organização, alinhando os objetivos em perspectivas fundamentais (Resultados Institucionais, Processos Internos, Pessoas e Tecnologia, Orçamentária) e gerenciados por indicadores. Esse conteúdo é periodicamente revisado e ajustado pelo Conselho Executivo (CONEX) conforme necessário.

Mapa Estratégico FNDE 2023 - 2027



O FNDE enfrenta o desafio contínuo de implementar uma sistemática de medição coordenada para o acompanhamento do desempenho organizacional. As metas estratégicas estabelecidas buscam comunicar o nível esperado de desempenho, mobilizar a organização para resultados tangíveis e mensuráveis, e concentrar esforços em melhorias, com ajustes pontuais nos indicadores e metas sendo realizados e publicados por portarias.

Desdobramento e Operacionalização da Estratégia em 2025

Para garantir a execução efetiva, o FNDE desdobra seu planejamento estratégico em planos táticos, desenvolvidos pela média e alta gerência, para fortalecer as ações e o acompanhamento dos projetos em unidades específicas. Esta decomposição alinha os objetivos estratégicos a declarações de resultados (objetivos, indicadores e metas) e de esforços (iniciativas) de cada unidade, com uma carteira de projetos e um conjunto de indicadores que permitem acompanhar o alcance dos objetivos ao longo do ano.

Monitoramento, Avaliação e Aprendizado Contínuo

O ciclo de avaliação e aprendizado no FNDE é um processo contínuo e se baseia em três frentes de trabalho essenciais para 2025:

1. Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE): Essencial para a gestão por resultados, a RAE é um encontro regular e periódico onde lideranças e equipes analisam dados atualizados, fornecem feedback sobre o progresso, examinam o alcance de resultados e a execução de iniciativas. O objetivo é verificar progressos, barreiras, riscos, acompanhar decisões anteriores, aprender com os esforços de cada unidade e sugerir ajustes ou atualizações de rumo, gerando planos de ação para direcionamentos futuros.
2. Oficinas de Sistematização do Planejamento Estratégico: Essas oficinas são fundamentais para a revisão de conceitos, sistematização da coleta de indicadores e definição de metas. Contribuem significativamente para a validação dos dados e a consolidação do Painel de Gestão, alinhando projetos estratégicos ao Plano Plurianual (PPA).
3. Painel de Indicadores Estratégicos: Desenvolvido pela Coordenação-Geral de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação (CGEDI), atualmente Assessoria de Governança, Gestão Estratégica e Inovação (AGEST), utilizando a ferramenta Microsoft Power BI, este painel é a principal ferramenta de monitoramento e avaliação do FNDE. Alimentado periodicamente, ele permite o acesso dos servidores a informações estratégicas (metodologia Balanced Scorecard - BSC), garantindo que os esforços da organização estejam direcionados para o alcance dos resultados. Aperfeiçoamentos e atualizações contínuas em 2024 e 2025 asseguram a disponibilidade e usabilidade de suas funcionalidades.

Avaliação de Desempenho Institucional e Compromisso com Resultados

O esforço institucional do FNDE em relação ao seu planejamento estratégico em 2024 gerou resultados visíveis, aprimorando indicadores e fortalecendo o comprometimento das equipes com o alcance de metas.

A apuração do desempenho é realizada por meio do levantamento dos resultados obtidos no Painel de Indicadores, cujos valores são informados pelas diversas diretorias e unidades. A vinculação dos indicadores ao Mapa Estratégico é essencial para a eficiência da gestão estratégica, e a apuração dos resultados contribui para a avaliação do desempenho institucional, conforme estabelecido no Decreto nº 7.133/2010 e disciplinado pela Portaria FNDE nº 1.073/2010.

A avaliação de desempenho é um instrumento de gestão que identifica oportunidades de melhoria e contribui para a gratificação dos servidores.

Ações do Planejamento Estratégico em 2025:

Para fortalecer ainda mais o planejamento estratégico do FNDE em 2025, apresentam-se as seguintes ações:

- **Oficinas Internas:** revisão da Estrutura organizacional, implementação da Política de Governança institucional, elaboração de regimento interno.
- **Aprimoramento da Governança de Dados:** Implementar um plano robusto de governança de dados para garantir a qualidade, integridade e disponibilidade das informações que subsidiam os indicadores estratégicos, utilizando tecnologias avançadas de análise e big data.
- **Integração Tecnológica e Inteligência Artificial:** Explorar o uso de ferramentas de Inteligência Artificial e Machine Learning para predizer tendências, otimizar a alocação de recursos e identificar proativamente riscos e oportunidades no âmbito dos programas educacionais.
- **Fortalecimento da Cultura Estratégica:** Intensificar programas de comunicação interna e treinamentos para que todos os níveis da autarquia compreendam e se sintam parte da execução da estratégia, fomentando uma cultura de resultados e inovação.
- **Ciclo de Melhoria Contínua Formalizado:** Instituir um processo formal de aprendizado e ajuste baseado nas Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE), com a documentação clara das lições aprendidas e a implementação ágil de planos de ação decorrentes das avaliações.
- **Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos Estratégicos Integrada:** Desenvolver um mapeamento detalhado dos riscos estratégicos que podem impactar o alcance dos objetivos, integrando-o de forma mais profunda à gestão de riscos existente e estabelecendo planos de contingência específicos.

Governança

Política de Governança do Fnde

A governança institucional emerge como um pilar fundamental para a excelência na gestão pública, especialmente em autarquias como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que desempenha um papel crucial na implementação de políticas públicas educacionais e na gestão de recursos destinados ao financiamento da educação no Brasil. A adoção de um sistema de governança estruturado e a uniformização de colegiados são imperativos para garantir a eficiência, a transparência e a qualidade na tomada de decisões, elementos essenciais para assegurar a entrega de valor público à sociedade.

O FNDE, ao longo de sua trajetória, tem se pautado pela busca contínua do aprimoramento de seus mecanismos de transparência e prestação de contas. Em linha com a evolução da governança pública no Brasil, que reflete um movimento em direção à modernização do Estado, o FNDE tem intensificado suas ações para promover a eficiência administrativa, a responsabilidade social e a cidadania ativa.

Princípios como a transparência, a participação cidadã, a responsabilidade, a ética e a integridade são pilares que visam não apenas prevenir a corrupção, mas também fomentar as melhores práticas administrativas. Conforme o Referencial Básico de Governança Organizacional, 3ª edição, do Tribunal de Contas da União (TCU), a governança é definida como:

"a aplicação de práticas de liderança, de estratégia e de controle, que permitem aos mandatários de uma organização pública e às partes nela interessadas avaliar sua situação e demandas, direcionar a sua atuação e monitorar o seu funcionamento, de modo a aumentar as chances de entrega de bons resultados aos cidadãos, em termos de serviços e de políticas públicas."

Nesse contexto, a institucionalização da Política de Governança do FNDE representa um marco estratégico para 2025, solidificando o compromisso da autarquia com os mais elevados padrões de gestão. Essa iniciativa foi formalmente estabelecida por meio da Portaria nº 323, de 04 de abril de 2025, publicada no Boletim Pessoal e de Serviços (BPS) 143/2025. Esta portaria delinea o Sistema de Governança e Gestão do FNDE, abrangendo em seu Capítulo I os Princípios, Objetivos e Diretrizes que nortearão a atuação da autarquia.

A formalização da governança no FNDE é impulsionada pelo Decreto nº 9.203/2017, que visa promover integridade, transparência e eficiência na administração pública, exigindo a criação de estruturas de governança. Devido a desafios prévios e ao descumprimento do decreto, por gestões anteriores, o Tribunal de Contas da União, por meio do Acórdão nº 1221/2023 – Plenário, determinou ao FNDE a imediata implementação de sua estrutura de governança. Em resposta, o FNDE iniciou a estruturação de sua Política e Sistema de Governança Institucional, reafirmando seu compromisso com altos padrões de governança corporativa.



Fundamentos da Política de Governança Institucional:

Os princípios que sustentam a Política de Governança, conforme o Art. 4º da Portaria nº 323/2025, incluem:

- Liderança: Essencial para o direcionamento estratégico;
- Integridade: Padrão ético inegociável;
- Gestão participativa: Envolvimento de stakeholders;
- Accountability: Responsabilização e prestação de contas;
- Responsabilidade: Assunção de deveres e consequências;
- Compromisso: Dedicação à missão institucional;
- Equidade: Tratamento justo e imparcial; e
- Transparência: Abertura e acessibilidade das informações.

Os objetivos estratégicos (Art. 5º) visam:

- Institucionalizar os conceitos de governança;
- Adotar um sistema de comunicação eficiente para disseminar tais conceitos;
- Avaliar o ambiente e os cenários para planejar e priorizar ações;
- Promover a sensibilização, capacitação e conscientização dos servidores;
- Direcionar a preparação, articulação, coordenação e implementação de políticas e planos;
- Monitorar o desempenho e os resultados para aprimorar serviços e gerar valor público.

As diretrizes da política de governança do FNDE, conforme o Artigo 6º da Portaria nº 323/2025, focam em:

- Definição clara de competências e responsabilidades;
- Consideração dos interesses das partes envolvidas;
- Eficiência na gestão de compliance e integridade;
- Incentivo à modernização administrativa;
- Alinhamento dos objetivos organizacionais ao interesse público;
- Criação de um sistema eficaz de gestão de riscos e controles internos;
- Aprimoramento da liderança;
- Promoção da integridade;
- Boas práticas de transparência, prestação de contas e responsabilização;
- Processos decisórios ágeis e baseados em evidências;
- Revisão de normas com boas práticas regulatórias; e
- Fortalecimento das relações com a sociedade e outras instituições.

Ações Estratégicas e o Cronograma de Governança

Para consolidar essa política, o FNDE delineou uma série de ações estratégicas, como um projeto de sistematização de práticas de governança iniciado em 2023/2024, contendo cronograma de atividades que tem sido implementado, de forma mais efetiva, ao longo de 2025, com foco na capacitação, estruturação e operacionalização dos mecanismos de governança. As oficinas internas desempenham um papel central nesse processo, conforme detalhado nas rodadas de Governança:

- 1^a e 2^a Rodadas (março/2025): Discussões sobre a estrutura organizacional, o resultado do FNDE no questionário de maturidade de governança (Índice ESG 2024), o cronograma de atividades para discussão de conceitos, constituição de comitês temáticos;
- 3^a Rodada (abril – maio/2025): Focada na Governança – conceitos, Política, Criação e composição dos Comitês. Esta rodada teve por objetivo alinhar o entendimento e preparar a autarquia para a formalização das estruturas dos colegiados;
- 4^a Rodada (maio – junho/2025): Abordagem do Mecanismo de Governança: Estratégia, com a Revisão de ações do PEI 2023-2027 e orientação para elaboração do Sumário Executivo das diretorias. Esta etapa visou a integração da governança com as ações do planejamento estratégico da autarquia;
- 5^a Rodada (agosto/2025): Realização do "Governance Day 2025", evento representa um momento de culminância e celebração, promovendo a disseminação e o engajamento de toda a instituição;
- 6^a Rodada (Agosto a dezembro/2025): Dedicada às Capacitações em Gestão de Riscos e Controles Internos. Atividade realizada em parceria com a Auditoria Interna e instituições públicas, essencial para aprimorar a resiliência e a eficácia operacional da autarquia.

Essas oficinas são fundamentais para promover a sensibilização, capacitação e conscientização dos servidores em relação aos conceitos e práticas de governança, conforme o Art. 5º, inciso IV, da Portaria nº 323/2025.

Estrutura de Governança e a Constituição dos Comitês Temáticos (ESG - TCU):

A estrutura de governança do FNDE, detalhada nos Art. 9º a 18 da Portaria, é composta pelo Conselho Executivo, Colegiados Temáticos e instâncias internas de apoio à governança, como COGER, AUDIT, PF-FNDE, OUVID, UGI e a Comissão de Ética.

Um dos pilares dessa estrutura e um objetivo central para 2025 é a criação e operacionalização do Comitê de Governança, Riscos e Controle Interno (GRIC). Para a operacionalização da governança institucional, os comitês do FNDE serão organizados por temas, de forma interativa, estruturada e regulada, com a finalidade de alcançar os objetivos organizacionais e conferir suporte à tomada de decisão. Este comitê será responsável por:

1. Estabelecer seu Plano de Trabalho, Regimento Interno e Cronograma de agendas anuais de reuniões;
2. Propor Planos de Ação e Iniciativas para a melhoria do Índice ESG (Governança, Social e Ambiental) do TCU, que é um indicador crucial para a avaliação da maturidade da governança das instituições públicas;
3. Apresentar ao GRIC os planos de ação para posterior deliberação do CONEX (Conselho Executivo); e
4. Monitorar e deliberar sobre a implementação da política de governança CONEX FNDE.

A constituição de comitês temáticos reflete o compromisso do FNDE com uma governança abrangente e especializada, alinhada às melhores práticas e às exigências do Tribunal de Contas da União. Estão previstos os seguintes Comitês de Governança:

1. Comitê de Governança, Riscos e Controles Internos: Aborda a estrutura geral e os processos da autarquia;
2. Comitê de Governança em Gestão de Pessoas: Foca na valorização e desenvolvimento do capital humano;
3. Comitê de Governança em Gestão Orçamentária e Financeira: Garante a alocação e o uso eficiente dos recursos;
4. Comitê de Governança em Contratações e Aquisições: Assegura a transparência e a conformidade nos processos de compra;
5. Comitê de Governança Digital: Essencial para a proteção de dados e a modernização digital; e
6. Comitê de Governança em Sustentabilidade Ambiental e Social: Integra as dimensões ESG nas decisões e operações do FNDE.

A relevância da criação desses comitês reside na capacidade de cada um abordar aspectos específicos da gestão do FNDE, promovendo a especialização e a eficácia na implementação das diretrizes de governança. O monitoramento do Resultado TCU – Índice ESG (Plano de Ação 2025) será um indicador-chave do sucesso dessas iniciativas, demonstrando o avanço da autarquia em termos de práticas de governança.

Um sistema de governança estruturado no FNDE proporcionará melhorias substanciais em diversas frentes:

- **Melhoria na tomada de decisão:** Com processos decisórios mais bem informados, baseados em dados e evidências, resultando em escolhas mais acertadas;
- **Aumento da transparência:** Pela clareza nas políticas e ações do FNDE, promovendo maior confiança entre os controles e os agentes internos e externos;
- **Eficiência operacional:** Com a melhoria na gestão dos recursos públicos, evitando sobreposição de esforços e desperdícios; e
- **Alinhamento estratégico:** Garantindo que as ações do FNDE estejam alinhadas aos objetivos educacionais nacionais, contribuindo efetivamente para o desenvolvimento da educação no país;

A uniformização dos colegiados do FNDE é a iniciativa de grande relevância implementada em 2025, pois essas instâncias são fundamentais para a deliberação e acompanhamento das políticas públicas. Busca-se com isso:

- **Padronização de procedimentos:** Com a definição de regras claras e uniformes para a criação, funcionamento e extinção dos colegiados.
- **Eliminação de sobreposições de competências:** Otimizando a atuação e evitando redundâncias entre diferentes colegiados.

- **Fortalecimento institucional:** Pela adoção de práticas e normas que promovam maior representatividade e eficiência.
- **Transparência e controle social:** Através da ampliação da participação social e do acesso a informações sobre a atuação dos colegiados.

A institucionalização da Política de Governança no FNDE, por meio da publicação da Portaria nº 323/2025, e a estruturação dos comitês temáticos, representa um avanço significativo na busca pela excelência na gestão pública.

Essas ações, impulsionadas pelo Decreto nº 9.203/2017 e pela determinação do Acórdão nº 1221/2023 – Plenário do TCU, reforçam o compromisso da autarquia com a transparência, a eficiência e a accountability na gestão dos recursos destinados à educação, contribuindo diretamente para o alcance dos objetivos institucionais e para a entrega de serviços de maior qualidade à sociedade brasileira.

A governança institucional do FNDE, alicerçada em mecanismos de liderança, estratégia e controle, busca equilibrar a autonomia administrativa com a necessidade de atuação colaborativa nas políticas educacionais.

A recente proposição de nova estrutura regimental, o esforço para estruturar a governança de dados e a busca por fortalecer e qualificar a força de trabalho demonstram o compromisso contínuo com a melhoria dos resultados e a integridade da autarquia. A gestão estratégica monitorada e articulada, juntamente com instâncias de governança especializadas, são elementos-chave para enfrentar os desafios e garantir que o FNDE continue a desempenhar seu papel fundamental no desenvolvimento da educação no Brasil.

Desempenho da Gestão

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) exerce papel essencial na execução das políticas públicas de educação no Brasil, atuando de forma integrada em áreas de suporte e áreas finalísticas, a fim de assegurar a operacionalização eficiente dos programas educacionais em todo o território nacional.

As áreas de suporte do FNDE têm a responsabilidade de oferecer o apoio administrativo, financeiro e tecnológico indispensável para a implementação eficiente das ações finalísticas. Entre elas, destacam-se os setores de gestão de pessoas, tecnologia da informação, planejamento estratégico e logística, que asseguram a infraestrutura e os recursos necessários à execução das políticas educacionais.

As áreas finalísticas são responsáveis pela execução direta de programas e projetos que impactam a educação básica, técnica e superior. Entre suas iniciativas, destacam-se o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), entre outros. Essas áreas têm como propósito promover a inclusão, elevar a qualidade do ensino e ampliar o acesso à educação, assegurando que os recursos sejam aplicados de forma eficiente e alcancem, de maneira efetiva, escolas e estudantes.

A integração entre as áreas de suporte e as áreas finalísticas é fundamental para o pleno funcionamento do FNDE, garantindo que os programas educacionais sejam executados com planejamento, transparência e efetividade, contribuindo de forma significativa para o aprimoramento da educação no Brasil.

Áreas de Suporte

Áreas Finalísticas

Áreas de Suporte

As áreas de suporte do FNDE são exercidas pela Diretoria de Administração, Diretoria Financeira e Diretoria de Tecnologia e Inovação e têm como objetivo dar apoio para os processos finalísticos e de gestão da Autarquia.

A Diretoria de Administração abrange as temáticas de Gestão de Pessoas e Organizações; Patrimônio, Logística e Sustentabilidade; Compras Nacionais para Educação; e Licitações e Contratos.

A Diretoria Financeira é responsável pela execução orçamentária, contábil e financeira, prestação de contas e recuperação de crédito.

Por fim, a Diretoria de Tecnologia e Inovação fornece as ferramentas e sistemas necessários para o funcionamento da autarquia, incluindo plataforma de gestão, segurança de dados e outras soluções digitais.

Para conhecer detalhadamente as funções e as ações de suporte do FNDE, clique nos botões abaixo.



Tecnologia da Informação

Apresentação

O presente Relatório de Gestão tem como finalidade apresentar, de maneira clara, transparente e objetiva, as principais ações, projetos, entregas e resultados alcançados pela Diretoria de Tecnologia da Informação no primeiro trimestre do exercício de 2025.

A elaboração deste documento visa não apenas prestar contas das atividades realizadas no período, mas também oferecer uma visão abrangente do desempenho da DRTI, contribuindo para o acompanhamento contínuo das metas estabelecidas e para o aprimoramento da gestão pública por meio da inovação tecnológica e da transformação digital no âmbito do FNDE.

Além disso, o relatório busca fortalecer a transparência institucional, permitindo que os diversos públicos – internos e externos – compreendam o papel estratégico da DRTI na modernização dos processos, na ampliação da eficiência administrativa e no suporte à execução das políticas educacionais por meio de soluções tecnológicas robustas, seguras e centradas no cidadão.

Quem somos

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DRTI) tem como missão oferecer soluções tecnológicas seguras, modernas e eficazes, em consonância com as diretrizes do Governo Federal e com as demandas específicas do FNDE.

Seu papel estratégico consiste em sustentar, modernizar, integrar e proteger os sistemas, dados e processos que dão suporte à execução das políticas públicas educacionais, garantindo a continuidade e a eficiência das atividades finalísticas da autarquia.

A DRTI atua com foco na inovação, na melhoria contínua, na governança de dados e na transparéncia, mantendo o compromisso com a excelência na entrega de serviços tecnológicos que impulsionam a transformação digital e fortalecem a gestão pública educacional.

Nossas entregas no 1º Semestre de 2025

1. Evolução do ambiente de Backup, Disaster Recovery e Segurança;
2. Foundry BB Ágil - Configuração dos Alertas das Prestação de Contas;
3. Implantação do Escritório de Business Intelligence (BI);
4. Integração dos sistemas ao Gov.br e RH-SSO;
5. Implantação do Sistema PNLD digital na nuvem (cloud);
6. Análise e revisão do Portal de Educação Corporativa do FNDE;
7. Análise e revisão do Portal FNDE Educa;
8. Aquisição de software de gerenciamento de projetos (JIRA);
9. Cadastro Base: Implementação dos endpoints para consumo de sistemas corporativos
10. Entidade Dirigente: consumido pelo sistema SIMEC.
11. Buscar Dirigente por CPF: utilizado pelos sistemas PNLD, SISCACS e SIGPNAE.
12. Buscar Histórico de Dirigente por CPF: integrado ao SIGPC.
13. Buscar Entidades Administradoras por Lista de CNPJs: consumido pelo sistema SIGEM.
14. Aquisição de 460 Desktops;
15. Aquisição de licenças ArcGIS.
16. Internalização do Sistema PNLD digital;
17. Painel de Remanejamento de Obras;
18. Cadastro Base – Interações com o Sistemas do FNDE:
 - a) SIMEC;
 - b) SIGPC;
 - c) PNLD;
 - d) SISCACS;
 - e) SIGEM;
 - f) SETE;
 - g) SIGPNAE;
 - h) SIGEF.
19. Projeto de desenvolvimento do Sistema de Gestão de Emendas – SIGEM
 - a) Login GOV.BR;
 - b) Integração SIOP;
 - c) Integração SIMEC (PAR4);
 - d) Integração Transferegov;
 - e) Integração PAR3;
 - f) Integração Obras 2.0;
 - g) Detalhamento da funcionalidade de Emenda.

20. Implementação da API de Apropriação e API de Empenhos de Contratos – Contratosgov x SIGEF;
21. Painel de Projetos Prioritários da DIRTI;
22. Atualização Painel do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – Painel PDTIC;
23. Implantação do Escritório de Contratos de TI;
24. Painel de Contratos de Tecnologia da Informação Painel de Contratos de Tecnologia da Informação;
25. Configuração do Jira Software com capacitação das equipes (JIRA); e
26. Publicação da nova metodologia de desenvolvimento de sistemas.

Projetos Executados

Projeto	Objetivo	Status
SEI - Disaster Recovery	Assegurar a continuidade e a resiliência dos serviços prestados pelo Sistema Eletrônico de Informações (SEI) por meio da implantação de um ambiente de Disaster Recovery (DR), garantindo maior disponibilidade, integridade e segurança das informações institucionais, mesmo diante de falhas ou incidentes críticos que possam comprometer o ambiente principal.	Concluído
Sistema de Fiscalização de Contratos da CGPEO (SISFISC)	Fiscalização de Contratos da CGPEO	Concluído http://intranet.fnde.gov.br/sisfisc
Sistema de Gestão de Processos da Procuradoria do FNDE (SISPROC)	Gestão de Processos da Procuradoria do FNDE	Concluído http://intranet.fnde.gov.br/siproc
Sistema de Gestão de Processos da CGAUX (SISAP)	Gestão de Processos da CGAUX (SISAP)	Concluído http://intranet.fnde.gov.br/sisa

Projeto	Objetivo	Evidência	Status
FNDE+SEGURO	Informar e conscientizar e capacitar os usuários sobre a importância da segurança informação e privacidade de dados no âmbito do FNDE	FNDE+Seguro	Concluído
Contrato de Apoio à Gestão	Solução de tecnologia da informação e comunicação de serviços de apoio técnico especializado às atividades de gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.	23034.000023/2024-16	Concluído
Contrato de Licenças de Virtualização	Aquisição de subscrição de licença de uso de software VMware com direito a suporte técnico do fabricante, manutenção e atualização de versões, especificações exigências e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.	23034.021968/2024-63	Concluído
Contrato de Sustentação de Serviços de Infraestrutura	Gerenciamento, Operação, Sustentação e Controle de Infraestrutura de TIC.	23034.023314/2023-93	Concluído
Contrato Analistas, Arquitetos e Governança de Dados	Solução de tecnologia da informação e comunicação de contratação de serviços profissionais técnicos especializados em business intelligence, governança, gestão e análise de dados.	23034.009988/2024-66	Concluído

Impedimentos ou (Desafios) Superados

Entre os principais desafios enfrentados pela Diretoria de Tecnologia da Informação (DIRTI), destaca-se a necessidade de acompanhar, de forma contínua, a rápida evolução tecnológica, as constantes alterações na legislação e as exigências cada vez mais rigorosas relacionadas à segurança da informação.

Soma-se a isso a complexidade da integração entre sistemas legados e plataformas modernas, que demanda esforços técnicos e estratégicos significativos.

Outro ponto crítico é a consolidação da governança de dados e de segurança, etapa fundamental para o fortalecimento de uma infraestrutura digital resiliente, confiável e alinhada às necessidades do FNDE.

Melhoria Contínua e a Inovação

No âmbito da melhoria contínua e da promoção da inovação, a Diretoria de Tecnologia e Inovação tem atuado de forma estratégica no fortalecimento da cultura de dados e de segurança, bem como na adoção de metodologias ágeis que favorecem maior flexibilidade, colaboração e entrega de valor.

Observa-se também o uso crescente de plataformas low-code e soluções de automação, que contribuem para o ganho de eficiência nos processos internos.

Adicionalmente, vem sendo promovido o aperfeiçoamento contínuo da governança, da gestão de riscos e da segurança cibernética, com foco na resiliência institucional.

A Diretoria também tem incentivado a experimentação e a adoção de tecnologias emergentes — como inteligência artificial e análise preditiva — como ferramentas fundamentais para impulsionar a inovação e modernizar a atuação do setor público educacional.

Expectativas ou Perspectivas para o 3º Trimestre de 2025

Para o terceiro trimestre de 2025, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DIRTI) continuará atuando de forma estratégica para consolidar as entregas já realizadas, bem como avançar em novas iniciativas que fortaleçam a transformação digital no FNDE. Entre as principais perspectivas, destacam-se:

- Planejamento da segunda fase do Projeto Prestação de Contas Integrada – Foundry BB Ágil;
- Foundry – Painel SIGPNATE e Painel ETI;
- Mapeamento do Processos de Prestação de Contas;

- Estruturação dos dados no DataBricks para consumo pela ferramenta ArcGIS;
- Revisão da resolução habilita;
- Aquisição de ferramental ITIL – Service Now.
- Processos de contratação de TI revisados; e
- Estruturação e nova identidade visual da Intranet da DIRTI.

Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

Objetivo

O patrimônio, a logística e a documentação do FNDE são geridas pela Coordenação-Geral de Logística e Documentação e tem como objetivos: controlar e acompanhar as ações administrativas referentes à gestão patrimonial do FNDE, assegurada a execução, em conformidade às normas e legislações pertinentes; e gerenciar o Plano de Logística Sustentável que consiste no planejamento das ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação das práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na administração pública.

Essas áreas estratégicas são fundamentais para assegurar o funcionamento contínuo, seguro e eficiente da Autarquia, proporcionando suporte adequado para o desenvolvimento de suas atividades finalísticas por meio de uma estrutura administrativa moderna, transparente e comprometida com a boa governança.

A gestão patrimonial visa garantir o uso responsável e o controle efetivo dos bens públicos, enquanto a logística compreende o planejamento, a organização e a execução de processos que viabilizam o fluxo eficiente de materiais, serviços e infraestrutura. Já a sustentabilidade é promovida por meio do Plano de Logística Sustentável, instrumento que orienta à adoção de práticas sustentáveis e inclusivas visa à conservação dos recursos naturais, à gestão eficiente de ativos, à promoção da acessibilidade, da educação ambiental, da qualidade de vida no trabalho e de compras responsáveis.

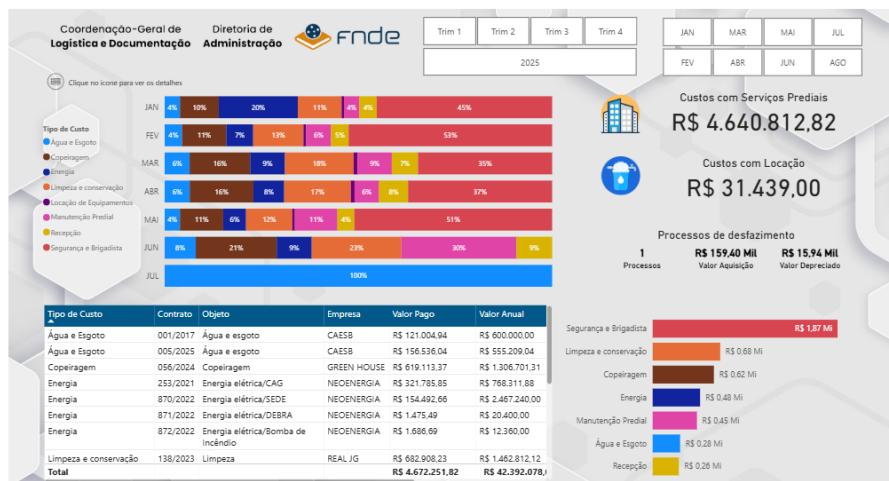
Serviços Prestados

A Coordenação-Geral de Logística e Documentação (CGLOD) é responsável pela gestão de uma ampla variedade de serviços essenciais ao pleno funcionamento da Autarquia, incluindo segurança predial e patrimonial, brigada de incêndio, serviços de copeiragem e limpeza, gestão de diárias e passagens, transporte, telefonia, almoxarifado, manutenção predial, biblioteca, protocolo e administração do Sistema Eletrônico de Informações (SEI). O acompanhamento desses serviços pode ser realizado por meio do Painel BI a seguir:



Pagamento Total dos Contratos de Manutenção

As informações detalhadas sobre os pagamentos de contratos estão no Painel BI:



Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Os bens imóveis de uso especial do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) estão devidamente cadastrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de uso especial da União (SPIUnet), conforme processo administrativo nº 23034.018963/2012-10, assim discriminados:

- Edifício Sede: Localizado no Setor Bancário Sul, Quadra 2, Edifício FNDE (RIP nº 9701.28618.500-0), com 16 pavimentos e 4 subsolos. Adquirido em 2006 e reformado até 2012, possui instalações modernas, cerca de 1.155 estações de trabalho e uma subestação de energia elétrica.
- Depósito: Situado no Setor de Abastecimento e Armazenagem Norte, Lote 130/270 (RIP nº 9701.17696.500-0), onde são armazenados materiais de todos os programas do FNDE. Contém o arquivo central com arquivos deslizantes e uma estação de energia fotovoltaica que supre as necessidades do prédio.
- Lotes Vazios: Imóveis próprios localizados no SCR/S Quadra 515, Bloco "B", Lotes 04 e 05 (RIP nº 9701.28616.500-9 e 9701.28614.500-8).

Política de Destinação de Bens Inservíveis ou Fora de Uso

A alienação de bens inservíveis ou fora de uso no FNDE segue o Decreto nº 9.373/2018 e suas atualizações pelo Decreto nº 10.340/2020, que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Os dados sobre os processos de desfazimento realizados estão disponibilizados no painel apresentado acima.

Sustentabilidade

O Plano de Logística Sustentável (PLS) é um instrumento de gestão e planejamento que estabelece práticas, metas e ações voltadas à sustentabilidade, à racionalização dos gastos e à otimização dos processos administrativos.

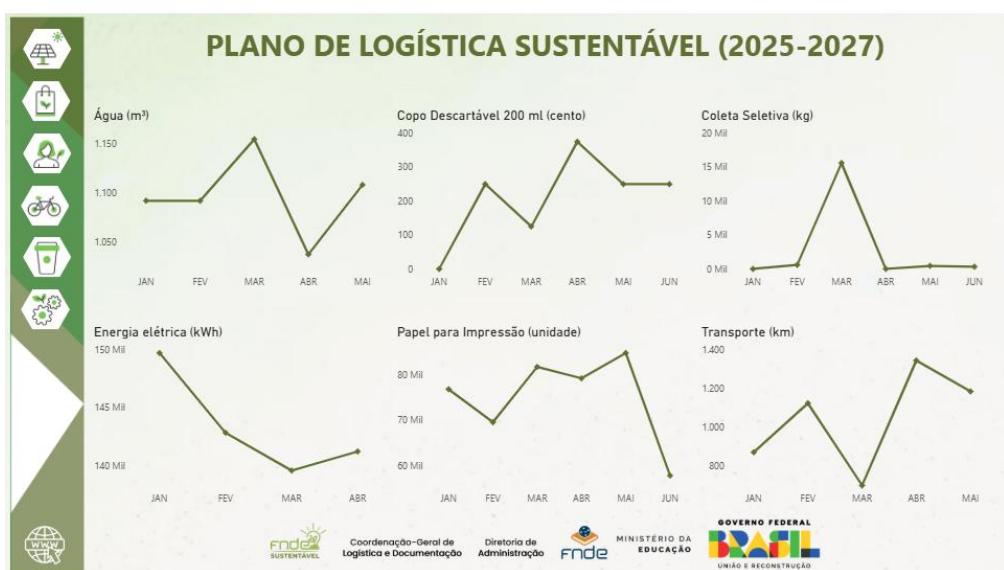
O PLS do FNDE está estruturado em eixos estratégicos que refletem o compromisso com a sustentabilidade e a promoção de uma gestão eficiente. Esses eixos são:

- Conservação de Recursos Naturais – Promover o uso responsável dos recursos naturais e realizar a correta destinação final de resíduos.
- Compras e Contratações Sustentáveis – Priorizar aquisições que atendam a critérios de sustentabilidade, incentivando práticas de mercado responsáveis.

- Acessibilidade e Inclusão – Garantir condições que promovam a inclusão e a acessibilidade para todos os públicos.
- Qualidade de Vida no Trabalho – Implementar ações que favoreçam o bem-estar e a saúde dos servidores e colaboradores.
- Educação Ambiental – Desenvolver campanhas e programas de conscientização voltados para a preservação ambiental.
- Gestão Eficiente de Ativos – Reaproveitar bens patrimoniais e promover o descarte adequado de materiais inservíveis

O FNDE busca, por meio desses eixos, contribuir para uma administração pública mais responsável e alinhada às diretrizes federais de sustentabilidade.

As informações detalhadas sobre sustentabilidade estão no Painel BI:



Projetos Executados

- Substituição dos mobiliários, com destaque para a troca das cadeiras por modelos ergonômicos, visando promover mais conforto, saúde e bem-estar aos colaboradores;
- Distribuição dos Copos do PLS (modelo em inox com tampa) como iniciativa para reduzir o uso de descartáveis e incentivar práticas mais sustentáveis no ambiente de trabalho;
- Implantação do Mobgov (em andamento);

- A CGLOD promoveu o Mês do Meio Ambiente, com ações voltadas à conscientização e ao estímulo de práticas sustentáveis. A programação incluiu o Desafio da Impressão Zero (05/06), a palestra “ODS na prática: como o FNDE pode contribuir para a Agenda 2030” (11/06), uma roda de conversa sobre sustentabilidade no FNDE (18/06) e gincanas temáticas (30/06).

Impedimentos ou Desafios Superados

Ao longo de 2025, enfrentamos um desafio significativo relacionado à prestação de serviços essenciais de manutenção predial, operacionalização de áudio e vídeo, e brigada de incêndio.

Durante a execução desses três contratos foram identificadas dificuldades decorrentes de instabilidade financeira por parte das empresas contratadas. Esses episódios resultaram em atrasos pontuais no cumprimento de obrigações trabalhistas e na adequada prestação dos serviços.

A gestão contratual acompanhou de forma rigorosa cada caso, adotando as medidas previstas nos instrumentos contratuais e na legislação vigente, incluindo notificações formais, aplicação de penalidades e acionamento dos mecanismos de substituição contratual. Todas as empresas envolvidas foram substituídas, com a devida formalização dos distratos e contratação de novos prestadores.

Atualmente, os serviços já foram totalmente normalizados, com acompanhamento contínuo da execução para evitar recorrência de situações semelhantes.

Melhoria Contínua e a Inovação

Estamos trabalhando na revisão e criação de normas fundamentais para aprimorar a gestão interna e garantir maior eficiência e transparência nos processos administrativos. Destacam-se as iniciativas voltadas à atualização das normas relacionadas ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI), com o objetivo de otimizar o fluxo documental e o controle de processos eletrônicos. As atualizações também incluirão orientações específicas para auxiliar os gestores na correta aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) aos documentos produzidos e tramitados no SEI, fortalecendo a conformidade legal e a segurança das informações.

Além disso, estamos revisando as diretrizes de gestão patrimonial para fortalecer o controle e a responsabilidade sobre os bens públicos, assegurando maior precisão no inventário e no uso dos recursos. No âmbito da gestão de diárias e passagens, também implementamos ajustes normativos para garantir maior conformidade com as legislações vigentes, promovendo a racionalização dos gastos e a transparência nas autorizações de viagens.

Essas ações refletem o compromisso contínuo do FNDE com a inovação, a eficiência e a melhoria dos serviços prestados, consolidando uma administração pública moderna e alinhada às melhores práticas.

Gestão de Pessoas e Organizações

Objetivo

A Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Organizações (CGPEO) é responsável pela administração de recursos humanos no FNDE e tem como objetivos, monitorar a vida funcional dos servidores garantindo um acompanhamento eficaz, gerenciar o desenvolvimento profissional e o desempenho dos colaboradores, promover a saúde, segurança e o bem-estar no ambiente de trabalho, manter e gerenciar as informações cadastrais dos funcionários, coordenar o provimento de pessoal de forma eficiente, além de representar o FNDE junto aos órgãos setoriais, desempenhando um papel fundamental no fortalecimento da instituição.

Força de Trabalho Geral

Quanto ao quadro funcional dos servidores do FNDE, com base na folha de pagamento de junho de 2025, segue extração de dados:

Quadro Funcional dos Servidores do FNDE	
ATIVO PERMANENTE	391
APOSENTADO	457
CEDIDO PARA O FNDE	12
NOMEADOS PARA CARGOS EM COMISSÃO SEM VÍNCULO	19
SERVIDORES CEDIDOS/REQUISITADOS DO FNDE	78
EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO	17
CONTRATO TEMPORARIO	78
EXERC. 7 ART.93 8.II2	2
TOTAL	1.054
Fonte: SIAPE, extraído da folha de pagamento de junho de 2025	

Movimentações, Cessões e Requisições

Em consulta realizada aos sistemas gerenciais, verificou-se que foram identificados, no período compreendido entre 1º/1/2025 a 30/6/2025, 4 (quatro) processos de cessão, 2 (nove) processos de requisição e nenhum processo de alteração de exercício para composição da força de trabalho, totalizando 5 (cinco) processos. Os processos recebidos via Protocolo (SEPRO) e outros gerados, relacionados e/ou anexados aos principais, não foram contabilizados, com vistas à não duplicação da demanda.

Dos 4 processos de cessão (inciso I, art. 2º, Decreto nº 10.835/21), foram todos eles concretizadas as suas movimentações, das quais os servidores efetivos do FNDE foram cedidos para outros órgãos/entidades. Das 4 (quatro) cessões efetivadas de servidores das Carreiras do FNDE, 3 (três) foram com dispensa de publicação de novo ato, por já se encontrarem movimentados, na forma do art. 30-A, do Decreto nº 10.835/2021.

No que tange às demais espécies de movimentações do art. 93, da Lei nº 8.112/1990 e do Decreto nº 10.835/21 (incisos I e II, art. 2º), no período referenciado foram disponibilizados a título de requisição, 2 (dois) servidores da Casa; e não houve, nesse período, processos relacionados à modalidade de alteração de exercício para composição da força de trabalho.

Cessões/Requisições/Alteração	
Exercício FNDE JAN-JUN/2025	
CEDIDOS	4
REQUISITADOS	2
MOVIMENTADOS ALT. EXERC.	0
Total Geral de Movimentações:	6
Total Geral de Processos:	6
	<small>4 Cessão 2 Requisição 0 Alteração de Exercício</small>

Fonte: Controle interno DILEP, extração janeiro a junho de 2025.

Acerca dos processos de provimento, informamos que os dados referentes ao quantitativo de Nomeações, Designações, Exonerações e Dispensas dos Cargos Comissionados - CCE e das Funções Comissionadas - FCE realizados no período de janeiro a junho de 2025, tendo como base as portarias que foram publicadas no Diário Oficial da União, encontram-se detalhados nos quadros abaixo:

Quantitativo de Provimentos Realizados pela DILEP no Período de Janeiro a junho de 2025			
PROVIMENTO	MÊS	QUANTITATIVO	QUANTITATIVO TOTAL
NOMEAÇÕES PARA CARGOS COMISSIONADOS - CCE	JANEIRO	1	2
	FEVEREIRO	0	
	MARÇO	0	
	ABRIL	0	
	MAIO	0	
	JUNHO	1	
DESIGNAÇÕES DE TITULARES EM FUNÇÕES COMISSIONADAS - FCE	JANEIRO	5	45
	FEVEREIRO	11	
	MARÇO	5	
	ABRIL	6	
	MAIO	7	
	JUNHO	11	
EXONERAÇÕES DE CARGOS COMISSIONADOS - CCE	JANEIRO	1	2
	FEVEREIRO	0	
	MARÇO	0	
	ABRIL	0	
	MAIO	1	
	JUNHO	0	
DISPENSAS DE TITULARES DE FUNÇÕES COMISSIONADAS - FCE	JANEIRO	7	33
	FEVEREIRO	7	
	MARÇO	5	
	ABRIL	1	
	MAIO	7	
	JUNHO	6	

Fonte: Controle interno DILEP, extração janeiro a junho de 2025.

Quantitativo de Provimentos Realizados pela DILEP no Período de Janeiro a junho de 2025	
NOMEAÇÕES PARA CARGOS COMISSIONADOS - CCE	2
DESIGNAÇÕES DE TITULARES EM FUNÇÕES COMISSIONADAS - FCE	45
EXONERAÇÕES DE CARGOS COMISSIONADOS - CCE	2
DISPENSAS DE TITULARES DE FUNÇÕES COMISSIONADAS - FCE	33
TOTAL DE PROVIMENTOS	82

Fonte: Controle interno DILEP, extração janeiro a junho de 2025.

Movimentações Internas e Lotações no FNDE

Entre os meses de janeiro a junho de 2025, foram realizados 107 (cento e sete) processos de movimentação de servidores do FNDE, que abrangem:

- A) Análise de processos de movimentação simplificada e interna, por meio de requerimento, via SEI;
- B) Condução dos processos de movimentação após nomeação para função ou cargo comissionado;

- C) Condução dos processos de movimentação após dispensa de função ou cargo comissionado;
- D) Condução dos processos de movimentação e orientação após disponibilidade do servidor à unidade de Gestão de Pessoas.
- E) Condução dos processos de movimentação após retorno de cessão.

Os processos de movimentação interna e lotação dos servidores do FNDE são realizados em estrita observância aos termos da Portaria nº 236, de 14 de março de 2024 e da Portaria nº 810, de 17 de setembro de 2024, considerando o preenchimento de postos vagos a partir da força de trabalho registrada no DFT da Unidade.

Para além das movimentações elencadas acima, no mês de março/2025, os contratados por tempo determinado foram nomeados de acordo com o Edital nº 1/2025, e foram lotados e apresentados às Diretorias para início do exercício funcional, conforme quantitativos a seguir:

- a) Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais – DIGAP:
 - 40 contratados nas áreas de engenharia e arquitetura.
- b) Diretoria Financeira – DIFIN:
 - 38 contratados – analistas de prestações de contas.

Dessa forma, ao considerar todas as movimentações e lotações realizadas durante o primeiro semestre de 2025, temos o que se segue:



Fonte: Controle interno DIGEC, extração janeiro a junho de 2025.

Progressão Funcional e Promoção

Em 31 de dezembro de 2024, foi publicada a Medida Provisória nº 1.268, que promoveu alteração na estrutura de classes e padrões e na atualização das tabelas de remuneração dos cargos das Carreiras do FNDE, além da atualização das tabelas de remuneração dos cargos do Plano Especial de Cargos. A principal mudança foi a atualização das Classes e Padrões da maioria dos servidores da Autarquia, conforme publicado na Portaria nº 42, de 14 de janeiro de 2025, e na Portaria nº 343, de 09 de abril de 2025.

Em relação aos servidores das Carreiras do FNDE, todos foram reposicionados na nova Classe/Padrão de acordo com a quantidade de anos completos de efetivo exercício no cargo atual. Para tanto, foram calculados os dias de efetivo exercício desde a data de entrada em exercício no cargo atualmente ocupado, descontados os afastamentos e as ausências que não são considerados de efetivo exercício. Importante destacar que os afastamentos para estudo de pós-graduação stricto sensu foram contados como tempo de efetivo exercício na contagem de tempo para o reposicionamento.

Ainda sobre o reposicionamento, a Medida Provisória apresentou uma tabela de equivalência entre a tabela anterior (18 níveis) e a atual (20 níveis).

CARGO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2025		CARGO	
	CLASSE	PADRÃO	PADRÃO	CLASSE		
Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais	D	IV	V	ESPECIAL	Especialista em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais	
		III	IV			
		II	III			
		I	II			
		IV	I			
	C	III	V	C		
		II	IV			
		I	III			
		V	II			
Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais	B	IV	I	B	Técnico em Financiamento e Execução de Programas e Projetos Educacionais	
		III	V			
		II	IV			
		I	III			
		V	II			
	A	IV	I	A		
		III	V			
		II	IV			
		I	III			
			II			
			I			

Fonte: Medida Provisória nº 1.268/2024

Os servidores do PEC também foram reposicionados em novas Classes e Padrões, de acordo com a quantidade de anos completos de efetivo exercício, porém, em um quantitativo menor que o de servidores das Carreiras, uma vez que a maioria já se encontrava no topo da carreira.

Importante destacar que, por se tratar de reposicionamento com base no tempo de efetivo exercício, foram dispensados os demais critérios para progressão e promoção estabelecidos na legislação vigente (resultado na avaliação de desempenho e comprovante de participação em cursos). Contudo, para as próximas progressões e promoções, os critérios estarão mantidos.

Nos meses de abril e maio, por meio das Portarias nº 409, de 30 de abril de 2025, nº 423, de 7 de maio de 2025 e nº 435, de 12 de maio de 2025, foram publicadas 87 progressões relativas aos meses de janeiro à abril que não haviam sido publicadas anteriormente em virtude da necessidade de finalização dos trâmites relativos ao reenquadramento dos servidores em novas classes e padrões, em atendimento ao disposto na Medida Provisória nº 1.286, de 31 de dezembro de 2024, na Portaria nº 42, de 14 de janeiro de 2025, e na Portaria nº 343, de 9 de abril de 2025.

Ademais, em 2 junho de 2025, por meio da Portaria nº 500, foram publicadas as progressões de 114 servidores, todas relativas ao mês de maio de 2025.

No dia 30 de junho de 2025, foi realizada a primeira reunião do Comitê Especial de Promoção dos Servidores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – COEPS de 2025. O Comitê é o responsável pela deliberação das documentações apresentadas nas requisições de promoção realizadas pelos servidores, analisando o atendimento aos requisitos necessários para ascensão na carreira do FNDE.

Na reunião foram analisados e deliberados os processos de requisição de promoção de seis servidores. Quatro deles estavam pendentes de análise desde 2024, pois aguardavam a publicação da nova Portaria de composição do COEPS. Dois deles foram diligenciados para esclarecimentos quanto à documentação apresentada. O restante foi aprovado pelo colegiado para concessão da promoção.

Programa de Gestão e Desempenho (PGD/FNDE)

Em relação ao Programa de Gestão e Desempenho, registra-se os seguintes quantitativos em outubro/2024, conforme dados fornecidos pelo Serviço de Gestão por Resultados (SEGER):

Modalidades	Quantitativo
Teletrabalho Integral	71
Teletrabalho Parcial 128h	108
Teletrabalho Parcial 40h	82
Presencial	249
Fonte: SEPGD	

Programa Qualidade de Vida (PQV)

Mês	Evento
janeiro	Planejamento anual
fevereiro	- Festival de Paródias de Marchinhas de Carnaval - Doação de sangue – 1ª etapa
março	Dia Internacional da Mulher – Curso de Mentoria para Mulheres
abril	Vacinação antigripal 2025 – Multivacinação em parceria com a SES/DF
maio	Campanha do agasalho – Gincana do Bem
junho	- Dia Mundial do Meio Ambiente – parceria PLS – doação de mudas de plantas - Doação de sangue – 2ª etapa

Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP)

Até o momento, foram realizadas 20 capacitações de temas transversais e específicos, com 314 servidores diferentes capacitados. Essas capacitações atendem 16 das 122 necessidades apresentadas pelas unidades dirigentes, o que representa 13,11% de execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP/FNDE-2025).

Além disso, 7 servidores foram afastados por Licença para Capacitação. Paralelamente, foram promovidas 227 ações de desenvolvimento pelas Escolas de Governo, como a Escola Virtual de Governo (EVG/ENAP).

Destaca-se, também, a parceria com o Conselho Cultural Thomas Jefferson que ofertou cursos de inglês para 60 servidores, dos quais 59 estão atualmente matriculados em turmas regulares e de conversação.

Dimensionamento da Força de Trabalho (DFT)

O Dimensionamento da Força de Trabalho, no âmbito do SIPEC, tem como fundamento normativo a Portaria n.º 477, de 27 de dezembro de 2017.

Em março de 2025, foi encaminhado Ofício às unidades do FNDE contendo cronograma e orientações para o cadastramento do DFT/2025. Até o final de junho/2025, 143 unidades estavam com o status 'em elaboração', ou seja, haviam iniciado o cadastro e preenchimento do DFT (interstício de janeiro a dezembro/25).

Vale ressaltar que em maio de 2025 foi publicada a nova estrutura do FNDE com a criação de novas áreas as quais deverão iniciar o seu dimensionamento.

Até junho/25, das 222 unidades, apenas 43 iniciaram a quantificação das suas entregas no Sistema de Dimensionamento de Pessoas (SISDIP).

Ainda, considerando as movimentações que ocorrem entre cargos e funções gerenciais na Autarquia, em 2023 foi criado um canal de comunicação do DFT no Teams, para dar suporte aos gestores, servidores e colaboradores. Este canal permanece ativo e permite dar celeridade ao esclarecimento de dúvidas, além de favorecer a comunicação na Instituição. Além disso, foram elaborados vídeos e material escrito com o passo a passo desde o cadastro do DFT até a quantificação das entregas, esforços e validação do dimensionamento da área. O material está disponível na Intranet.

Avaliação do Estágio Probatório

No início do mês de abril foi realizado o primeiro ciclo da avaliação de desempenho do estágio probatório dos servidores, nos termos da Portaria nº 891/2024.

Foram realizadas 88 avaliações, via processo SEI, com nível de acesso sigiloso, em duas etapas:

- 1) Avaliação do estágio probatório por parte das chefias;
- 2) Avaliação do estágio probatório por parte dos servidores, por meio do preenchimento de um relatório simplificado subjetivo.

Desafios Atuais

Gerenciar o desenvolvimento e o desempenho dos servidores, supervisionar, orientar e apoiar o crescimento profissional, melhorando o bem-estar e a qualidade de vida dos profissionais que atuam em nossa Autarquia.

Licitações e Contratos

Apresentação

O presente Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar de forma transparente e objetiva as ações, melhorias e desafios relacionados a compras, licitações e contratos realizados e viabilizados pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE.

Quem somos

As licitações e os contratos administrativos do FNDE são gerenciados pela Coordenação-Geral de Articulação e Contratos (CGARC/DIRAD), que tem como objetivo realizar o planejamento junto às áreas requisitantes, licitar e gerir os processos de contratação de bens, obras e serviços.

Já a Coordenação – Geral de Mercado, Qualidade e Compras (CGCOM/DIRAD) é responsável pela gestão dos processos e projetos de compras de bens e contratações de serviços para os programas educacionais, especialmente os que fazem uso do Registro de Preços Nacional – RPN.

Ambas as Coordenações – Gerais, em conjunto, contribuem de maneira importante, dentro da perspectiva de processos internos, para atingir os objetivos estratégicos relacionados à sistematização das práticas de governança pública, gestão de riscos e controles internos (objetivo estratégico 4) e à integração de ações e processos (objetivo estratégico 5).

Compras e contratações internas ao FNDE

Coordenação – Geral de Articulação e Contratos (CGARC/DIRAD): considerando a ausência de atuação direta dessa área nos programas finalísticos ou como demandante das aquisições de bens e contratação dos serviços realizadas na Autarquia, os resultados relacionam-se com o planejamento, condução e conclusão das demandas propostas pelas unidades requisitantes:

1- Entregas CGARC (janeiro a junho de 2025)

1.1. Planejamento de compras e contratações internas:

Abrange ações administrativas referentes ao planejamento dos processos de compras internas de bens e contratação de serviços, envolvendo atividades como a instrução dos processos administrativos, a análise técnica e apoio às unidades requisitantes, a análise e consolidação de pesquisa de preços, a elaboração da minuta do edital de licitação, o oferecimento de subsídios aos agentes de contratação, dentre outras atividades.

No período de janeiro a março, havia, na fase de planejamento, 25 requisições de prestações de serviços e 6 de aquisições de bens, totalizando 31 processos. Tais aquisições/contratações, oriundas de demandas internas ao FNDE, representam um valor estimado 50 milhões de reais e poderão ser viabilizadas por meio de 26 pregões, 3 dispensas eletrônicas e 2 procedimentos de inexigibilidade. O percentual de fracasso dos certames, até março de 2025, representou menos de 4%.



Além disso, foram publicados o Relatório de Gestão de Riscos do PCA-2024 e a consolidação do Plano de Contratações Anual/2025.

No período de abril a junho, havia, na fase de planejamento 28 requisições de prestações de serviços e 5 de aquisições de bens, totalizando 33 processos. Tais aquisições/contratações, oriundas de demandas internas ao FNDE, representam um valor estimado de 83 milhões de reais e poderão ser viabilizadas por meio de 23 pregões, 8 dispensas eletrônicas e 2 procedimentos de inexigibilidade. Uma das contratações foi considerada fracassada e, por essa razão, retornou à fase preparatória para adequações nos documentos de planejamento e posterior republicação do edital de licitação.



Fonte: CGARC

1.2. Certames realizados/em andamento no período de janeiro a junho de 2025:

Entre janeiro e junho de 2025 foram homologados 6 pregões e 1 dispensa eletrônica e publicados 18 procedimentos de inexigibilidade. Além disso, havia 6 pregões em andamento nesse período.

Janeiro a Março de 2025	Quantidade
Pregões em andamento	6
Pregões homologados	6
Dispensas em andamento	1
Dispensas homologadas	1
Sistema de Registro de Preço – Adesão à Ata	2
Inexigibilidades publicadas	18

Para a realização de tais certames, foram exercidas atividades de instrução processual, condução dos certames, análise de documentação, negociação com fornecedores, publicações e atualizações técnicas sobre os certames realizados, apoio técnico à elaboração de artefatos durante a fase interna, dentre outras.

1.3. Contratos Administrativos:

Atualmente, há 91 contratos vigentes no FNDE, geridos pela Coordenação-Geral de Articulação e Contratos (CGARC), sendo que 8 desses foram assinados entre janeiro e junho de 2025.

Tal gestão envolve o acompanhamento dos contratos, a prestação de apoio técnico aos fiscais e gestores de contratos, a avaliação de planilhas de custos, a análise de garantias contratuais, a instauração de processos sancionatórios, a realização de procedimentos necessários à revisão, repactuação e reajuste contratual, a análise de pedidos de revisão, dentre outras atividades.

2- Impedimentos e desafios superados na CGARC:

- Esgotamento das análises pendentes de certames de anos anteriores no que toca à apuração de infrações administrativas cometidas por empresas;
- No 1º trimestre de 2025, solicitou-se, por meios diversos, o preenchimento do mapa de risco intitulado de "Plano de Contratações: Mapa e Matriz de Riscos", contudo houve baixo atendimento ao pleito. Apesar da melhora com relação a 2024, os índices de resposta ainda não foram satisfatórios. Diante disso, foi reiterada, via SEI, no 2º trimestre de 2025, por meio de processo administrativo, a solicitação de preenchimento "Plano de contratações: Mapa e Matriz de riscos", reafirmando a importância do referido documento. Sendo assim, foi majorado o percentual de resposta aos mapas que serão instrumento para a elaboração do próximo Relatório de Gestão de Riscos do PCA-2025. Portanto, houve aumento da conscientização das áreas requisitantes sobre a importância do preenchimento dos mapas de risco de forma a instrumentalizar a elaboração do próximo Relatório de Gestão de Riscos do PCA -2025;
- Pacificação de procedimentos no processo licitatório, especialmente na fase de seleção de fornecedores. Essa abordagem contribuiu para reduzir as ocorrências de inexequibilidade das propostas, facilitar a aplicação de ações em casos de empates fictícios e promover a otimização do tempo na realização de certames de urgência;
- Padronização dos procedimentos de convocação e formação de cadastro reserva nas contratações, conforme as diretrizes do Decreto nº 11.462 de março de 2023;
- Formalização dos procedimentos de apropriação dos instrumentos de cobrança via sistema Contratos.gov.br.

3- Melhoria Contínua e a Inovação na CGARC:

- Melhoria na comunicação entre Coordenações – Gerais integrantes da Comissão Permanente para elaboração e revisão do Plano de Contratações Anual – PCA;
- Ampla divulgação dos prazos do PCA/2025, PCA/2026 e PCA/2027, previstos no Decreto 10.947/2022, interna e no site do FNDE, com intuito de aprimorar os procedimentos de prospecção e planejamento das compras internas;
- Execução da fase final dos procedimentos para aprimoramento da Portaria que “estabelece normas para elaboração e gerenciamento do Plano de Contratações Anual no FNDE e regula o funcionamento da Comissão Permanente para elaboração e revisão do Plano de Contratações Anual – CPCA”, segundo as normas previstas no Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024, que “estabelece normas para elaboração, redação, alteração e consolidação de atos normativos”;
- Início da preparação do Manual do PCA, mediante pedido da Presidência;
- Tratativas iniciais a respeito da Portaria de composição equipes de contratação;
- Maior utilização da Presidência da Comissão do PCA, exercida pela unidade de contratação, para comunicação com as demais áreas integrantes da CPCA, inclusive por meio da criação de um perfil para a unidade da “Comissão do PCA” no SEI;
- Aprimoramento das práticas relacionadas à governança do PCA e aos DFDs;
- Melhoria do percentual de mapas de riscos elaborados pelas áreas requisitantes, destinados a subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão de Riscos do PCA-2025;
- Maior integração entre a área de contratações e as demais áreas, inclusive por meio da elaboração de diversos, acompanhamento de audiência pública realizada pela unidade de Compras Nacionais, apoio às áreas requisitantes via Teams, estudos relacionados ao Marco Orçamentário e o PLOA, por meio de materiais encaminhados pela unidade orçamentária, bem como recebimento de orientações a respeito dos processos realizados pelo setor de seleção do fornecedor;
- Ampla divulgação dos cronogramas de pregões e dispensas eletrônicas com intuito de aprimorar os procedimentos de prospecção e planejamento das compras internas;
- Normatização e instituição de comissão de licitação com o propósito de otimizar os procedimentos relacionados a contratações que envolvam tomada de decisão;

- Implementação, com interação entre as áreas demandantes, dos procedimentos de apropriação dos instrumentos de cobrança via sistema Contratos.gov.br, que se tornou obrigatório a partir de 1º de janeiro de 2025;
- Participação de membros da equipe nas seguintes capacitações:
 - Análise de Dados com Power BI;
 - Pregoeiros Summit 2025;
 - Oficina de Gestão de Riscos e Plano de Ação;
 - Webinar Plano de Logística Sustentável;
 - Oficina de Gestão de Riscos e Plano de Ação;
 - Webinar – Diálogo Competitivo - Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21);
 - O que fazer pela saúde mental agora e sempre?; e
 - Webinar – Apresentação do Contrata Brasil | A Nova Plataforma de Oportunidades de Negócio do Governo Federal;
 - O que é Assédio sexual, Assédio Moral e Discriminação de Gênero no Trabalho?;
 - Combate ao racismo Instrucional;
 - Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos na Lei 14.133/2021.

4- Desafios e expectativas da CGARC para 2026:

- Majorar o percentual de execução do Plano de Contratações Anual (PCA), tendo em vista tratar-se de uma ferramenta de governança da Autarquia;
- Fomentar a cultura da transparência e do compliance na gestão contratual, disponibilizando-se as informações não sigilosas de forma clara, não somente para áreas interessadas, mas para todo o FNDE e, também, para a sociedade;
- Aprimorar a comunicação, visando conscientização das áreas requisitantes a respeito (I) do cumprimento dos prazos definidos no Decreto 10.947/2022, inclusive dos prazos de cadastramento dos DFDS e de início do planejamento das licitações, bem como (II) da obrigatoriedade e da efetividade do PCA como um instrumento de planejamento das contratações;
- Ampliar a utilização de inteligência artificial e automação nos processos de análise e instrução das demandas;

- Manter e desenvolver a força de trabalho na área de compras, licitações e contratos: atrair servidores para atuar nessas áreas; criar condições que permitam aos servidores se sentirem motivados; oferecer estrutura necessária para o desenvolvimento das atividades; e promover clima saudável de forma evitar a evasão dos colaboradores em geral;
- Segregar funções em que haja conflito de atribuições relacionadas ao exercício das atividades de compras, licitações e contratos;
- Criar um setor específico relacionado à apuração de responsabilidade de empresas participantes dos certames públicos destinados a compras/contratações nacionais e internas ao FNDE, de forma otimizar e uniformizar os procedimentos de apuração;
- Aprimorar a comunicação visando a conscientização das áreas acerca da necessidade de iniciarem o planejamento de suas licitações, da obrigatoriedade de se utilizar o Plano de Contratações Anual como instrumento de planejamento e da importância de respeitarem os prazos definidos na legislação.

Compras Nacionais para a Educação

As Compras Nacionais para a Educação têm suas licitações gerenciadas pela Coordenação-Geral de Mercado, Qualidade e Compras (CGCOM/DIRAD) que, na condição de Central de Compras, tem como objetivo realizar o planejamento dos certames, o gerenciamento das atas e o controle de qualidade dos Registros de Preços Nacionais.

Para atingir esses objetivos, a CGCOM exerce suas competências por intermédio da Coordenação de Planejamento de Compras Nacionais para a Educação (CPCOM) e da Coordenação de Gerenciamento de Atas e Controle de Qualidade (CORPQ).

Na fase preparatória do processo licitatório são realizadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação. Nesse contexto, juntamente com os setores demandantes, são providenciados o desenho e a modelagem da aquisição do bem pretendido.

Durante a fase externa do pregão, a CGCOM atua na elaboração de pareceres de exequibilidade das propostas, análise de capacidade técnica e procedimentos relativos à primeira fase do controle de qualidade, assim como elabora respostas de pedidos de impugnação e esclarecimentos em apoio ao Pregoeiro.

Posteriormente, por meio do Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços (SIGARP), a Coordenação-Geral atua na gestão das atas dos pregões homologados, fazendo a interface entre os fornecedores e os Estados e Municípios contratantes.

Adicionalmente, procede a segunda fase do controle de qualidade, sempre em busca da contratação mais vantajosa para a Administração, em favor da política pública educacional.

Do Planejamento das Compras Nacionais

Janeiro a Junho:

Neste período, na fase preparatória, foi finalizado o Pregão Eletrônico que trata sobre aquisição de bicicletas e capacetes escolares, o qual encontra-se atualmente em vias de publicação do edital.

Outrossim, foram realizadas reuniões e tratativas com vistas ao planejamento e elaboração dos artefatos dos RPN para aquisição de ônibus escolares rural e urbano no âmbito do Programa Caminho da Escola; serviços de sondagem geotécnica, levantamento topográfico planialtimétrico, elaboração de projeto de implantação e elaboração de projeto de fundação; caminhões frigoríficos; brinquedos para área externa e playground; veículos para transporte institucional e serviços de reprodução gráfica.

Em complemento, foram realizados estudos de mercado e pesquisa de preços para a renovação das Atas de Registro de Preços vigentes referentes às aquisições de materiais escolares e de ventiladores escolares.

Ademais, destacam-se as emissões de pareceres sobre a exequibilidade das propostas das licitantes dos Pregões Eletrônicos nº 90007/2025, que trata sobre dispositivos de tecnologia da informação para uso educacional que atualmente encontra-se em fase de habilitação das licitantes.

Da Qualidade das Compras Nacionais

1º semestre:

No 1º semestre de 2025, durante a 1ª Etapa do Controle da Qualidade, dos Pregões nº 90011/2024 – Equipamentos de Cozinha, 90002/2025 – Aparelhos de Ar-Condicionado e 90007/2025 – Dispositivos de Tecnologia Educacional, a DQUAL realizou a análise detalhada dos documentos dos itens envolvidos no certame. Essa análise resultou na elaboração de 28 (vinte e oito) Listas de Verificação compiladas, que incluem relatórios fotográficos, certificados e verificações minuciosas das especificações técnicas e demais documentações:

Pregão	Licitante	Listas de Verificação (SEI)
90011/2024	G. Paniz	23034.001103/2025-61
	Danfessi Moveis	23034.001115/2025-96
	Full Broadcast	23034.002359/2025-96
	Microtécnica Informática	23034.003237/2025-17 23034.004602/2025-19
	Mabruk	23034.003325/2025-19
	Star Comércio	23034.014107/2025-18
	Cantares	23034.009243/2025-88 23034.009355/2025-39
	M.K.R	23034.008926/2025-18 23034.003653/2025-15
	Frilux	23034.008322/2025-71 23034.001510/2025-79
90002/2025	Ventisol	23034.009886/2025-21
		23034.008045/2025-05
90007/2025	Multi S.A	23034.025189/2023-56
	Positivo	
	TES Tecnologia	

Houve o desmembramento do documento que, anteriormente reunia no Caderno de Informações Técnicas (CIT), as especificações e estruturação do Controle da Qualidade, passando-se à utilização de um novo modelo de documento, em apartado, denominado Anexo de Controle da Qualidade e que traz em seu escopo, única e exclusivamente, as regras e disposições relativas ao Controle da Qualidade:

Anexo de Controle de Qualidade	
Objeto	Quantidade produzida
Dispositivos de Tecnologia Educacional	04
Bicicleta e Capacete Escolar	01

No mesmo período, a DQUAL respondeu a dois recursos referentes aos itens 03 e 30 – Liquidificador Comercial de 3,5/4,0 L e Multiprocessador de Alimentos Comercial, ambos vinculados ao Processo de Compra nº 90011/2024 – Equipamentos de Cozinha, conforme detalhado na tabela a seguir:

Pregão	Item	Respostas aos recursos
90011/2024	03 – Liquidificador Comercial de 3,5 /4,0 L	4762371
	30 – Multiprocessador de Alimentos Comercial	4815201

Durante o mesmo período, foram elaboradas 732 (setecentas e trinta e duas) minutias de ofícios, informações, despachos, notas técnicas e e-mails pela equipe, incluindo orientações aos atores envolvidos no RPN, respostas a impugnações de licitações e análises técnicas.

Nesse intervalo, a DQUAL promoveu três reuniões técnicas com a servidora Millene, engenheira do Inmetro, reconhecida por sua expertise em especificações técnicas e processos de acreditação voltados para bicicletas e capacetes. Os encontros tiveram como principal objetivo revisar, discutir e propor melhorias ao Anexo de Controle da Qualidade, que integrará o próximo certame de Bicicleta e Capacete Escolar, visando garantir maior rigor técnico, alinhamento com as normas vigentes e elevação dos padrões de conformidade dos produtos regulados.

Ainda no primeiro semestre, a DQUAL realizou seis (6) reuniões técnicas com o Sr. Jackson França, ex-técnico do Inmetro, também reconhecido por sua expertise no Programa Caminho da Escola e nos processos de acreditação voltados para Ônibus Escolares. Os encontros tiveram como objetivo revisar, discutir e propor melhorias ao Anexo de Controle da Qualidade, que será incorporado ao próximo certame de Ônibus Escolar, com vistas a assegurar maior rigor técnico, conformidade com as normas vigentes e aprimoramento dos padrões de qualidade dos produtos regulados.

No decorrer do semestre, a DQUAL elaborou resposta técnica à solicitação de esclarecimentos encaminhada pelo Deputado Federal Kim Kataguiri, relacionada ao Pregão nº 90010/2024 – Mobiliário Escolar. A demanda tratava dos critérios adotados para exigir laudos e certificações adicionais aos padrões estabelecidos pelo Inmetro no referido processo licitatório, conforme detalhado a seguir:

Pregão	Requerimento de Informação nº 1.120, de 2025, de autoria do Deputado Federal Kim Kataguiri SEI nº:
90010/2024	4769662

Durante o 1º semestre, a DQUAL movimentou cerca de 291 (duzentos e noventa e um) processos no SEI.

Na 2ª Etapa do Controle da Qualidade do PE nº 06/2023 – Ônibus Escolares, a DQUAL intensificou os esforços de verificação, analisando um total de 89 (oitenta e nove) Relatórios de Inspeção e Entrega (RIPEs):

Relatórios de Inspeção e Entrega (RIPEs)	
Fornecedor	Quantidade analisada
Marcopolo	26
Volkswagen	19
Iveco	35
Agrale	9

No 1º semestre, também foram disponibilizados no Portal do FNDE catálogos fotográficos e pesquisas de controle da qualidade. Com o objetivo de ampliar a participação dos estados e municípios, entidades parceiras como UNDIME, CONSED e CNM foram mobilizadas para sensibilizar seus representantes quanto à importância de responder aos formulários enviados pelo FNDE. Nesse mesmo contexto, foi realizado alinhamento com o Programa Caminho da Escola para promover a divulgação das pesquisas durante os encontros dos CECATEs, o que resultou em um número expressivo de respostas.

Adicionalmente, UNDIME, CONSED e CNM voltaram a ser açãoadas para reforçar a mobilização dos entes federativos em relação ao Controle da Qualidade do Pregão nº 90002/2024 – Material Escolar, incentivando o preenchimento dos formulários correspondentes.

Por fim, no 1º semestre, as pesquisas de controle da qualidade referentes ao Pregão nº 90002/2024 – Material Escolar também foram disponibilizadas no Portal do FNDE.

Do Gerenciamento das Atas de Registro de Preços

Janeiro a Junho:

As Atas do Registro de Preços Nacional (RPN) permanecem disponíveis para utilização por órgãos e entidades dos estados, do Distrito Federal e dos municípios por meio do Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços (SIGARP), observados os quantitativos registrados para cada item.

Durante o período, foram realizadas ações regulares de acompanhamento, incluindo a verificação mensal das condições de habilitação e qualificação de todas as empresas signatárias de atas no âmbito do RPN, o que resultou na inclusão de 141 informações no SEI.

Ademais, elaborou-se 4 Notas Técnicas de consulta à Procuradoria Federal para esclarecer dúvidas legais acerca de solicitações de empresas detentoras de Atas de Registro de Preços no contexto dos pregões realizados pelo RPN.

Entre janeiro e junho de 2025, encontravam-se vigentes 29 Atas de Registro de Preços, conforme listado na tabela abaixo. Destaca-se que, desse total, 10 atas referentes a equipamentos de cozinha e ar-condicionado foram assinadas e passaram a vigorar no período. Acrescenta-se, ainda, que a Ata de Ventilador Escolar teve sua vigência prorrogada e seus valores reajustados.

Pregões Eletrônicos	Atas de Registro de Preços
Ônibus Escolares (PE 06/2023)	01/2023, 03/2023, nº 05/2024, nº 08/2023
Ventiladores Escolares (PE 14/2023)	01/2024
Materiais Escolares (PE 90002/2024)	7/2024, 8/2024, 9/2024, 10/2024, 11/2024 e 12/2024
Mobiliários Escolares (PE 90010/2024)	13/2024, 24/2024, 26/2024, 27/2024, 28/2024, 29/2024, 30/2024 e 31/2024
Equipamentos de Cozinha (PE 90011/2024)	01/2025, 02/2025, 03/2025, 04/2025, 05/2025, 06/2025, 07/2025, 08/2025 e 09/2025
Aparelhos de Ar-Condicionado (PE 90002/2025)	11/2025

Conforme gráfico abaixo, entre janeiro e junho de 2025, foram analisadas 1.154 (um mil cento e cinquenta e quatro) solicitações de adesão no SIGARP, das quais 947 foram aprovadas. Vejamos a distribuição mensal das solicitações tratadas:



Obs.: os dados sofrem alteração a cada extração devido a mudanças de classificação das entidades e/ou alteração da situação das adesões.

Fonte: CGCOM/DIRAD/FNDE

Do Pregão Eletrônico nº 06/2023 (Ônibus Escolares), foram autorizados 2.490 veículos, distribuídos conforme gráfico:



Obs.: os dados sofrem alteração a cada extração devido a mudanças de classificação das entidades e/ou alteração da situação das adesões.

Fonte: CGCOM/DIRAD/FNDE

Do PE 14/2023 (Ventiladores escolares), foram autorizados 60.242 itens, distribuídos conforme gráfico:



Obs.: os dados sofrem alteração a cada extração devido a mudanças de classificação das entidades e/ou alteração da situação das adesões.

Fonte: CGCOM/DIRAD/FNDE

Do PE 90002/2024 (Materiais escolares), foram autorizados 1.539.462 kits, distribuídos conforme gráfico:



Obs.: os dados sofrem alteração a cada extração devido a mudanças de classificação das entidades e/ou alteração da situação das adesões.

Fonte: CGCOM/DIRAD/FNDE

Do PE 90010/2024 (Mobiliários escolares), foram autorizados 293.914 conjuntos, distribuídos conforme gráfico:



Obs.: os dados sofrem alteração a cada extração devido a mudanças de classificação das entidades e/ou alteração da situação das adesões.

Fonte: CGCOM/DIRAD/FNDE

Do PE 90011/2024 (Equipamentos de Cozinha), foram autorizados 7.569 itens, distribuídos conforme gráfico:



Obs.: os dados sofrem alteração a cada extração devido a mudanças de classificação das entidades e/ou alteração da situação das adesões.

Fonte: CGCOM/DIRAD/FNDE

Sobre a assistência técnica prestada aos participantes do RPN, registra-se que foram realizados 1.611 atendimentos (via e-mail, telefone e reuniões via Teams), conforme tabela abaixo:

Meses	Janeiro/2025	Fevereiro/2025	Março/2025	Abril/2025	Maio/2025	Junho/2025
Atendimentos telefônicos	84	64	77	56	69	87
Atendimentos via e-mail/Teams	146	228	148	228	209	215

Ainda, foram aprovadas 889 solicitações de acesso ao SIGARP, distribuídas conforme tabela a seguir:

Janeiro/2025	Fevereiro/2025	Março/2025	Abril/2025	Maio/2025	Junho/25
158	420	284	247	207	236

Quanto aos aperfeiçoamentos do SIGARP para melhor gestão das Atas de Registro de Preços, foram abertas e tratadas 62 requisições junto à área de tecnologia.

Por fim, registra-se que semanalmente têm sido realizadas reuniões de desenvolvimento do projeto do novo SIGARP. O objetivo deste projeto é modernizar o SIGARP, atualizando sua tecnologia e arquitetura para garantir eficácia contínua e alinhamento com as diretrizes estratégicas do FNDE.

Conforme Relatório de Status de Projeto (SEI 4938489), até o mês de junho, o percentual de execução do projeto encontrava-se em 45%. As principais propostas do projeto incluem: Atualização Tecnológica, Simplificação e Modularização das Regras de Negócio, Atendimento à Legislação Vigente com o SIMEC, Portal de Compras e o TransfereGov e Atendimento à Legislação Vigente.

Ações Importantes

- Realização da Audiência Pública nº 1/2025, realizada no dia 15 de maio de 2025, no auditório do FNDE, com a finalidade de tornar pública as especificações preliminares dos Ônibus Escolares Acessível Rural e Urbano para recebimento de contribuições que auxiliem no aperfeiçoamento das especificações dos objetos.
- Realização de pesquisa de preços para verificação da vantajosidade de renovação das Atas de Registro de Preços nº 07/2024, 08/2024, 09/2024, 10/2024, 11/20224 e 12/2024 originária do Pregão Eletrônico nº 02/2024 de Kits de Materiais Escolares.
- Participação da equipe da CPCOM em cursos de liderança, desenvolvimento de equipes, planejamento de contratações e gestão de pessoas.

Desafios

- Desenvolver o Novo Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços (SIGARP) pela DIRTI;
- Implementar a alocação de riscos conforme determina a nova sistemática da Lei 14.133/2021;
- Segregar funções conforme determina a da Lei 14.133/2021, devido à falta de servidores nas áreas de compras;
- Quantificar de forma mais efetiva os valores dos fretes em âmbito nacional;
- Delimitar a divisão dos grupos, principalmente, por causa da logística de distribuição dos objetos, especialmente em regiões remotas;
- Atualizar as especificações técnicas de produtos que foram licitados a mais de 5 anos;

- Encontrar CATMAT/CATSER que se adequem aos produtos/serviços solicitados pelo FNDE tem sido difícil, pois o Ministério de Gestão e Inovação cancelou muitos códigos. Estamos enfrentando dificuldades para cadastrar novos códigos que atendam às necessidades do FNDE;
- Marcar novas reuniões do Comitê Deliberativo de Compras, pois a agenda dos dirigentes não tem disponibilidade;
- Alinhar-se com os demandantes durante o planejamento das contratações dos certames;
- Andamento do processo de modernização do SIGARP;
- Limitações do SIGARP atual para gestão do quantitativo das atas atuais (ônibus escolar e ventilador) e vindouras (materiais escolares, mobiliário escolar, equipamentos de cozinha, etc.);
- Quantitativo reduzido de servidores para atuação nas diferentes frentes:
 - desenvolvimento de Sistema (delineamento, reuniões com TI, construção de requisitos, etc);
 - atendimento ao grande volume de solicitações de adesões;
 - atendimento aos diferentes atores do RPN (estados, municípios, demandantes, fornecedores, etc);
 - gestão e acompanhamento da nova sistemática de inspeção de unidades produzidas para atendimento do Caminho da Escola;
- Incerteza de quando (e se) será construída a área de Controle de Qualidade no Novo SIGARP, incrementando a área com aporte tecnológico para que consiga atingir mais entidades no controle de qualidade dos itens adquiridos por meio do RPN.
- Atender aos planejamentos para a contratação de itens que não estão contemplados no Plano Anual de Compras Nacionais para a Educação.

Melhoria Contínua e Inovação

Com o objetivo de melhorar os processos internos e facilitar o acesso às Atas de Registro de Preços pelos fornecedores contratados e redes de ensino contratantes, a CGCOM e a DIRTI têm envidados esforços com o intuito de implementar o novo SIGARP.

Essa ferramenta contará com uma interface intuitiva e como inovação haverá um módulo do controle de qualidade que permitirá melhor gestão das contratações públicas.

Riscos

- Os fornecedores entregarem aos órgãos/entidades contratantes produtos fora das especificações técnicas e dos requisitos de qualidade estabelecido;
- O período inflacionário pode impactar no preço dos objetos a serem registrados pelo FNDE, uma vez que as atas de registro de preço podem vigorar por até 24 meses, conforme disposto na Lei 14.133/2021;
- Dificuldade de personalização: Os produtos ou serviços disponíveis na ata de registro de preços podem não ser totalmente adequados às necessidades específicas dos entes federados, o que pode resultar em não prestação de assistência técnica do FNDE aos entes;
- Não conseguir atender ao Plano Anual de Compras Nacionais para a Educação, seja por falta de servidores na área, por falta de interesse do demandante ou por dificuldade de interlocução com outros agentes, compromete a eficiência e a eficácia dos processos de aquisição e pode resultar em prejuízos para a prestação de assistência técnica do FNDE aos entes federados.

Gestão Financeira

A Diretoria Financeira (DIFIN) do FNDE desempenha papel estratégico na gestão dos recursos públicos destinados à educação básica, sendo responsável pela coordenação dos processos de planejamento orçamentário, execução financeira, contabilidade, prestação de contas e recuperação de créditos. Sua atuação busca assegurar a governança, a conformidade e a eficiência na aplicação dos recursos sob responsabilidade da Autarquia. Para isso, a DIFIN é estruturada em cinco Coordenações-Gerais, que atuam de forma integrada e articulada no suporte técnico e na execução das políticas financeiras do FNDE:

- A Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPO) é responsável pelo planejamento orçamentário, formulação e acompanhamento do PPA, LDO e LOA, bem como pelo monitoramento da execução orçamentária interna e das alterações orçamentárias.
- A Coordenação-Geral de Execução e Operações Financeiras (CGEOF) cuida da execução orçamentária e financeira, do controle das disponibilidades e limites de pagamento, da gestão de contas correntes, dos acordos com instituições bancárias e da realização de pagamentos.
- A Coordenação-Geral de Contabilidade (CGCON) atua na conformidade contábil, promovendo os registros, conciliações e demonstrações contábeis, bem como no suporte à aplicação correta das normas e à regularização de inconsistências, especialmente via SIAFI.

- A Coordenação-Geral de Acompanhamento de Prestação de Contas (CGAPC) é responsável pela análise financeira das prestações de contas e pelo acompanhamento das obrigações dos entes recebedores dos recursos, fortalecendo a transparência e a apuração da boa aplicação dos recursos transferidos.
- A Coordenação-Geral de Recuperação de Créditos (CGREC) é responsável por instaurar tomadas de contas especiais, conduzir processos administrativos de cobrança (PARCOB), acompanhar parcelamentos e atuar em conjunto com órgãos de controle e a Procuradoria para promover o ressarcimento de valores ao erário.

A atuação integrada dessas coordenações reflete o compromisso da DIFIN com a boa governança, a responsabilidade fiscal, a transparência e a melhoria contínua dos processos internos.

Financeiro

Orçamento

Contabilidade

Prestação de Contas

Recuperação de Créditos

Financeiro

Apresentação

A área financeira atua na execução orçamentária, na programação e no controle das disponibilidades financeiras, no acompanhamento das aplicações financeiras, na gestão de contas correntes e dos acordos entre o FNDE e as instituições bancárias e na efetivação de transferências e pagamentos.

Entregas e Resultados

As entregas no primeiro semestre de 2025 foram as seguintes:

- a) Execução orçamentária de financeira de programas, projetos e ações educacionais;
- b) Elaboração da programação financeira;
- c) Realização de ações de controle das disponibilidades financeiras, de limites de pagamento e das aplicações financeiras no âmbito do FNDE;
- d) Gestão de contas correntes e de acordos com instituições bancárias;
- e) Celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica nº 55/2023, celebrado entre o Banco do Brasil/BB e o FNDE.

Projeto em Andamento

Projeto	Objetivo	Status	Impacto
PGT – Contratos.gov e SIGEF	Integração dos sistemas Sigef e Contratos.gov.br para automatização da emissão de notas de empenho e da apropriação de instrumentos de cobrança	Em andamento	Aprimoramento da gestão orçamentária e financeira de contratos

Desafio Estrutural

Um dos principais desafios enfrentados é a conclusão da integração entre o Sistema Integrado de Gestão Financeira (Sigef) e o sistema Contratos.gov para a execução orçamentária e financeira de contratos da autarquia, o que proporcionará um amplo avanço na estrutura de suporte às áreas gestoras nas solicitações de empenhos e pagamentos de contratos.

Inovação e Melhoria Contínua

Um aspecto importante da execução financeira é a gestão dos restos a pagar (RAP). Nos últimos anos o FNDE tem reavaliado todo o passivo inscrito de outros exercícios e vem desenvolvendo amplo trabalho junto às áreas gestoras para que cada diretoria promova a avaliação criteriosa das notas de empenho referentes às ações orçamentárias de sua gestão, a fim de diminuir tanto o estoque de RAP, quanto as novas inscrições ao final de cada exercício.

Expectativas para o 3º Trimestre

Dentre as ações previstas para o terceiro trimestre, destacam-se:

- continuidade do projeto em andamento;
- otimização de fluxos internos; e
- ampliação das iniciativas de comunicação e sensibilização sobre a execução orçamentária e financeira no FNDE.

Orçamento

Apresentação

A área orçamentária é responsável pelo planejamento e pela condução dos processos relacionados às leis orçamentárias (Plano plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA); pela gestão interna e pelo acompanhamento da execução do orçamento constante na LOA; e pelo monitoramento, pela revisão e pelo aprimoramento contínuo dos processos relacionados às leis orçamentárias.

Quem somos

A Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento é unidade vinculada à Diretoria Financeira e composta por duas Coordenações: a Coordenação de Orçamento e a Coordenação de Planejamento. Essas unidades são responsáveis pelos seguintes macroprocessos:

- Planejamento e condução dos processos relacionados às leis orçamentárias (Plano plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA);
- Gestão interna e acompanhamento da execução do orçamento constante na Lei Orçamentária Anual;
- Monitoramento, revisão e aprimoramento contínuo dos processos relacionados às leis orçamentárias;

Entregas e Resultados

As entregas até o momento foram as seguintes:

- a) Gestão do orçamento e dos limites de empenho, após a publicação da Lei Orçamentária Anual 2025 (LOA);
- b) Acompanhamento da publicação do 1º Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas (RARDP), com posterior tramitação de suplementação para o FUNDEB e Salário-Educação;
- c) Realização da 1ª Previsão Orçamentária 2025;
- d) Realização do 1º período de alterações orçamentárias, com o envio de 21 pedidos de remanejamento;
- e) Construção da fase qualitativa do PLOA 2026;
- f) Início da construção da fase quantitativa do PLOA 2026;
- g) Emissão de 95 notas de crédito;
- h) 161 cadastros de Plano Interno analisados;
- i) Estimativa de receitas PLOA 2026;
- j) Reestimativa de receitas PLOA 2025; e
- k) Validação dos Objetivos Estratégicos do PPA 2024-2027 para 2026;

Projetos e Andamentos

Projeto	Objetivo	Status	Impacto
Projeto Você Sabia	Disseminar informações orçamentárias no FNDE	Em andamento	Capacitação de servidores e colaboradores
Repositório de Informações - CGPO	Consolidar orientações e processos orçamentários em ambiente único de consulta	Em andamento	Apoio à gestão e capacitação dos servidores
Aprimoramento do Painel de Dados do Relatório de Gestão	Ampliar a transparência das informações para públicos interno e externo	Concluído	Maior transparência e controle
Desenvolvimento do painel de acompanhamento dos limites orçamentários	Monitorar as Notas de Lançamento de Limite Orçamentário enviadas pelo MEC	Concluído	Fortalecimento da governança orçamentária
Desenvolvimento do Painel de Execução Orçamentária	Consolidar os dados de execução do orçamento do FNDE em um único painel	Em andamento	Melhoria do controle e segurança na gestão interna

Desafios Estruturais

Um dos principais desafios enfrentados é o desconhecimento, por parte de diversas unidades do FNDE, dos fluxos e procedimentos orçamentários. Busca-se mitigar essa lacuna com a implementação das ações educativas, como os projetos “Você Sabia?” e o “Repositório de Informações”.

Inovação e Melhoria Contínua

Ações de promoção da capacitação de servidores e colaboradores têm sido desenvolvidas, com foco na compreensão e no aprimoramento dos processos orçamentários. O objetivo é fomentar uma cultura de eficiência e responsabilidade na utilização dos recursos públicos.

Expectativas para o Terceiro Trimestre

Dentre as ações previstas para o terceiro trimestre, destacam-se:

- continuidade dos projetos em andamento;
- otimização de fluxos internos e revisão dos manuais da unidade; e
- ampliação das iniciativas de comunicação e sensibilização sobre orçamento público no FNDE.



Contabilidade

Apresentação

A contabilidade envolve atividades de registros contábeis, de conciliação das contas e de receitas, de análise do balancete e das demonstrações contábeis, de elaboração de notas explicativas, de apropriação da folha de pagamento, de confirmações de devoluções, de prestação de apoio técnico na correta aplicação das normas e de uso do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) e de ajustes necessários à regularização de eventuais inconsistências.

Entregas e Resultados

As entregas até o momento foram as seguintes:

- realização dos procedimentos de encerramento do exercício até o mês de janeiro (análises, registros e regularizações de contas contábeis);
- elaboração do Relatório Contábil relativo ao 1º trimestre; e
- efetivação de registros contábeis no Siafi (conformidades da execução financeira, contratos, garantias, regularizações contábeis, confirmação de devoluções).

Projeto	Objetivo	Status	Impacto
Desenvolvimento de painéis das demonstrações contábeis	Divulgar internamente os dados mais relevantes dos balanços do FNDE	Em execução	Transparência dos dados constantes dos balanços.
Manual CGCON	Elaborar roteiros contendo o detalhamento das atividades efetuadas, considerando o mapeamento de processos	Em execução	Disseminação de conhecimentos aos servidores e colaboradores

Desafio Estrutural

O atual desafio da contabilidade é a análise de custos do FNDE, tendo como base a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), a partir dos conceitos considerados na publicação do Portal de Custos do Governo Federal.

Entregas e Resultados

Busca-se produzir informações contábeis de melhor qualidade, aperfeiçoar os procedimentos relativos à contabilidade orçamentária e implantar novos procedimentos, especialmente os referentes à contabilidade patrimonial.

Expectativas para o 3º Trimestre

Para o terceiro trimestre de 2025, pretende-se publicar os painéis das Demonstrações Contábeis do FNDE, elaborar o manual de roteiros das atividades contábeis, além de revisar e aprimorar os próximos relatórios contábeis.

[Baixar o Relatório Contábil do 1º semestre de 2025](#)

Prestação de Contas

Apresentação

A prestação de contas envolve o acompanhamento do cumprimento da obrigação de prestar contas dos recursos financeiros repassados pelo FNDE à conta de programas e projetos educacionais, a análise financeira das prestações de contas e a assistência técnica sobre o tema.

Apresentam-se as principais atribuições, projetos e resultados decorrentes do processo de Prestação de Contas, executado pela Coordenação-Geral de Acompanhamento de Prestação de Contas (CGAPC/DIFIN) no segundo trimestre do exercício de 2025, evidenciando o compromisso institucional da unidade com a boa governança, a transparência e a melhoria contínua dos processos de acompanhamento e verificação da aplicação dos recursos públicos destinados à educação.

Em um contexto de crescente demanda e complexidade operacional, a CGAPC/DIFIN tem investido, ao longo dos últimos anos, em soluções tecnológicas e no aprimoramento de procedimentos internos, com o objetivo de conferir maior celeridade, eficiência e segurança às análises de prestações de contas, gerando maiores resultados. Além disso, a unidade tem priorizado fortalecimento de sua estrutura organizacional, com o aumento dos seus quadros de colaboradores e na implementação de projetos contínuos de capacitação e atualização técnica.

Essas iniciativas visam ampliar a capacidade operacional da Coordenação Geral, garantir maior qualidade e uniformidade nas análises, reduzindo prazos processuais e contribuindo de forma ainda mais efetiva para a apuração da correta aplicação dos recursos públicos e para a gestão dos recursos educacionais.

Quem somos

A CGAPC/DIFIN é uma unidade do FNDE, vinculada à Diretoria Financeira (DIFIN), responsável por acompanhar as obrigações de prestação de contas e realizar a análise financeira das contas dos programas e projetos educacionais, conforme previsto no Art. 93 do Regimento Interno do FNDE, disponível em <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/base-juridica/regimento-interno/regimento-interno-consolidado>.

Atualmente, a estrutura da CGAPC/DIFIN comporta unidades responsáveis por:

1. Gerenciar o acompanhamento do cumprimento das obrigações de prestação de contas desses recursos, adotando as devidas providências nos casos de omissão;
2. Realizar a análise financeira das prestações de contas dos recursos financeiros repassados pelo FNDE à conta de Programas e Projetos Educacionais;
3. Instaurar Processos Administrativos de Apuração de Responsabilidade e Cobrança de Créditos (PARCOB), com a finalidade de apurar responsabilidades e efetivar a cobrança de créditos inferiores ao previsto para instauração da Tomada de Contas Especial (TCE) no âmbito do FNDE; e
4. Prestar assistência técnica aos entes federados responsáveis pela execução dos recursos transferidos visando ao adequado cumprimento das obrigações de prestação de contas.

Além de exercer o papel fundamental de analisar as prestações de contas, verificando se os recursos transferidos foram aplicados conforme a legislação e em benefício das políticas educacionais do FNDE, a unidade também adota as providências necessárias em caso de omissão e em caso de irregularidades das prestações de contas, propondo ao setor competente a instauração de Tomada de Contas Especial (TCE), com o objetivo de resguardar o interesse público, apurar responsabilidades e possibilitar a recomposição de eventuais danos ao erário. Nos casos em que o valor do débito apurado pela omissão ou pela irregularidade das contas não for suficiente para a tomada de contas especial, a unidade providencia a instauração do processo administrativo de apuração de responsabilidade e cobrança de créditos (PARCOB).

Ou seja, a CGAPC/DIFIN atua não apenas no acompanhamento e na análise das prestações de contas, mas também na apuração de eventuais omissões e irregularidades, adotando procedimentos com a finalidade de resguardar os recursos públicos.

Além disso, é importante mencionar, ainda, que a unidade tem como premissa o contínuo aprimoramento de seus fluxos internos, a modernização de seus sistemas de acompanhamento e análise de prestação de contas e o fortalecimento da integração com os demais setores da Autarquia e com os entes federados visando promover maior transparência, segurança e eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à educação.

Papel Estratégico

A CGAPC/DIFIN detém o papel estratégico em verificar a conformidade legal na utilização desses recursos por parte de gestores públicos de Estados e Municípios, por meio do acompanhamento sistemático das obrigações de prestação de contas e mediante a análise financeira rigorosa, além de propor medidas de exceção previstas em lei visando à recuperação dos recursos públicos.

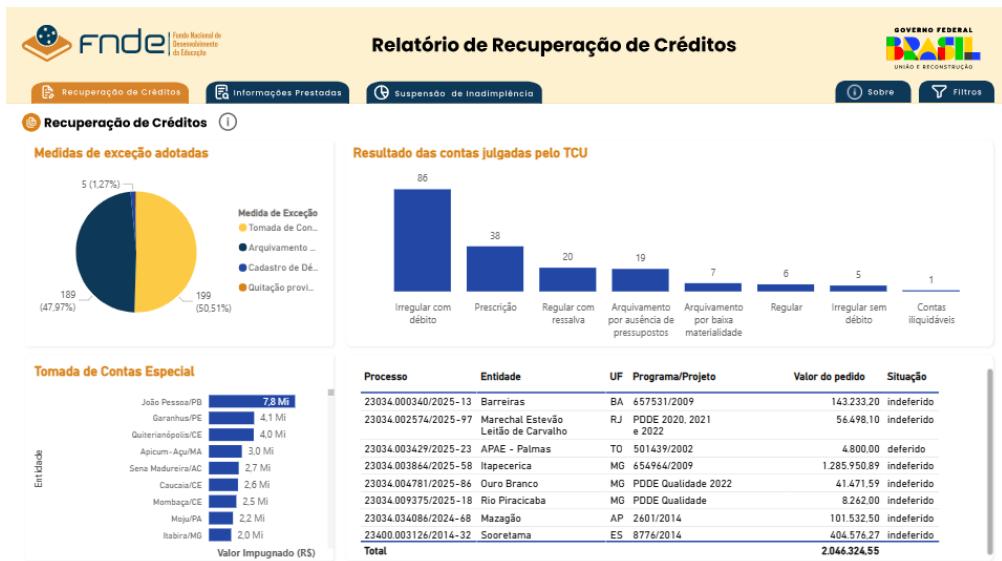
Para cumprir tal papel estratégico, foram produzidos, no primeiro semestre de 2025, os seguintes resultados:



Recuperação de Créditos

Apresentação

A recuperação de créditos abrange a instauração da tomada de contas especial (TCE), a análise e o acompanhamento dos parcelamentos de débitos, o monitoramento dos julgamentos de contas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), além da prestação de informações técnicas e do atendimento a demandas de órgãos de controle.



Projetos e Entregas

Atualmente, estão em desenvolvimento diversos projetos estratégicos voltados ao fortalecimento da gestão das prestações de contas e da recuperação de créditos no FNDE.

O projeto de “Aprimoramento do Processo de Prestação de Contas no FNDE” contempla a previsão de quinze entregas, estruturadas a partir de demandas específicas e definidas com o objetivo de solucionar problemas enfrentados pelo FNDE ao longo dos últimos anos. No escopo desse projeto, foram realizadas as seguintes entregas:

Entrega	Objetivo	Status	Impacto
Necessidades de comprovação das unidades gestoras levantadas	Levantar as principais necessidades das unidades técnicas do FNDE visando fortalecer o acompanhamento da execução dos programas pelo FNDE via BB Gestão Ágil e via Foundry.	Concluído	Fortalecer o monitoramento e o controle da execução dos recursos dos programas educacionais, resultando em uma gestão mais integrada, eficiente e baseada em dados.
Categorização de despesas estabelecidas	Aproveitar o potencial de análise de dados associados às categorias de despesas e aos documentos de comprovação disponibilizados pela solução BB Gestão Ágil do Banco do Brasil, a partir da qualificação e estruturação das informações realizadas pelas áreas gestoras.	Concluído	Oportunizar a disponibilização de dados em tempo real e viabilizar análises segmentadas por categorias de despesas e documentos comprobatórios, potencializando a capacidade do FNDE de identificar desvios, inconsistências e oportunidades de melhoria na gestão dos recursos.
Avaliação da 2º aplicação do Malha Fina	Aperfeiçoar o processo de análise das prestações de contas de programas utilizando técnicas avançadas de ciência de dados.	Concluído	Redução do passivo de prestação de contas já que a 2ª aplicação do Malha Fina do FNDE, publicada pela Portaria MEC/FNDE nº 1.149/2024, resultou na homologação de 101.304, gerando uma economia de 1,9 bilhão de reais.

O projeto conta com a parceria da Diretoria de Tecnologia e Inovação (DIRTI) e da Coordenação-Geral de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação (CGEDI/GABIN) e adota uma abordagem orientada a dados e à gestão integrada de informações, permitindo não apenas otimizar os fluxos existentes de prestação de contas, mas também identificar oportunidades de inovação nos procedimentos de monitoramento e gestão dos programas do FNDE.

Instituíram-se também mecanismos administrativos de apuração de responsabilidade e cobrança de créditos decorrentes de omissão ou rejeição de prestação de contas, quando não couber instauração de TCE, promovendo celeridade, uniformidade, segurança jurídica e transparência nos procedimentos de apuração e cobrança na Autarquia.

Os procedimentos foram publicados na Portaria FNDE nº 209, de 28 de fevereiro de 2025, que aprovou os modelos de documentos e o fluxo procedural a serem utilizados no Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade e Cobrança de Créditos (Parcob). A norma representou a concretização da sistematização de cobrança administrativa instituída pela Portaria FNDE nº 1.101, de 16 de dezembro de 2024.

Além disso, a partir da publicação da Resolução TCU nº 344, de 11 de outubro de 2022, por meio da qual o TCU regulamentou a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de resarcimento, vêm-se empreendendo esforços voltados à prevenção da prescrição. Para isso, estruturaram-se equipe e procedimentos inovadores para identificar repasses que devem compor o banco de prescrição daquele Tribunal e estão em curso iniciativas de integração de sistemas e de automação de fluxos internos, com o objetivo de adotar medidas de responsabilização e cobrança com maior tempestividade, reduzindo o risco de perda de valores públicos.

Como parte da estratégia de fortalecimento institucional, promoveu-se a seleção e a ambientação de servidores contratados temporariamente para atuar nos processos de prestação de contas e de recuperação de créditos, contribuindo diretamente para a celeridade, a padronização e a qualidade das entregas.

Impedimentos ou Desafios Superados

Durante a execução das entregas, foram enfrentados desafios em razão da execução de outras atividades paralelas e concomitantes, o que impactou o andamento regular das entregas no prazo previsto. Além disso, foram verificadas, em algumas dessas entregas, dificuldades pontuais na comunicação e no alinhamento de informações com outras áreas envolvidas nos processos, especialmente em momentos que exigiam entendimento do cenário, em decisões conjuntas ou na definição de responsabilidades específicas no curso das entregas.

Para superar esses obstáculos, foram realizadas reuniões de alinhamento mais frequentes, favorecendo o esclarecimento de dúvidas e a construção de soluções integradas. Essas medidas possibilitaram restabelecer, em certa medida, o fluxo de trabalho, contribuindo para a continuidade das entregas e para a melhoria da gestão das entregas em curso.

Merce destaque ainda a necessidade de sistemas mais integrados e responsivos, que permitam maior controle e automação de etapas sensíveis dos processos, sobretudo aquelas relacionadas ao cumprimento de prazos legais e à prevenção da prescrição. Para isso, estão sendo realizados estudos técnicos e articulações com a Díriti para desenvolver ferramentas mais adequadas à realidade operacional.

Além das limitações estruturais e tecnológicas, a complexidade e a especificidade dos casos tratados demandam constante atualização normativa, uniformização de entendimentos e fortalecimento da interlocução com órgãos de controle e a Procuradoria Federal junto ao FNDE.

Esses desafios, ainda em curso, têm sido enfrentados com medidas coordenadas, esforço técnico e foco em soluções que promovam maior eficiência, segurança e efetividade nas ações.

Inovação e Melhoria Contínua

Entre as iniciativas inovadoras, destaca-se a incorporação da plataforma Foundry para o acompanhamento em tempo real da execução financeira dos recursos dos programas sob gestão do FNDE, aliada à ampliação do uso de painéis de dados interativos e à exploração contínua do potencial analítico dessa solução. Tais medidas possibilitam análises mais ágeis, precisas e qualificadas, favorecendo a antecipação de inconsistências, o aprimoramento da tomada de decisão e o fortalecimento da transparência na aplicação dos recursos públicos transferidos pela Autarquia.

Ações voltadas ao aperfeiçoamento da estrutura organizacional e dos processos internos têm sido desenvolvidas, com foco na qualificação das entregas, na padronização procedural e na modernização da atuação institucional.

Uma dessas ações envolve a ampliação dos quadros de colaboradores e a implementação de projetos contínuos de capacitação e atualização técnica.

Com apoio da Dírti, têm-se adotado soluções tecnológicas que ampliem a rastreabilidade dos processos, facilitem o controle de prazos e permitam o acompanhamento mais eficiente das demandas. Estão em curso iniciativas de integração entre sistemas internos, mapeamento de fluxos operacionais e definição de requisitos para ferramentas que auxiliem na gestão dos débitos, dos prazos legais e da tramitação das TCEs.

Além do aspecto tecnológico, a melhoria contínua também tem se refletido na revisão de rotinas internas, na padronização de documentos e na busca de maior articulação com outras unidades do FNDE, a fim de promover maior segurança jurídica e agilidade nas medidas administrativas.

Expectativas para 2026

Para o exercício de 2026, projeta-se o fortalecimento da atuação institucional com foco na consolidação das melhorias implantadas em 2025 e na ampliação de iniciativas estratégicas voltadas à prestação de contas, à responsabilização administrativa, à recuperação de créditos e à prevenção da prescrição.

Pretende-se expandir o uso da plataforma Foundry e da solução BB Gestão Ágil para as demais transferências operacionalizadas pela Autarquia, ampliando o escopo e o consumo de dados em tempo real e o desenvolvimento de painéis analíticos customizados para as áreas gestoras dos programas do FNDE, o que permitirá maior agilidade na identificação de inconsistências e na gestão dos recursos públicos.

Com essa medida, será possível otimizar a integração de informações mais precisas dos programas no FNDE, possibilitando a implementação de novos modelos preditivos de análise de dados, a fim de antecipar riscos e subsidiar a tomada de decisão estratégica da Autarquia. Espera-se ainda firmar novas parcerias institucionais para reforçar o intercâmbio de informações e a cooperação técnica, com o objetivo de aprimorar os mecanismos de controle e promover maior transparência e eficiência na gestão financeira dos programas do FNDE.

A perspectiva é que essas ações resultem na consolidação de uma cultura de gestão baseada em dados e na entrega de serviços públicos educacionais com maior efetividade e segurança.

Espera-se também consolidar a utilização do Parcob como instrumento de apuração e cobrança administrativa, com fluxos mais alinhados às melhores práticas de gestão pública. Além disso, planeja-se expandir o uso de painéis interativos e sistemas integrados, permitindo o monitoramento em tempo real das TCEs, dos parcelamentos e dos registros de débito.

Outros pontos prioritários serão a revisão de normativos internos, visando ampliar a clareza e a padronização de procedimentos e fortalecer a articulação com a Procuradoria Federal junto ao FNDE e entre as unidades responsáveis pela análise de prestação de contas e as áreas responsáveis pela recuperação de créditos.

Com o apoio da Dirti, serão desenvolvidos novos módulos sistêmicos que aumentem a rastreabilidade dos prazos, reduzam riscos de prescrição e apoiem a gestão do passivo.

Áreas Finalísticas

Fundeb

Objetivo

Financiamento da Educação Básica pública para a manutenção e desenvolvimento do ensino, redistribuição de recursos, redução das desigualdades entre as redes de ensino e as UFs e valorização dos profissionais da Educação. [Para saber mais sobre o Fundeb, clique aqui.](#)

Unidade Responsável

Coordenação-Geral de Operacionalização do Fundeb e de Acompanhamento e Distribuição de Arrecadação do Salário-Educação (CGFSE/DIGEF).

Legislação

- EC nº 108, de 26 de agosto de 2020;
- Lei nº 14113, de 25 de dezembro de 2020; e
- Decreto nº 10656, de 22 de março de 2021.

Dados Orçamentários

Nome	Ação Orçamentária	Plano Interno
Complementação da União ao Fundeb	00SB	RFF09B9606N
		RFF09B9607N
		RFF09B9608N

Resultados Previstos e Alcançados

O Fundeb é um mecanismo de redistribuição de receitas no âmbito dos Estados e do Distrito Federal, cuja maior parcela refere-se à própria arrecadação, pelos estados e municípios, de impostos e transferências vinculados ao Fundo, que, para 2025, foi prevista em R\$ 280,2 bilhões. A parcela de recursos federais que ingressa no Fundeb é a complementação da União, devido àquelas UFs e redes de ensino que não atingiram os valores mínimos por aluno definidos nacionalmente ou que cumpriram condicionalidades de melhorias de gestão e alcançarem evolução em indicadores de atendimento e de melhoria de aprendizagem com redução de desigualdades.

A distribuição de recursos da complementação da União ao Fundeb ocorre mensalmente, de acordo com valores previstos publicados em portaria interministerial, do Ministério da Economia e da Educação. Os valores previstos correspondem, para 2025, a 21% das receitas totais estimadas da arrecadação dos impostos e transferências vinculados ao Fundeb, no âmbito dos municípios, estados e do Distrito Federal. Desse percentual, 10 p.p. referem-se à complementação VAAF (referente ao valor por aluno/ano do Fundeb), 9 p.p. à complementação VAAT (referente ao valor por aluno/ano das receitas vinculadas à educação) e 2 p.p. à complementação VAAR (referente ao valor por aluno/ano resultado).

No âmbito do Fundeb de 2025, está prevista a distribuição de R\$ 58,8 bilhões de complementação da União ao Fundeb, conforme estabelecido na Portaria MEC/MF nº 4, de 30 de abril de 2025. Somados os valores das receitas que compõem o Fundo, oriundos da complementação da União e da contribuição dos estados, DF e municípios, a receita total do Fundeb prevista para o ano de 2025 totaliza R\$ 339,0 bilhões.

Até junho de 2025, houve a distribuição de R\$ 30,1 bilhões de complementação da União ao Fundeb. Além dos recursos previstos, publicados por meio da Portaria MEC/MF nº 4, de 30 de abril de 2025, houve ainda a distribuição dos recursos referentes à parcela de janeiro de 2025 do Fundeb 2024, conforme Portaria MEC/MF nº 13, de 23 de dezembro de 2024.

Distribuição mensal da complementação da União ao Fundeb 2025

Mês	Complementação-VAAF	Complementação-VAAT	Complementação-VAAR	Complementação Total
Janeiro	R\$ 5.643.086.923,56	R\$ 4.434.087.858,26	R\$ 913.720.593,51	R\$ 10.990.895.375,33
Fevereiro	R\$ 1.479.666.201,18	R\$ 1.331.699.581,07	R\$ 295.933.240,24	R\$ 3.107.299.022,49
Março	R\$ 1.614.181.310,38	R\$ 1.452.763.179,35	R\$ 322.826.262,08	R\$ 3.389.780.751,81
Abril	R\$ 1.748.696.419,58	R\$ 1.573.826.777,62	R\$ 349.739.283,92	R\$ 3.672.262.481,12
Maio	R\$ 2.046.453.276,90	R\$ 1.841.807.949,20	R\$ 409.290.655,39	R\$ 4.297.551.881,49
Junho	R\$ 2.186.533.445,69	R\$ 1.967.880.101,12	R\$ 437.306.689,13	R\$ 4.591.720.235,94
Julho	R\$ 2.186.533.445,69	R\$ 1.967.880.101,12	R\$ 437.306.689,13	R\$ 4.591.720.235,94
Agosto				
Setembro				
Outubro				
Novembro				
Dezembro				
Total	R\$ 16.905.151.022,98	R\$ 14.569.945.547,74	R\$ 3.166.123.413,40	R\$ 34.641.219.984,12

Desafios e Iniciativas

Desafio: melhorias dos sistemas de cálculo dos parâmetros e pagamento da complementação da União e aumento da transparência.

Iniciativa: automatização de cálculos e criação de relatórios específicos para o entendimento do funcionamento do Fundeb.

Objetivo: redução de riscos, otimização do trabalho e maior transparência.

Situação: em andamento.

Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)

Apresentação

O PNATE tem como objetivo garantir o acesso e a permanência de estudantes da educação básica pública residentes em áreas rurais às escolas, por meio da oferta de transporte escolar seguro, contínuo e de qualidade.

O programa realiza dois repasses financeiros anuais automáticos, sem necessidade de convênio, às Entidades Executoras – estados, municípios e o Distrito Federal – preferencialmente nos meses de março e agosto. Esses recursos são destinados ao custeio de diversas despesas relacionadas ao transporte escolar:

- Manutenção e reparo de veículos ou embarcações: inclui serviços mecânicos (freios, suspensão, motor, elétrica), funilaria, pintura, recuperação de assentos, pneus e rodas, além de combustíveis e lubrificantes.
- Regularização e seguros: pagamento de licenciamento, registro, vistorias, seguros, taxas e impostos relativos ao ano em curso.
- Contratação de serviços terceirizados: para transporte rodoviário ou aquaviário, com empresas ou motoristas devidamente regularizados.
- Passe estudantil: quando há serviço regular de transporte coletivo público à disposição dos alunos.

Esses recursos devem ser aplicados exclusivamente em despesas previstas na Resolução CD/FNDE nº 18/2021, sendo vedado o uso em tarifas bancárias, multas, despesas com pessoal ou tributos que não estejam diretamente relacionados aos serviços e bens custeados pelo programa.

Quem somos

A Coordenação de Apoio ao Transporte Escolar (COATE), vinculada à Coordenação-Geral da Política do Transporte Escolar (CGPTE), tem como competência a gestão das ações de planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE).

Cabe também à COATE a gestão dos recursos orçamentários e financeiros da Ação Orçamentária 0969 (Apoio ao Transporte Escolar), com o objetivo de assegurar que estudantes residentes em áreas rurais tenham acesso contínuo, seguro e de qualidade à educação básica pública, por meio de uma gestão eficiente dos recursos e da implementação de ações voltadas à melhoria do transporte escolar.

Além disso, a Coordenação presta assistência técnica às Entidades Executoras do PNATE, contribuindo para o aprimoramento da execução do programa em nível local.

Nossas Entregas no 2º Trimestre de 2025:

A Coordenação de Apoio ao Transporte Escolar (COATE), unidade responsável pela gestão do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), tem atuado de forma estratégica para fortalecer a política pública de transporte escolar, promovendo o acesso e a permanência dos estudantes na educação básica, especialmente nas zonas rurais e áreas de difícil acesso.

No segundo trimestre de 2025, a COATE consolidou uma série de entregas importantes, focadas na eficiência da execução dos recursos, transparência dos processos e apoio técnico aos entes federativos. Entre as principais ações destacam-se:

- Capacitação contínua de gestores municipais, promovendo a atualização de conhecimentos, o compartilhamento de boas práticas e o fortalecimento da execução do PNATE, em conformidade com os normativos vigentes, especialmente a Resolução FNDE nº 18/2021;
- Pagamento de passivos de entidades inadimplentes, viabilizado pela regularização das pendências nas prestações de contas, possibilitando a retomada dos repasses financeiros;
- Atendimento às demandas de órgãos de controle, como TCU, CGU e Ministério Público, com envio de informações técnicas e documentos que asseguram a transparência e a rastreabilidade dos recursos públicos;
- Atualização dos normativos operacionais, com o aperfeiçoamento das regras do PNATE e elaboração de minuta de resolução para alteração da Resolução CD/FNDE nº 18/2021, que regulamenta o programa;
- Revisão e atualização dos manuais de orientação, visando oferecer maior segurança jurídica e clareza na aplicação dos recursos;
- Elaboração de respostas ao cidadão via Sistema FalaBR, reforçando o compromisso da Coordenação com a transparência, cidadania e controle social;
- Planejamento da proposta orçamentária para o exercício de 2026 (PLOA 2026), assegurando a alocação de recursos necessários à manutenção e expansão das ações do programa;
- Análise das prestações de contas, tanto do PNATE quanto dos recursos repassados por meio da Medida Provisória nº 815/2017, garantindo a correta aplicação e regularidade da execução;
- Atendimento técnico aos entes federativos, realizado por e-mail, WhatsApp institucional e telefone, ampliando o suporte direto e personalizado aos gestores locais;

- Realização de estornos financeiros referentes a repasses indevidos às contas do PNATE, garantindo a integridade orçamentária e o correto uso dos recursos públicos;
- Monitoramento e análise de dados de execução, utilizando indicadores para apoiar a tomada de decisão e identificar fragilidades na execução descentralizada;
- Mapeamento e tratamento das contas do PNATE em situação de "Bloqueio Definitivo", totalizando o montante de R\$ 1.253.443,02 (um milhão, duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e três reais e dois centavos);
- Diligenciamento às Entidades Executoras com recursos em conta bloqueada, estabelecendo prazos para a execução dos recursos;
- Capacitação da equipe técnica sobre as Emendas Parlamentares, com ênfase especial nas emendas PIX;
- Qualificação da demanda do PNATE/2025 – Aquaviário, parcela extra;
- Suporte técnico à equipe da Diretoria de Tecnologia e Inovação (DIRTI) no desenvolvimento do SIGPNATE; e
- Realização de reuniões técnicas com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) para discussão e alinhamento das regras negociais do PNATE, com o objetivo de viabilizar a operacionalização do programa no sistema TransfereGov.

Impedimentos ou (Desafios) Superados

No segundo trimestre de 2025, a Coordenação de Apoio ao Transporte Escolar (COATE) obteve avanços significativos na gestão do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE).

Por meio de alinhamento contínuo com setores internos do FNDE, foi possível aprimorar os processos relacionados à execução dos recursos, resultando em maior precisão nos repasses e mais eficiência na tramitação das demandas.

Destaca-se o fortalecimento da atuação técnica da equipe da COATE, que, com dedicação e empenho, reorganizou fluxos de trabalho, otimizou a análise documental e aprimorou os mecanismos de conferência dos dados operacionais. Esse esforço coletivo permitiu o cumprimento dos prazos e a realização das atividades com qualidade e responsabilidade.

Esses avanços reafirmam o compromisso da COATE com a integridade na gestão dos recursos públicos e com a busca contínua por eficiência, transparência e excelência na execução do PNATE.

Melhoria Contínua/Inovação

A atuação da Coordenação de Apoio ao Transporte Escolar (COATE) no segundo trimestre de 2025 evidenciou seu compromisso com a melhoria contínua e a busca por soluções inovadoras na gestão do transporte escolar. A capacitação constante dos gestores municipais, aliada à modernização dos canais de atendimento e à padronização das orientações técnicas, tem promovido maior autonomia e segurança na execução dos recursos do PNATE.

A elaboração e atualização dos normativos, com foco na clareza e objetividade, representam avanços na inovação regulatória, que impactam diretamente na qualidade da gestão descentralizada. Além disso, o uso estratégico de indicadores e dados de execução tem possibilitado um monitoramento mais preciso e propositivo, otimizando o acompanhamento e a tomada de decisões.

Essas ações compõem uma agenda de modernização institucional que fortalece o papel da COATE como unidade técnica de referência no apoio à política pública de transporte escolar.

Expectativas ou Perspectivas para o 3º Trimestre de 2025

Para o terceiro trimestre de 2025, a principal expectativa da Coordenação de Apoio ao Transporte Escolar (COATE) é a realização do pagamento da segunda parcela do PNATE de forma eficiente, dentro dos prazos estabelecidos, e a liberação da parcela extra destinada às Entidades Executoras que ofertam o transporte escolar público aquaviário.

Com os aperfeiçoamentos implementados nos sistemas internos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), a previsão é de que esses repasses ocorram com ainda mais agilidade, contribuindo para a continuidade e a qualidade do atendimento aos estudantes da educação básica.

A equipe técnica da COATE permanece mobilizada para assegurar a previsibilidade e a regularidade dos repasses, fortalecendo a gestão do programa e garantindo aos entes federativos os recursos necessários para o transporte escolar. Paralelamente, a Coordenação seguirá desenvolvendo suas atividades rotineiras de apoio, acompanhamento e orientação técnica, reafirmando seu compromisso com a eficiência, a transparência e a qualidade da política pública.

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Apresentação

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) constitui uma importante política pública de apoio à manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas públicas brasileiras. Por meio da transferência direta de recursos financeiros, o PDDE contribui para o fortalecimento da gestão escolar e a promoção de um ambiente mais adequado ao processo de ensino-aprendizagem, com foco na equidade e na qualidade da educação básica. Serão apresentadas a seguir as informações do PDDE, com foco no PDDE Básico.

Finalidade

A finalidade do PDDE é prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas das redes estaduais, municipais e distrital e às escolas privadas de educação especial qualificadas como beneficiantes de assistência social ou de atendimento direto e gratuito ao público, visando à melhoria das condições físicas e pedagógicas das unidades de ensino. O programa também busca promover a autogestão escolar, incentivando a participação da comunidade escolar no planejamento e na execução das ações.

O programa está estruturado em duas modalidades principais: PDDE Básico e Ações Integradas.

O PDDE Básico corresponde à transferência anual de recursos, em duas parcelas, uma em cada semestre, com base no tipo de escola (localidade e modalidade) e o número de alunos matriculados declarados no Censo Escolar do ano anterior ao do repasse, tendo como parâmetros os valores referenciais de cálculo definidos no Anexo I da Resolução CD/FNDE/MEC nº 15, de 2021, e suas alterações.

Por sua vez, as Ações Integradas compreendem iniciativas complementares indutoras geridas pelas Secretarias do Ministério da Educação (MEC), vinculadas a políticas públicas específicas, que seguem as mesmas diretrizes operacionais e regulamentares do PDDE Básico. Cada Ação possui finalidades, objetivos e públicos-alvo específicos, definidos em suas respectivas resoluções, e estão divididas em dois grandes grupos: PDDE Qualidade, gerido pela Secretaria de Educação Básica (SEB); e PDDE Equidade, gerido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Nossas Entregas em 2025

1. Previsão de Atendimento

Para 2025, a estimativa de atendimento do PDDE Básico é de:

- R\$ 1,16 bilhão em repasses;
- Mais de 138 mil escolas beneficiadas; e
- Cerca de 38 milhões de estudantes atendidos.

2. Execução Física-Financeira

PDDE Básico

No mês de maio, foi realizada a transferência da primeira parcela do PDDE, totalizando, ao final do 1º semestre, o montante repassado de R\$ 455.929.455,00 destinados a 110.594 escolas aptas ao recebimento dos recursos. Considerando o repasse do valor de R\$ 22.838.000,00, referente ao pagamento do PDDE Emergencial RS, o total repassado até o mês de junho foi de R\$ 478.767.455,00.

Ações Integradas

Com relação às Ações Integradas ao PDDE, o repasse está condicionado ao envio, por parte da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), das listas das escolas a serem contempladas. Ao final do 1º semestre, foram atendidas:

- PDDE Equidade

Valor repassado: R\$ 64.265.842,00

Escolas beneficiadas: 2.269

- PDDE Qualidade

Valor repassado: R\$ 91.797.505,75

Escolas beneficiadas: 16.652

3. Ações de Assistência Técnica e Capacitação do PDDE

Um dos grandes desafios da gestão de programas públicos descentralizados no Brasil é garantir que as ações feitas por estados e municípios estejam alinhadas com os objetivos definidos pelo Governo Federal.

Para ajudar nisso, o FNDE atua oferecendo assistência técnica aos gestores do PDDE e de suas ações integradas. O objetivo é garantir que todos os envolvidos estejam capacitados e orientados sobre as regras e procedimentos dos programas, fortalecendo a execução correta dos recursos e contribuindo para que os resultados esperados sejam alcançados.

Em 2025, a assistência técnica está sendo realizada por meio de capacitações presenciais e online, além de visitas técnicas às secretarias de educação e escolas. As ações têm três principais focos:

- Prevenir erros e irregularidades que possam comprometer os objetivos do programa;
- Corrigir falhas identificadas, orientando os gestores a ajustar procedimentos e resolver pendências;
- Orientar, de forma clara e padronizada, sobre os processos de adesão, habilitação, execução dos recursos e prestação de contas.

O PDDE tem um público-alvo bastante amplo: 5.570 municípios, os 27 estados (incluindo o Distrito Federal) e cerca de 138 mil escolas públicas e privadas de educação especial. Por isso, as ações de capacitação precisam ter um alcance expressivo para atender à dimensão e à diversidade do Programa em todo o país.

Atendimentos realizados:

- Realizado atendimento direto a escolas indígenas no município de Banzaê/BA;
- Prestada assistência técnica às escolas e aos 34 municípios integrantes da RIDE-DF;
- Estabelecidos alinhamentos técnicos com a Secretaria de Educação do Distrito Federal para qualificar a execução do PDDE;
- Realizado atendimento e articulação com a Secretaria Municipal de Educação de Anápolis/GO, contemplando 88 escolas e beneficiando 64.418 estudantes;
- Conduzidos alinhamentos estratégicos com a Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins (AMUT), no Pará, envolvendo 2.744 escolas e impactando 390.355 alunos em 33 municípios;
- Realizados encontros técnicos com dirigentes estaduais e municipais de educação em João Pessoa e Campina Grande/PB, abrangendo 488 escolas e alcançando 175.459 estudantes;
- Realizada capacitação presencial para 487 dirigentes escolares nos municípios de São Mateus e Linhares/ES;
- Promovida capacitação online para 241 dirigentes escolares das CEFAs – Comunidades e Escolas Famílias Agrícolas.
- Participação no 79º Fórum de Dirigentes Municipais de Educação do Estado do Rio de Janeiro (atuação em oficina e balcão de atendimento do FNDE, prestando orientações individualizadas sobre o PDDE aos participantes do Fórum);
- Atendimentos e palestra sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola, na 2ª edição do FNDE Chegando Junto, em Pacaraima/RR.
- Assessoramento técnico aos gestores da UEx e aos técnicos do Município DE Barra do Garças/MT e palestra “Gestão do PDDE e Prestações de Contas” voltada aos profissionais da rede municipal de ensino na sede da Univar.
- Atendimento e palestra sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola, na 2ª Edição do FNDE Chegando Junto, em Imperatriz/MA e São Luís/MA;
- Atendimento e palestra sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola, na 2ª Edição do FNDE Chegando Junto, em Boa Vista/RR;
- Assessoramento técnico no 20º Fórum Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, em Salvador/BA.

Parceria com os Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (Cecampes)

Os Centros Colaboradores de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais (Cecampes) são universidades parceiras do FNDE, que realizam atividades de assistência técnica, monitoramento e avaliação a fim de apoiar estados, municípios e escolas a aprimorarem a execução e o desempenho do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e suas Ações Integradas.

Cecampes instituídos:

Região	Universidade	E-mail/site
Norte	Universidade Federal do Pará	Site: https://cecampenorte.ufpa.br/index.php/pt-br/ Instagram: https://www.instagram.com/cecampe_norte Facebook: Cecampe Norte E-mail: cecampenorte@ufpa.br
Nordeste	Universidade Federal da Paraíba	Site: https://www.cecampe.ufpb.br/ Instagram: https://www.instagram.com/cecampenordeste/ E-mail: cecampenordeste@gmail.com
Centro-Oeste	Universidade de Brasília	Site: http://smaprogramasfnde.org/ Instagram: https://www.instagram.com/cecampe.co.monitoramento E-mail: cecampe.co@unb.br
Sudeste	Universidade Federal de Uberlândia	Site: http://www.proexc.ufu.br/cecampesudeste/ Instagram: https://www.instagram.com/cecampesudeste/ Facebook: https://www.facebook.com/cecampe.sudeste E-mail: contatocecampeufu@gmail.com
Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Site: https://www.ufrgs.br/cecampe-sul/ Instagram: https://www.instagram.com/cecampesul/ Facebook: https://www.facebook.com/cecampesul E-mail: cecampe-sul@ufrgs.br

Desafios Superados

Entre os avanços alcançados, destaca-se a melhoria nas formas de pagamento do PDDE. Com a implementação das contas digitais, foi possível oferecer novas modalidades de pagamento, como o uso do Pix e de cartão físico vinculado à conta corrente, conferindo maior agilidade e menos burocracia em comparação ao antigo Cartão PDDE.

Além disso, ampliamos significativamente a assistência técnica prestada a escolas e municípios, com atenção especial às unidades situadas em contextos diferenciados, como comunidades indígenas, quilombolas e áreas rurais, promovendo maior equidade no atendimento e na execução dos recursos do Programa.

Melhoria Contínua e a Inovação

Em 2025, o PDDE avançou em importantes iniciativas de modernização. A implantação das contas digitais representou um marco para a governança do programa, permitindo maior controle e rastreabilidade dos recursos, eliminando o uso de cheques. Essa medida ampliou a segurança na execução dos recursos e alinhou-se às melhores práticas de gestão pública. O uso do PIX como meio de pagamento passou a ser incentivado, facilitando as transações.

Também foram implementadas melhorias no uso do sistema BB Gestão Ágil, com a disponibilização de novos mecanismos de suporte às escolas, especialmente no preenchimento da nova funcionalidade de prestação de contas, contribuindo para a qualificação dos registros e maior transparência.

Expectativas para 2026

Para o próximo exercício, espera-se ampliar as melhorias no BB Gestão Ágil e consolidar a transição para o novo modelo de prestação de contas do PDDE. Além disso, será mantido o esforço de orientação técnica aos entes federados e às escolas, com foco na constituição de Unidades Executoras Próprias (UEx), de modo que todas as unidades escolares aptas possam receber integralmente os recursos do Programa, fortalecendo, assim, os princípios da autogestão e da participação na gestão escolar.

Programa Caminho da Escola

Apresentação

O presente Relatório de Gestão tem como finalidade apresentar, de maneira clara, transparente e objetiva, as principais ações, projetos, entregas e resultados alcançados pela Coordenação de Apoio ao Caminho da Escola (COACE) no primeiro e segundo trimestre do exercício de 2025.

A elaboração deste documento visa não apenas prestar contas das atividades realizadas no período, mas também oferecer uma visão abrangente do desempenho da Coordenação, contribuindo para o acompanhamento contínuo das metas estabelecidas e para o aprimoramento da gestão pública no âmbito do transporte escolar.

Além disso, o relatório busca fortalecer a transparência institucional, permitindo que os diversos públicos – internos e externos – compreendam o papel estratégico da COACE na execução das políticas voltadas ao acesso e à permanência de alunos da educação básica residentes em áreas rurais, que dependem do transporte escolar para frequentarem as escolas.

Quem somos

A Coordenação de Apoio ao Caminho da Escola (COACE) desempenha um papel essencial dentro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atuando como unidade responsável pela gestão e execução do Programa Caminho da Escola. O Programa tem como objetivos renovar, padronizar e reduzir custos para a frota utilizada de veículos escolares, a fim de garantir segurança e qualidade ao transporte dos estudantes da Educação Básica, garantir o acesso e permanência dos alunos nas escolas e reduzir o índice de evasão escolar.

Nossas Entregas no 1º Semestre:

- Novos canais de comunicação: houve a implantação do Balcão Virtual do Caminho da Escola e o do Novo PAC (transporte escolar), além da vinculação dos ramais da área para atendimento aos técnicos e gestores do transporte escolar via WhatsApp Business.
- Participação em Webinários: a convite da Rede de Parcerias do Ministério da Gestão e Inovação (MGI) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a equipe técnica do Programa Caminho da Escola participou de webinários para orientações sobre os procedimentos para o envio de propostas da 2ª etapa do Novo PAC.
- Novo PAC 2ª etapa: Auxílio aos municípios no cadastro de 5.099 propostas no Transferegov.
- Início dos trâmites para novo registro de preços para aquisição de ônibus escolares: Objetivando que não ocorra interstício entre os pregões eletrônicos para aquisição de ônibus escolares, foram iniciados os procedimentos necessários a um novo registro de preços, com a atualização de normas e alterações nas especificações técnicas para aprimoramentos dos ônibus escolares.
- Registro de preços para aquisição de bicicletas escolares: segue em fase final o procedimento para o registro de preços para aquisição de bicicletas escolares, com a elaboração do Caderno de Informações Técnicas (CIT) e realização de audiência pública.
- Acompanhamento da Execução das pactuações do Novo PAC (1ª etapa): De janeiro a março de 2025, foram pagos pelo FNDE aos entes federados, referentes a veículos escolares, R\$ 167.006.419,20 (cento e sessenta e sete milhões, seis mil quatrocentos e dezenove reais e vinte centavos), sendo que R\$ 135.087.565,95 (cento e trinta e cinco milhões, oitenta e sete mil quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos) correspondem a 283 veículos do Novo PAC, segundo dados extraídos do SIGEF.
- Adesões ao Pregão Eletrônico nº 06/2023: Entre janeiro e março de 2025, foram realizadas 168 adesões às atas de registro de preços para aquisição de ônibus escolares, totalizando 1552 veículos. As adesões referem-se a recursos próprios, financiamento e transferência direta, segundo dados extraídos do SIGARP.

- Atendimentos pelo PAR Fale Conosco e pelo e-mail institucional: Por meio do PAR Fale Conosco foram mais de 319 atendimentos e por meio do e-mail do Caminho da Escola foram 181 e-mails respondidos.

Expectativas ou Perspectivas para o 3º Trimestre de 2025

- Previsão de publicação da ata de registro de preços de bicicletas escolares.
- Previsão de seleção do Novo PAC 2ª etapa com relação as propostas já cadastradas.
- Novas fiscalizações de segunda etapa da ata de registro de preços referentes ao Pregão 06/2023.
- Participação do Programa Caminho da Escola no Projeto FNDE Chegando Junto.

Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

Apresentação

Este Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar as principais ações, projetos, entregas e resultados da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE) realizadas até o primeiro semestre de 2025.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como propósito garantir a oferta de alimentação saudável e adequada a todos os alunos da rede pública de educação básica, respeitando a cultura alimentar, as necessidades nutricionais e as condições de saúde dos estudantes. O programa integra a educação alimentar e nutricional ao currículo escolar, promove a participação da comunidade no controle social e incentiva a compra de alimentos da agricultura familiar, com foco no desenvolvimento sustentável e na equidade no acesso à alimentação.

Em 2025, o PNAE conta um orçamento anual no valor de R\$ 5,5 bilhões para atender cerca de 39 milhões de estudantes matriculados em 144 mil escolas das redes estaduais, municipais e federais. Desse modo, pelo menos 1,6 bilhão devem ser investidos, obrigatoriamente, na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar.

Quem somos

A Coordenação-Geral do Programa Nacional de Alimentação Escolar (CGPAE) é a área técnica do FNDE responsável por gerir e qualificar a execução do PNAE, assegurando o direito à alimentação adequada aos estudantes da rede pública.

Atua de forma estratégica na articulação intersetorial, na promoção da educação alimentar e nutricional, no apoio à agricultura familiar e no fortalecimento do vínculo entre alimentação escolar e desenvolvimento local. Também gerencia os repasses financeiros do Programa e as ações de controle social, promovendo transparência e participação da sociedade. Comprometida com a eficiência e a valorização da alimentação escolar, apoia a representação do FNDE em eventos nacionais e internacionais, reforçando o protagonismo do Brasil na promoção de políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional nas escolas.

Nesse contexto, a CGPAE realiza ações contínuas de assistência técnica voltadas ao aprimoramento da execução do PNAE nos municípios, estados e na rede federal. Essas ações são desenvolvidas diretamente pela equipe técnica da Coordenação, mas também em parceria com diversas instituições, com destaque para as Instituições Federais de Ensino Superior, por meio do Projeto Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE). Essa articulação amplia a capilaridade do apoio oferecido aos entes federativos, promovendo a qualificação da gestão local, o fortalecimento do controle social e a efetivação das diretrizes do Programa em todo o território nacional.

Nossas Entregas no Primeiro Semestre de 2025 – Resultados

Execução Orçamentária e Financeira: FNDE repassa R\$ 3,4 bilhões para a alimentação escolar no 1º semestre de 2025

No primeiro semestre de 2025, o FNDE transferiu R\$ 3.377.763.390,82 (três bilhões, trezentos e setenta e sete milhões, setecentos e sessenta e três mil trezentos e noventa reais e oitenta e dois centavos) às Secretarias Estaduais de Educação (SEDUC) e às Prefeituras Municipais (PM), para o atendimento de estudantes da educação básica pública das redes estadual, distrital e municipal. O valor corresponde à cinco parcelas do total de oito repasses previstos ao longo do ano.

Já para atendimento das Instituições Federais que ofertam educação básica, foram descentralizados o valor de R\$ 57.751.697,20.

Ações de Apoio Técnico às Entidades Executoras do PNAE

A CGPAE realiza ações contínuas de assistência técnica voltadas ao aprimoramento da execução do PNAE nos municípios, estados e na rede federal. Essas ações são conduzidas pela equipe técnica da Coordenação, que conta com a parceria de diversas instituições, especialmente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), por meio da rede Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANE).

Atualmente, a rede CECANEs possui 23 instituições com parcerias vigentes, atuando em todas as regiões do Brasil. Essa articulação amplia a capilaridade do apoio e qualifica as ações, ao envolver especialistas que contribuem com soluções contextualizadas e baseadas em evidências.

Em 2025, destacam-se as seguintes ações em curso: assessoria e o monitoramento a Entidades Executoras; encontros regionais para nutricionistas da rede federal; formação de Conselheiros da Alimentação Escolar (CAE); formação de nutricionistas; oficinas para compra da agricultura familiar, incluindo ações específicas voltadas a povos e comunidades tradicionais; encontros de formação em EAN para profissionais da educação básica; formações em amamentação no contexto do PNAE; Curso EaD: Planejamento de Ações de EAN no ambiente escolar.

Destaques do 1º Semestre de 2025

a) Normas e orientações técnicas

- Alterações na Resolução do PNAE - Alimentação Escolar mais saudável e com mais justiça social

Foi publicada a Resolução CD/FNDE nº 03/2025, que altera a Resolução CD/FNDE nº 06/2020, com avanços importantes para a alimentação escolar no Brasil. As principais mudanças são:

- Redução do limite de alimentos processados e ultraprocessados em escolas públicas:



- Fortalecimento da participação das mulheres no mercado institucional do PNAE :

Regulamentação da Lei nº 14.660/2023, que equipara a priorização de grupos formais e informais de mulheres aos agricultores familiares de assentamentos da reforma agrária e de comunidades indígenas e quilombolas no processo de seleção para comercialização de alimentos no âmbito do PNAE. A nova norma também estabelece que, no mínimo, 50% da comercialização dos produtos da unidade familiar será realizada em nome da mulher.

- Salário-Educação na Alimentação Escolar

Em maio de 2025, a Advocacia-Geral da União (AGU), por meio da Consultoria Jurídica junto Ministério da Educação (CONJUR/MEC), emitiu o Parecer nº 00410/2025/CONJURMEC/CGU/AGU que reconhece a possibilidade de utilizar o salário-educação para financiar despesas com programas de alimentação escolar. A decisão foi aprovada pelo Ministério da Educação, por meio do Despacho de 12 de junho de 2025, publicado no Diário Oficial da União.

Essa medida representa um avanço significativo na garantia do direito à alimentação adequada nas escolas públicas de educação básica, ao permitir que as redes estaduais, municipais e do Distrito Federal ampliem e qualifiquem a oferta de refeições escolares. Com isso, contribui-se diretamente para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos estudantes.

- Nota Técnica para fortalecer a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no currículo escolar

Diante dos desafios para a efetiva inserção da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no cotidiano das escolas públicas de Educação Básica, o FNDE publicou a Nota Técnica nº 4816230/2025/DIEAN/COSAN/CGPAE/DIRAE com o objetivo de fomentar reflexões e apontar caminhos para fortalecer a presença da EAN no planejamento pedagógico das escolas, de forma integrada, participativa e permanente, com o envolvimento ativo dos diversos atores sociais do PNAE.

b) Eventos

- Encontro Nacional do PNAE

Com o objetivo principal de debater a construção da Política Brasileira de Alimentação Escolar, o FNDE realizou, em Brasília, nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2025, o Encontro Nacional do PNAE.

O evento reuniu mais de mil participantes diretamente envolvidos na execução do Programa, entre gestores, nutricionistas, conselheiros de alimentação escolar, agricultores familiares, merendeiras, representantes da comunidade escolar, de organizações da sociedade civil, de movimentos sociais e de órgãos de controle. Estiveram presentes também o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a primeira-dama, Janja Lula da Silva, diversos ministros de Estado, além de especialistas de órgãos e instituições parceiras do FNDE.

O Encontro foi transmitido ao vivo pelos canais do FNDE no YouTube, e os vídeos já somam mais de 12 mil visualizações. Mais informações estão disponíveis na página oficial do evento: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/encontro-nacional-do-pnae>

Para realização do evento o FNDE contou com a parceria direta do IFSULDEMINAS e UNIFESP, por meio do projeto CECANE.



Imagem: Relato de estudante da Secretaria de Educação do Distrito Federal na abertura do Encontro Nacional do PNAE

- Seminários Regionais “Formação e Valorização de quem Alimenta o Brasil”
 - Projeto: Alimentação Escolar Nota 10: Formação e Valorização de Merendeiras e Nutricionistas

Os Seminários Regionais fazem parte do projeto Alimentação Escolar Nota 10: Formação e Valorização de Merendeiras e Nutricionistas, uma iniciativa fruto da parceria entre o FNDE, a Itaipu Binacional e o IFSULDEMINAS.

Esses encontros presenciais têm como principal objetivo fortalecer a educação alimentar e nutricional nas escolas públicas, além de reconhecer e valorizar o trabalho das merendeiras e nutricionistas, profissionais fundamentais para a garantia de uma alimentação de qualidade no ambiente escolar.

No primeiro semestre de 2025, foram realizados dois dos cinco seminários regionais previstos:

- Seminário Regional do Centro-Oeste – Realizado nos dias 29 e 30 de maio, em Brasília (DF), o evento abordou temas relevantes como sustentabilidade na alimentação escolar; aleitamento materno no âmbito do PNAE; segurança dos alimentos; inclusão da educação alimentar e nutricional (EAN) no currículo escolar; além da apresentação de experiências inspiradoras de nutricionistas e merendeiras. Um dos destaques foi a aula show “Gastronomia Escolar: contribuindo na formação integral dos educandos”, que evidenciou o papel da alimentação no processo educativo.
- Seminário Regional do Nordeste – Realizado nos dias 09 e 10 de junho, em Campina Grande(PB), reuniu profissionais da alimentação escolar em uma programação diversificada. O evento contou com aula magna, painéis temáticos, relatos de experiências, aula-show de gastronomia e apresentações culturais. Com foco na segurança alimentar e nutricional, sustentabilidade, valorização profissional e educação alimentar, o seminário promoveu discussões sobre práticas que aproximam a alimentação escolar das realidades locais. Um dos destaques foi o estímulo ao uso de alimentos regionais, orgânicos e agroecológicos, reforçando a importância do vínculo entre a cultura alimentar, a saúde dos estudantes e o desenvolvimento sustentável.

- Encontros Estaduais do PNAE

Os Encontros Estaduais do PNAE serão realizados no âmbito da parceria celebrada entre o FNDE e as universidades e institutos federais que compõem a rede de Centros Colaboradores em Alimentação Escolar (Cecanes). Com foco na promoção de uma alimentação escolar saudável, adequada e culturalmente diversa, os encontros criam espaços de diálogo entre todos os atores envolvidos — desde gestores, nutricionistas e merendeiras até agricultores familiares, conselheiros e representantes de comunidades tradicionais.

O ano de 2025 marca o início de novas gestões municipais em praticamente todo o país. Diante da renovação de quadros técnicos e gestores locais, os eventos cumprem um papel fundamental de formação inicial e continuada, especialmente sobre as diretrizes atualizadas do PNAE, incluindo a Resolução CD/FNDE nº 3/2025, que trata da qualificação nutricional dos cardápios, redução de ultraprocessados e fortalecimento da agricultura familiar.

Ao longo de 2025, estão previstos a realização de quatorze encontros estaduais. No primeiro semestre, foi realizado, nos dias 25 e 26 de junho de 2025, em Várzea Grande - MT, o Encontro mato-grossense do PNAE (CECANE IFMT).

c) Ferramentas de Apoio

- Podcast Comer é Aprender

A iniciativa, resultado da parceria FNDE e UNICEF, teve como objetivo fortalecer a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no ambiente escolar, promovendo reflexões sobre a importância da alimentação saudável e sua conexão com o currículo pedagógico. Ao todo, a série conta com 9 episódios, dos quais 8 foram lançados entre fevereiro e março de 2025. Os episódios estão disponíveis na plataforma FNDE Multimídia - no portal de Educação Corporativa: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acoes/educacao-corporativa/fnde-multimidia/pod-comer-e-aprender>



Podcast Comer é Aprender

Cooperação Internacional

O PNAE segue amplamente reconhecido no cenário internacional como uma política pública exemplar, por sua capacidade de articular segurança alimentar, educação, saúde e desenvolvimento local. Com mais de 70 anos de história, sua experiência acumulada tem despertado o interesse de diversos países, especialmente no contexto da cooperação Sul-Sul.

Essa política integra a cesta de ações prioritárias da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza e compõe as iniciativas de ação acelerada em alimentação escolar, voltadas à promoção de resultados concretos em escala global. É também considerada uma política-chave da Coalizão para a Alimentação Escolar, iniciativa internacional da qual o Brasil exerce a copresidência. A próxima cúpula da Coalizão será realizada em Fortaleza (CE), em setembro de 2025.

Como parte desse esforço de cooperação internacional, o FNDE tem fomentado projetos com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), do Ministério das Relações Exteriores. Essas iniciativas contam com a parceria de dois importantes organismos internacionais: a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP).

No primeiro trimestre de 2025, o FNDE participou de eventos estratégicos como a 2ª Reunião do Comitê do Projeto IBAS (janeiro), o 1º Fórum Nacional de Educação e Ensino em Angola (fevereiro), um intercâmbio técnico com a África do Sul (março) e a Cúpula Global de Nutrição – Nutrition for Growth, em Paris (março). Essas ações reforçam o protagonismo do Brasil na cooperação Sul-Sul e consolidam o PNAE como referência global em alimentação escolar e em políticas públicas integradas para o desenvolvimento sustentável.

Ações e Projetos

Ações e Projetos	Objetivo	Status (1º Semestre)	Evidência - Maiores Informações
Jornada de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)	<p>Incentivar o debate e a implementação de práticas de EAN no ambiente escolar, além de dar visibilidade às ações já realizadas nas escolas públicas de educação básica, por meio de sua sistematização e documentação.</p> <p>Cada edição possui duração aproximada de 12 meses e envolve etapas que vão desde o lançamento do edital, inscrição e acompanhamento das escolas participantes, até a seleção das melhores experiências, organização de uma publicação com os relatos e a premiação das iniciativas de destaque.</p> <p>A 6ª Edição está em fase de organização do livro com os relatos selecionados, enquanto a 7ª Edição encontra-se em andamento, na etapa de acompanhamento das escolas inscritas.</p> <p>Realização: FNDE, com o apoio do CECANE UFG</p>	Em Execução	<p>Edital da 7ª Jornada de EAN</p> <p>Divulgação das inscrições da 7ª Jornada de EAN</p> <p>Informações sobre os Melhores Relatos da 6ª edição da Jornada de EAN</p>
Alimentação Escolar Nota 10: Formação e Valorização de Merendeiras e Nutricionistas	<p>Promover a formação de merendeiras e nutricionistas que atuam no PNAE com foco no fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional por meio de diversas ações.</p> <p>Realização: FNDE em parceria com a Itaipu Binacional e o IFSULDEMINAS</p>	Em Execução	<p>Informações Gerais sobre o Projeto Alimentar Escolar Nota 10</p>

<p>Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs)</p>	<p>Prestar apoio técnico e operacional na implementação da alimentação saudável nas escolas, por meio de um conjunto articulado de ações, coordenadas pela CGPAE, que incluem: i) assessoria a Estados e Municípios, cujo objetivo é fornecer apoio técnico e operacional aos atores sociais envolvidos com a gestão e a oferta da alimentação escolar; ii) formação aos atores envolvidos com o PNAE (gestores, CAE, nutricionistas, agricultores familiares, comunidade escolar); iii) elaboração e produção de materiais orientativos e ferramentas de apoio iv) desenvolvimento de estudos e pesquisas capazes de subsidiar a tomada de decisão da gestão central do PNAE no FNDE; e v) outras ações que contribuam para o aprimoramento da alimentação escolar no país.</p>	<p>Em Execução</p>	<p>Portal FNDE REBRAE</p>
<p>Atualização do Material orientativo para formação de merendeiras (os).</p>	<p>Subsidiar metodologicamente os profissionais responsáveis pela formação das(os) merendeiras(os), incluindo tópicos com conteúdo de metodologias participativas.</p> <p>A primeira versão do material foi publicada em 2014, pelo CECANE UFRGS.</p>	<p>Em Execução</p>	

Nota Técnica sobre a inclusão da EAN nos currículos escolares.	Fortalecer a inclusão da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no currículo escolar e no Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas públicas da Educação Básica no âmbito do PNAE.	Em Execução	<u>Informações Gerais sobre o Projeto Alimentar Escolar Nota 10</u>
Amazônia na Escola: Comida Saudável e Sustentável	<p>Implementar ações conjuntas que promovam a alimentação escolar oriunda da agricultura familiar, incluindo povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades e tradicionais, de base sustentável e socio biodiversa nas redes públicas da Amazônia Legal, com o aporte de 336 milhões do Fundo Amazônia.</p> <p>Realização: Parceria FNDE, BNDE, MDA, MDS (Acordo de Cooperação Técnica nº 13/2023)</p>	Em Execução	<u>Edital de Chamada Pública de Projetos - Amazônia na Escola</u>
Apoio à Gestão das Ações de Assistência Técnica realizadas no âmbito do PNAE	<p>Desenvolvimento de ferramenta tecnológica para coleta e análise dos dados relativos às ações de assistência técnica realizadas pelo FNDE e pelos Cecanes, no âmbito do PNAE.</p> <p>Realização: FNDE (DIRAE e DIRTE) em parceria com o IFCE</p>	Em Execução	
Reality Show Vida de Merendeira - 2025	<p>Valorizar o papel dos profissionais merendeiras e merendeiros da alimentação escolar na promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar e promover a mobilização da comunidade escolar para a temática da EAN.</p> <p>Realização: FNDE em parceria com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), apoiada pelo Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP).</p>	Em Execução	

Alimentação escolar e mudanças climáticas: Um estudo de caso no Brasil	Identificar as fortalezas e potenciais aprimoramentos com vistas à qualificação da gestão do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no que se refere ao impacto ambiental decorrente da execução da política. Realização: FNDE em parceria com a UNIFESP.	Em Execução	
Agenda Regional de Alimentação Escolar Sustentável na América Latina e Caribe	Contribuir para o desenvolvimento da agenda regional de alimentação escolar para a América Latina e Caribe, por meio da Rede de Alimentação Escolar Sustentável (RAES), com vistas a subsidiar a elaboração de políticas nacionais de Alimentação Escolar. Realização: FNDE em parceria com a ABC/MRE e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).	Em Execução	Portal da RAES
Programa Brasil-PMA de Cooperação Sul-Sul para Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar – Fortalecimento de políticas públicas de alimentação escolar em países em desenvolvimento	Melhorar a qualidade e eficiência dos programas de alimentação escolar dos países do Sul Global, por meio da cooperação técnica Sul-Sul trilateral, alinhado aos objetivos da Coalizão Global para a Alimentação Escolar. Realização: FNDE em parceria com a ABC/MRE e com o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (WFP).	Em Execução	

Desafios

Dentre os principais desafios enfrentados no primeiro semestre de 2025, destacam-se:

- Troca de gestores locais – com a mudança de prefeitos em diversos municípios, houve também uma renovação significativa das equipes responsáveis pela gestão local da alimentação escolar. Essa transição exige fortalecimento das ações de assistência técnica do PNAE. Além das ações contínuas, serão realizados 14 Encontros Estaduais do PNAE ao longo do ano, coordenados pela CGPAE e realizados em parceria com os CECANEs.

- Limitações no acesso a dados consolidados da prestação de contas – persistiram dificuldades para acessar, de forma sistematizada, os dados registrados na plataforma BB Ágil referentes aos anos de 2023 e 2024, especialmente no que diz respeito à aquisição de alimentos e à compra direta da agricultura familiar. Como resposta, o FNDE está desenvolvendo o PNAE Foundry, uma ferramenta baseada em inteligência artificial que permitirá agrupar e analisar, de forma integrada, todas as aquisições de alimentos realizadas no âmbito do programa, ano a ano.

Expectativas para o 2º Semestre de 2025

No segundo semestre de 2025, diversas ações estão previstas com o objetivo de fortalecer a implementação e a qualificação da política de alimentação escolar no Brasil. Destacam-se as seguintes iniciativas:

- Repasse de recursos do PNAE – Está programado o pagamento de três parcelas dos recursos federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) às Secretarias Estaduais de Educação (SEDUCs) e às Prefeituras Municipais (PMs), nos meses de julho, agosto e setembro.
- Projeto “Alimentação Escolar Nota 10” – Seminários Regionais – Serão realizados os três últimos encontros presenciais da série Formação e Valorização de quem Alimenta o Brasil, totalizando os cinco seminários previstos para o ano. As próximas edições ocorrerão nas seguintes regiões: Sudeste (agosto), Norte (setembro) e Sul (outubro).
- Encontros Estaduais do PNAE – Em parceria com os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar (CECANEs), serão promovidos mais 13 encontros com gestores e equipes técnicas estaduais e municipais, conforme o cronograma a seguir: Julho: Rio de Janeiro (UNIRIO), Acre (UFAC) e Paraná (UFPR); Agosto: Minas Gerais (UFV), Bahia (UFBA) e Sergipe (UFS); Setembro: Mato Grosso do Sul (UFMS), Alagoas (UFAL), Goiás (UFG) e Amazonas (UFAM); Outubro: Piauí (UFPI) e Tocantins (UFT).
- Segunda Cúpula da Coalizão Global para a Alimentação Escolar – O FNDE, na qualidade de gestor do PNAE, atua em apoio ao Ministério da Educação (MEC) na coordenação da Segunda Cúpula da Coalizão Global para a Alimentação Escolar, que será realizada nos dias 18 e 19 de setembro de 2025, em Fortaleza (CE). No contexto preparatório para o evento, estão em andamento diversas ações voltadas à articulação entre os atores envolvidos, à qualificação da participação brasileira e à organização de uma Cúpula com elevado padrão técnico e político.

De forma geral, para o segundo semestre de 2025, espera-se o avanço das iniciativas e projetos destacados neste relatório.

Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) objetiva que professores e estudantes matriculados nas nossas escolas públicas tenham acesso aos livros e materiais de que necessitam para o processo de aprendizagem. O Programa inclui livros pedagógicos, didáticos, literários, materiais digitais e outros recursos educacionais. Atualmente, cerca de 97% das redes de ensino do nosso país participam do Programa.

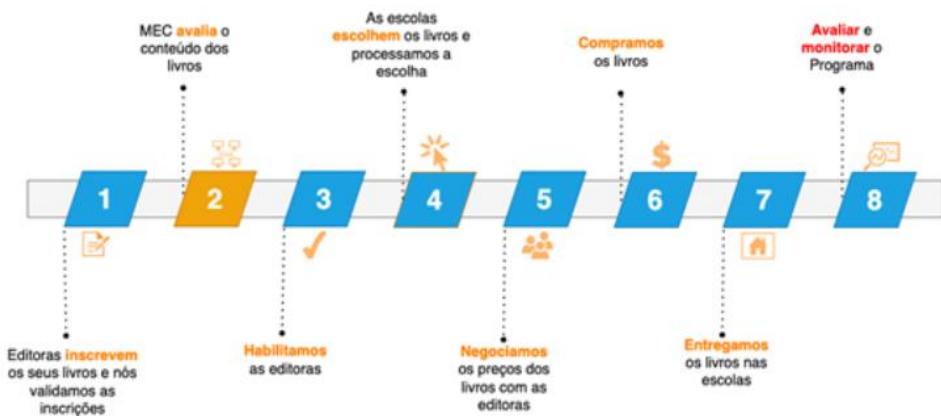
Para saber quais as redes de ensino participam do Programa, [clique aqui](#).



Você sabia que cada escola escolhe quais livros serão utilizados pelos seus estudantes?
Com isso, escolas de uma mesma cidade podem ter livros diferentes umas das outras e consequentemente diferentes propostas pedagógicas!

Os livros escolhidos em cada edital e distribuídos às escolas serão utilizados por um período de 4 (quatro) anos. Diante disso, são feitas compras de reposição para os editais vigentes, que visam substituir nas escolas os livros que por alguma externalidade não puderam ser reutilizados, bem como aqueles que são utilizados uma única vez pelos alunos.

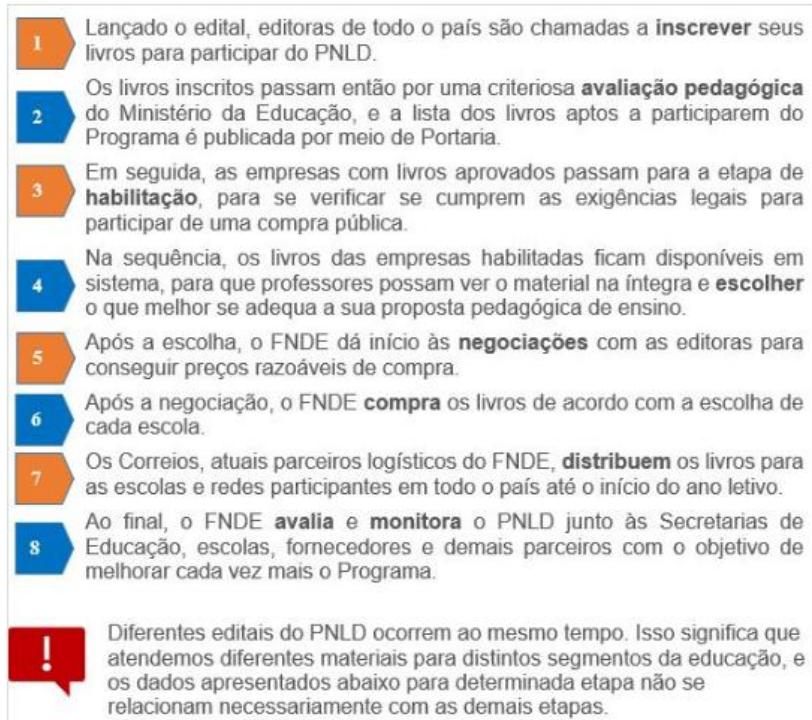
Para que todo esse material chegue até as escolas, um longo percurso precisa ser trilhado e hoje são as grandes etapas do Programa (art. 8º do Decreto n. 9.099/2017):



Das etapas previstas, sete são executadas pelo FNDE e uma é de competência exclusiva do Ministério da Educação: a avaliação pedagógica.

Anualmente, MEC e FNDE lançam edital para atender a um dos quatro segmentos do ensino da educação básica, além da EJA, bem como fazem a aquisição dos editais lançados em anos anteriores:

- (a) Educação Infantil (creche e pré-escola);
- (b) Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º a 5º ano);
- (c) Anos Finais do Ensino Fundamental (6º a 9º ano);
- (d) Ensino Médio.



Para saber mais sobre o Programa do Livro, [clique aqui](#).

Principais Ações em 2025

Pessoas que se beneficiam do nosso Programa



Fonte: PNLD Digital

Editais Elaborados em 2025

- PNLD 2027-2030 Anos Iniciais
- PNLD EJA 2026-2029 – Acessibilidade

Editoras e coleções habilitadas em 2025

Edital/objeto	Quant. de editoras habilitadas	Quant. de coleções habilitadas
PNLD 2024-2027 Objeto 03	263 editoras	263 coleções
PNLD 2026-2029 Ensino Médio	19 editoras	81 coleções
PNLD EJA 2026-2029	11 editoras	38 coleções
PNLD 2023 Objeto 01 Reposição	18 editoras	111 coleções
PNLD 2023 Objeto 02 Reposição	17 editoras	86 coleções
PNLD 2024 Objeto 01 Reposição	17 editoras	91 coleções

Escolhas dos livros pelas escolas em 2025

Para o exercício de 2025 estão previstas as escolhas de quatro programas do PNLD pelas redes públicas de educação:

Programas	Tipo de Material	Data Prevista	Situação da Escolha
PNLD 2026 - EJA	LIVROS DIDÁTICOS	maio, 2025	Finalizada
PNLD 2023 - Objeto 3	LIVROS DIDÁTICOS	junho, 2025	Finalizada
PNLD 2026 - ENSINO MÉDIO	LIVROS DIDÁTICOS	agosto, 2025	Prevista
PNLD 2024 - Objeto 3	LIVROS DIDÁTICOS	setembro, 2025	Prevista

A escolha do PNLD EJA – 2026 a 2029, destinada aos estudantes e professores da Educação de Jovens e Adultos – EJA dos anos iniciais e finais do ensino fundamental, ocorreu no período de 12 a 23 de maio de 2025 no sistema PNLD Digital.

As coleções destinadas à Educação de Jovens e Adultos (EJA) foram divididas em duas categorias:



Fonte: Guia PNLD EJA 2026-2029

Foram 13.914 escolas com alunado EJA no ensino fundamental escolheram até seis coleções, sendo uma para cada área do conhecimento.

Além da escolha de obras destinadas à EJA, no período de 03 a 25 de junho de 2025 foi realizada a escolha do PNLD Obras Literárias- Anos iniciais do Ensino Fundamental no sistema PNLD Digital, destinadas aos estudantes e professores dos anos iniciais do ensino fundamental - 1º ao 5º ano.

Foram disponibilizados 22 acervos para escolhas pelas redes. Além dos acervos, a escola receberá projetos de leitura que são compostos por 15 exemplares do mesmo livro para que os professores possam trabalhar a mesma obra com os alunos em sala de aula. Esses livros podem ser utilizados na biblioteca e em espaços de leitura.

Os acervos foram divididos em 2 categorias:

Categorias 1: 1º ao 3º ano - Acervos de 1 a 10		Categoria 2: 4º e 5º ano - Acervos de 11 a 22	
Cada acervo é composto por 39 a 42 obras		Cada acervo é composto por 31 a 35 obras	
Até 50 alunos	3 Acervos + 2 Projetos de Leitura	Até 50 alunos	3 Acervos + 2 Projetos de Leitura
Até 100 alunos	4 Acervos + 4 Projetos de Leitura	Até 100 alunos	4 Acervos + 4 Projetos de Leitura
Até 150 alunos	5 Acervos + 6 Projetos de Leitura	Até 150 alunos	5 Acervos + 6 Projetos de Leitura
Acima de 150 alunos	6 Acervos + 8 Projetos de Leitura	Acima de 150 alunos	6 Acervos + 8 Projetos de Leitura

Fonte: Guia PNLD EJA 2026-2029

Durante o período 49.327 escolas finalizaram a escolha das Obras Literárias- Anos iniciais do Ensino Fundamental. As obras devem proporcionar um grau de abertura que convide à participação criativa na leitura, instigando o estabelecimento de relações com suas experiências anteriores e outros textos.

Trata-se de um material cuidadosamente analisado, com a finalidade de oferecer, além de conhecimento, abraços acolhedores a todos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, oferecendo-lhes oportunidades de identificação com personagens, que ajudarão no enfrentamento de diferentes situações da vida. Similarmente, as obras poderão oferecer subsídios para o aprimoramento dos processos de ensino e de aprendizagem nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Livros comprados em 2025

Em 2025, já compramos mais de 2 milhões de livros para nossos professores e estudantes.

Valor investido em 2025

Em 2025, já investimos mais de R\$ 470 milhões para que os estudantes tivessem os livros de que necessitam para a sua formação e o seu aprendizado.

Eventos

- Bienal Internacional do Livro, no Rio de Janeiro/RJ
- Bienal Internacional do Livro, em Curitiba/PR
- Feira do Livro, em Belém/PA
- Evento internacional - Research and Innovation Workshop on AI-Enhanced Textual Analysis for Brazil's Textbook Policy (PNLD), na cidade de Cambridge-MA, Estados Unidos
- Evento internacional - Digital Publishing Summit 2025, sobre tecnologias desenvolvidas pela EDRLAB relacionadas ao desenvolvimento do Leitor Digital e outras ações com pesquisadores da Universidade de Oxford na Inglaterra, realizado em Dublin, Ireland

Assistência Técnica pelo e-mail do Livro Didático

Anualmente, equipe especializada do FNDE auxilia milhares de gestores das nossas Secretarias de Educação e das mais de 140 mil escolas do país a tornarem o PNLD possível e permitir que os nossos estudantes estejam com seus livros em mãos já no início das aulas.

Essa assistência é feita pelo e-mail do Livro Didático: livrodidatico@fnde.gov.br

Comunicação com nossos parceiros

Todas as ações executadas no PNLD são comunicadas por meio do nosso Portal e podem ser [acessadas aqui](#).

Órgãos Públicos Parceiros na Execução do PNLD



PAR e NOVO PAC

Apresentação

O presente Relatório de Gestão tem como objetivo apresentar de forma transparente e objetiva as ações, projetos, entregas e resultados da Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP) ao longo do ano de 2025.

Quem somos

A Diretoria de Gestão, Articulação e Projetos Educacionais (DIGAP) do FNDE é responsável por coordenar e executar ações de programas e projetos educacionais em parceria com Secretarias, fundações e autarquias do Ministério da Educação, bem como com outros órgãos e entidades das esferas federal, estadual e municipal.

Atua na prestação de assistência técnica e financeira aos entes federativos, com foco na melhoria da infraestrutura da rede pública de ensino. Além disso, estabelece parâmetros técnicos para a execução dos programas sob sua responsabilidade e gerencia ações de suporte, monitoramento e assistência técnica, especialmente no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR) e do Novo Plano de Aceleração do Crescimento – Novo PAC.

Entregas no 1º Semestre de 2025

1. Entrega do Documento de Formalização de Demanda - DFD para abertura do Registro de Preço Nacional para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de sondagem, levantamento topográfico, projeto de implantação e projeto de fundação, considerando como referência os projetos padrão do FNDE;
2. TED UDF para lançamento da versão de novas funcionalidades para o gerenciamento de produtos de dados, permitindo o cadastro, edição e exclusão de ativos de forma mais eficiente. A plataforma também foi integrada ao sistema de autenticação gov.br, proporcionando uma experiência mais segura e prática para os usuários;
3. Gestão estratégica do Projeto UNOPS/24330 - "Fortalecimento da Gestão em Infraestrutura da Educação para Povos Tradicionais no Brasil", que consiste em fortalecer a capacidade de gestão de infraestrutura do FNDE por meio do aprimoramento do PAR, o fortalecimento da assistência técnica aos entes federados e a execução de obras de escolas para populações indígenas e quilombolas.
4. Entrega do Documento de Formalização de Demanda – DFD do Alto do Rio Negro.
5. Dotação orçamentária: Em 2025, o FNDE executou ações significativas no âmbito dos programas PAR e PAC, com foco na melhoria da infraestrutura educacional em todo o país.

A dotação orçamentária atualizada para o exercício foi de R\$ 4.425.142.650,00. Até o segundo trimestre, foram empenhados R\$ 1.324.514.628,01 e pagos R\$ 998.274.516,73, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Trimestre	Valor Previsto (R\$)	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
1º Trimestre	R\$ 4.425.142.650,00	-	-
2º Trimestre	R\$ 4.425.142.650,00	R\$ 1.324.514.628,01 (acumulado)	R\$ 998.274.516,73 (acumulado)

Fonte: DIGAP

Esses recursos foram distribuídos em 3.695 processos, beneficiando 2.049 entes federados.

A execução financeira correspondeu a 1.680 processos com repasses efetivados.

Além do repasse de recursos, o FNDE prestou assistência técnica aos entes subnacionais, orientando a execução das obras por meio de diretrizes, parâmetros e estratégias que visam à melhoria contínua dos empreendimentos. O acompanhamento físico das obras foi realizado por meio do módulo Obras 2.0 do SIMEC.

6. Conclusão de Obras – Entre janeiro e junho de 2025, foram concluídos 295 empreendimentos de construção, reforma e ampliação de escolas e creches, conforme registrado no sistema SIMEC – Obras 2.0. Essas obras têm capacidade estimada para atender 58.424 alunos em dois turnos ou 29.212 alunos em tempo integral. A seguir, apresenta-se a distribuição mensal das obras concluídas entre os meses de janeiro e junho:

Mês	Nº de Obras	Nº de Alunos (2 turnos)	Nº de Alunos (integral)
Janeiro	42	7.132	3.566
Fevereiro	30	6.948	3.474
Março	41	7.496	3.748
Abril	45	10.256	5.128
Maio	83	16.340	8.170
Junho	54	10.252	5.126
Total	295	58.424	29.212

Fonte: CGIMP, SIMEC – Obras 2.0 em 04/07/2025 (Período: 01/01/2025 a 30/06/2025)

7. No âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação, até junho de 2025, as solicitações de nova pactuação apresentaram avanços significativos. As manifestações de interesse registradas no SIMEC passaram por análise técnica, com parte delas já deferidas e aptas à formalização de novos termos de compromisso ou aditivos. A seguir, apresenta-se a situação consolidada das solicitações de nova pactuação até o final do 2º trimestre de 2025:



Fonte: Painel Retomada de Obras - PowerBI

Projetos Executados

PAC Seleções

Programa	Entrega	Objetivo	Status
Novo PAC (2ª Etapa)	Creches e Pré-Escolas (Tipo 2) – 500 unidades	Atendimento de até 188 crianças em dois turnos ou 94 em tempo integral	Cartas-consulta encerradas em 31/03/2025. Propostas em análise pelo FNDE e, após aprovação, seguem para acompanhamento pela CEF.
	Ônibus para Transporte Escolar – 1000 unidades	Ampliar o acesso e a permanência de estudantes na escola	Cartas-consulta encerradas em 31/03/2025. Propostas em análise pelo FNDE e, após aprovação, seguem para acompanhamento pela CEF.

Fonte: DIGAP

Implementação do BIM

Programa	Entrega	Objetivo	Status
Estratégia BIM - FNDE para Espaços Educativos	Lançamento da Estratégia BIM-FNDE	Modernizar a gestão e execução de obras educacionais com uso de tecnologia BIM	Lançada em 2023 pela DIGAP
	Definição de cinco objetivos estratégicos	Estruturação interna, normas, capacitação, disseminação e apoio aos entes federativos	Objetivos definidos e implementação em fases
	Modelagem de projetos padronizados em BIM	Disponibilizar projetos como Creche Tipo 1 e demais tipologias	Projeto da Creche Tipo 1 já disponível no site do FNDE
	Contratação de softwares de modelagem BIM	Permitir desenvolvimento interno de projetos por novos profissionais	Processo de contratação em andamento
	Capacitação de novos colaboradores (CTUs)	Garantir adoção plena da metodologia BIM	Capacitação considerada essencial

Fonte: DIGAP

Plano Plurianual (PPA)

Programa	Entrega	Objetivo	Status
5111 Educação Básica Democrática, com qualidade e equidade	Apoio à construção de creches e pré-escolas no âmbito do Novo PAC	Ampliar a oferta de vagas na educação infantil por meio da construção de novas unidades de creches e pré-escolas em parceria com entes federativos.	Em fase inicial. Meta de 500 pactuações; valor apurado ainda não registrado.
	Apoio à aquisição de kits de materiais escolares para os estudantes das redes de Educação Básica	Garantir o acesso a materiais escolares básicos para estudantes da educação básica, promovendo equidade e permanência.	Em andamento. Meta de 15 entes atendidos; 2 entes atendidos até o momento.
	Apoio à infraestrutura escolar no âmbito do PAR	Apoiar os entes federativos na melhoria da infraestrutura física das escolas públicas por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR).	Em andamento. 1.165 entes já atendidos.
	Retomada de obras paralisadas (Lei nº 14.719/2023)	Repactuar e retomar obras de infraestrutura educacional paralisadas ou inacabadas, promovendo o uso eficiente dos recursos públicos.	Em avanço. 1032 obras já repactuadas.
	Apoio à aquisição de mobiliários e equipamentos para educação básica	Equipar escolas públicas com mobiliários e equipamentos adequados, promovendo ambientes de aprendizagem mais adequados.	Em fase inicial. Meta de 102 entes apoiados; 5 entes atendidos até o momento.
	Apoio à construção de escolas em Tempo Integral (Novo PAC)	Expandir a oferta de ensino em tempo integral por meio da construção de novas escolas com infraestrutura adequada.	Não iniciado. Meta e valor apurado permanecem em 0
	Apoio à conclusão de creches, escolas, quadras e cobertura de quadras	Concluir obras educacionais em andamento, garantindo a entrega de espaços adequados para o ensino.	Em andamento. Meta de 750 obras concluídas; 295 já finalizadas.

Fonte: DIGAP

Retomada de Obras Inacabadas

Programa	Entrega	Objetivo	Status
Pacto Nacional pela Retomada de Obras da Educação	Publicação da MP nº 1.174/2023 e da Lei nº 14.719/2022; previsão de retomada de até 5.642 obras com investimento de R\$ 4,04 bilhões; inclusão de 2.001 novas obras além das 3.641 da MP; prazo de adesão até 22/12/2023.	Instituir o pacto para retomada de obras e serviços de engenharia na educação básica e profissionalizante; concluir obras de escolas de educação infantil, ensino fundamental, profissionalizante, quadras e coberturas; ampliar o número de obras passíveis de adesão ao pacto; permitir que estados, municípios e o DF manifestem interesse em retomar obras.	Lei sancionada em 01/11/2023, substituindo a MP; abrangência nacional com recursos previstos; adesão condicionada à manifestação de interesse dos entes federados; estabelecido pela Resolução CD/FNDE nº 30/2023.
	3.784 obras com manifestação de interesse (MP e Lei), distribuídas por modalidade, etapa e território.	Consolidar propostas, garantir cobertura educacional ampla e assegurar recursos financeiros.	Dados atualizados no Painel Retomada; repasse estimado de R\$ 4,16 bi condicionado à execução física.
	14 mil análises técnicas realizadas; 2.335 obras deferidas.	Avaliar documentação técnica e viabilidade das obras.	Processo de deferimento em andamento.
	1.797 termos gerados, sendo: 538 deferidos, 795 indeferidos, 285 em diligência, 280 retomados para análise pelo FNDE e 89 cancelados.	Formalizar novos termos ou aditivos no processo de repactuação para retomada de obras educacionais.	Total de 3.064 solicitações processadas até junho/2025, conforme dados extraídos do Painel Retomada de Obras.

Fonte: DIGAP

Impedimentos ou (Desafios) Superados

Em 2021, deu-se início ao processo de implementação de diversos webservices, os quais ainda estão em andamento no exercício atual, com o objetivo de migrar informações do PAR para o Transferegov, em decorrência do Acordo de Cooperação firmado entre o Ministério da Educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

A implementação dos webservices ainda é considerada um desafio para a Autarquia, haja vista que muito embora o esforço dos envolvidos para finalizar a internalização dos Termos de Compromisso do PAR 4 no Transferegov, os trabalhos ainda não foram concluídos, conforme detalhado na imagem a seguir:

Situação da implementação dos webservices de migração das informações do PAR para o Transferegov



Fonte: Elaboração Própria CGPES/DIGAP – 08/07/2025

Outro obstáculo relevante foi enfrentado com a publicação da decisão da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 854/2024), pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A normativa impôs novos critérios para liberação dos recursos relativos às Emendas de Bancada (RP7), de Comissão (RP8) e de Relator-Geral (RP9), impactando diretamente na viabilidade de operacionalização e validação dos pagamentos. Em resposta, a Coordenação-Geral de Programas Especiais (CGPES), juntamente com as demais áreas técnicas da Autarquia, promoveu ações articuladas para adequação às exigências legais e regularização dos processos, viabilizando os repasses previstos.

Durante o primeiro semestre de 2025, a Coordenação-Geral de Infraestrutura Educacional (CGEST) também superou desafios significativos no que se refere à construção, ampliação e reforma de creches, escolas, quadras e coberturas. No âmbito do Pacto Nacional pela Retomada de Obras, das 3.748 edificações passíveis de repactuação, mais de 2.348 foram efetivamente repactuadas, demonstrando expressivo progresso. Paralelamente, a execução do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (NovoPAC), em parceria com a Caixa Econômica Federal, exigiu adaptação às novas condições contratuais, à retirada da cláusula suspensiva de obras e ao reforço da gestão de riscos. Este processo resultou em avanços substanciais na operacionalização das ações pactuadas.

No campo da estrutura interna, destaca-se a contratação de novos engenheiros e arquitetos temporários (CTUs) para análise e monitoramento de obras em todo o território nacional. Essa iniciativa representa um reforço estratégico na capacidade técnica da Autarquia, visando acelerar entregas, reduzir entraves e consolidar uma nova cultura de eficiência nas edificações educacionais, especialmente diante das demandas do Novo PAR, do Pacto e do NovoPAC.

Melhoria Contínua e a Inovação

Em 2025, tivemos avanços importantes na DIGAP, resultado do esforço coletivo para tornar nossa atuação mais eficiente e alinhada às necessidades da educação pública. Um dos destaques foi o avanço no Pacto Nacional pela Retomada de Obras, com mais de 1.300 aprovações. Também conseguimos, em parceria com a Caixa Econômica Federal, pactuar mais de 1.800 obras no âmbito do PAC, o que reforça nossa capacidade de articulação e entrega.

No campo do apoio pedagógico, aprovamos planejamentos e empenhamos recursos para ações de formação e aquisição de materiais no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, além de atender demandas oriundas de emendas parlamentares.

Outro ponto relevante foi o início do desenvolvimento do sistema do 5º ciclo do PAR (PAR 5), que trará mais integração e agilidade aos processos de planejamento educacional.

Em 2025, renovamos nosso compromisso com a educação pública brasileira, buscando aprimorar ainda mais nossos processos e ampliar os resultados alcançados. Seguimos confiantes de que, juntos, construiremos uma educação de qualidade para todos.

Essas iniciativas refletem o esforço contínuo da DIGAP em fortalecer a governança, promover a inovação institucional e ampliar os resultados entregues à sociedade, em consonância com os princípios da eficiência, transparência e equidade.

Expectativas ou Perspectivas para o 3º Trimestre de 2025

- Disponibilização do 5º ciclo do PAR em nova plataforma com novas funcionalidades para novo diagnóstico das redes educacionais dos entes federados;
- Início de obras no âmbito do projeto Unops;
- Inauguração de obras no âmbito do Pacto de Retomada;
- Elaboração do Termo de Referência para abertura de Registro de Preço Nacional para a construção de módulos escolares;
- Publicação do edital para contratação da empresa especializada para execução de obras civis destinadas à construção de escolas em comunidades indígenas situadas no Território Etnoeducacional do Alto Rio Negro, no Estado do Amazonas;
- Publicação do edital para abertura de Registro de Preço Nacional para futura e eventual contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de sondagem, levantamento topográfico, projeto de implantação e projeto de fundação.

Salário Educação

Objetivo:

Financiamento da educação básica, com redução da desigualdade entre as redes de ensino no âmbito de cada UF. Para saber mais sobre o Salário-Educação, [clique aqui](#).

Unidade Responsável:

Coordenação-Geral de Operacionalização do FUNDEB e de Acompanhamento e Distribuição de Arrecadação do Salário-Educação (CGFSE/DIGEF)

Legislação:

Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007;
Decreto nº 6.003, de 28 de dezembro de 2006;
Lei nº 10.832, de 29 de dezembro de 2003;
Lei nº 9.766 de 18 de dezembro de 1998; e
Lei nº 9.424 de 24 de dezembro de 1996.

Dados Orçamentários

Nome	Ação Orçamentária	Plano Interno
Transferência da Cota-Parte do Salário-Educação	0369	GFF10B9601N

Resultados Previstos e Alcançados:

A distribuição dos valores das quotas estaduais e municipais do Salário-Educação corresponde a 60% do total da arrecadação líquida da Contribuição do Salário-Educação (Decreto nº 6.003/2006, art. 3º). A arrecadação é apurada em âmbito nacional e distribuída a cada ente federado por coeficientes de distribuição, que representam a proporção de matrículas na educação básica de cada rede de Ensino municipal e estadual diante do total de matrículas do Brasil. As matrículas são apuradas no Censo Escolar do ano anterior ao de referência. Os coeficientes de distribuição do exercício 2025 foram divulgados por meio da Portaria nº 167, de 14 de fevereiro de 2025.

A distribuição ocorre em parcelas mensais e é realizada até o dia 20 do mês subsequente à disponibilização da arrecadação ao FNDE.

Considerando a parcela distribuída em janeiro de 2025, ainda referente ao exercício 2024, foram distribuídos R\$ 11,3 bilhões de quotas estaduais e municipais do Salário-Educação até junho de 2025.

Distribuição Mensal do Salário-Educação 2025	
Mês	Quotas Estaduais e Municipais do Salário-Educação
Janeiro	R\$ 2.868.927.813,53
Fevereiro	R\$ 1.683.474.732,17
Março	R\$ 1.680.255.346,24
Abril	R\$ 1.664.336.554,76
Maio	R\$ 1.660.434.377,65
Junho	R\$ 1.711.145.753,12
Total	R\$ 11.268.574.577,47

Desafios e Iniciativas

Desafio: Retificação da distribuição das quotas estaduais e municipais do Salário- Educação de 2018, 2019 e 2020, em atenção ao Acordão nº 2687/2021-TCU-Plenário.

Iniciativa: Desenvolvimento de Plano de Ação para cumprimento do subitem 9.2.3 do Acórdão 2.687/2021-TCU-Plenário, considerando os valores ajustados das quotas estaduais e municipais do Salário-Educação distribuídas entre 2018 e 2020 e, havendo equalizações a serem feitas para 2021, neste último também.

Objetivo: cumprimento do Acordão nº 2687/2021-TCU-Plenário e maior transparência nas regras de distribuição das quotas estaduais e municipais.

Situação: Em andamento.

Financiamento Estudantil (Fies)

Programa/Ação/Projeto: Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)

Objetivo: O Fies tem por objetivo democratizar o acesso ao ensino superior por meio do financiamento da graduação de estudantes matriculados em cursos presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação. É financiado até 100% do valor dos encargos educacionais cobrados pelas instituições de ensino com adesão ao Fundo, de acordo com a renda familiar mensal bruta do estudante e do comprometimento dessa renda com o pagamento da mensalidade.

Unidades responsáveis: Coordenação-Geral de Concessão e Controle do Financiamento Estudantil – CGFIN e Coordenação-Geral de Suporte Operacional ao Financiamento Estudantil – CGSUP

Legislação:

- 1.1. Lei nº 10.260 de 2001;
- 1.2. Portaria Normativa nº 1, de 2010;
- 1.3. Instrução Normativa ME nº 61, de 24 de junho de 2021;
- 1.4. Portaria nº 209, de 7 de março de 2018; e
- 1.5. Portaria Interministerial nº 177, de 08 de julho de 2004.

Dados Orçamentários

Ação	Descrição	Plano Interno
00IG	Concessão de financiamento a estudantes e empresas, destinado ao custeio de encargos educacionais cobrados de estudantes matriculados em cursos não gratuitos de graduação	MSS07G99RCN MSS07G99ADN MSS07G01FGN

Contratos Ativos

Fase do Financiamento	Quantidade de Contratos
Amortização (pagamento)	2.022.650
Carência	2.801
Utilização	213.570
Total	2.239.021

Fonte: Relatório Gerencial do Fies, Junho/2025

Metas de Desempenho

Meta 12: Objetivo 1: Aumentar a porcentagem de estudantes da Educação Superior em relação à população de 18 a 24 anos para 50%, a chamada taxa bruta de matrícula, até 2024.

Objetivo 2: Garantir que 33% dos jovens de 18 a 24 anos estejam na Educação Superior, até 2024, a chamada taxa líquida de matrícula.

Estratégia:

12.5) ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico- raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico;

12.6) expandir o financiamento estudantil por meio do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, com a constituição de fundo garantidor do financiamento, de forma a dispensar progressivamente a exigência de fiador;

12.20) ampliar, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES, de que trata a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e do Programa Universidade para Todos – PROUNI, de que trata a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou a distância, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Plano Plurianual (PPA)

Programa	Resultado Intermediário	Indicador	Meta 2025 (R\$)	Valor Apurado (R\$)
0902 - Operações Especiais: Financiamento s com retorno			LOA: 6.385.057.273,00	Total: 2.409.730.858,78

Fonte: Tesouro Gerencial

1- Previsão e Execução de Repasse Financeiro do Programa/Projeto/Ação em 2025. (se houver)

	1º Trimestre (R\$)	2º Trimestre (R\$)	3º Trimestre	4º Trimestre
Valor Previsto	1.596.264.318,25	1.596.264.318,25		
Valor Repassado	986.012.314,94	1.423.718.543,84		

Fonte: Tesouro Gerencial

2 - Ações previstas para o ano de 2025 (No que compete às atribuições realizadas no âmbito da CGSUP)

Atualizar o Plano Trienal de Vagas do Fies, que estabelece a indicação da quantidade de vagas para oferta de novos contratos nos processos seletivos do Fies.

3 - Ações realizadas no ano (No que compete às atribuições realizadas no âmbito da CGSUP)

Execução de encargos educacionais, como a emissão, repasse, recompra e resgate de títulos CFT-E, repasse a título de Comissão de Concessão de Garantia (CCG) ao FGEDUC, pagamento da taxa de administração aos agentes financeiros e pagamento de bloqueios judiciais, conforme a legislação aplicável.

4 - Dificuldades/Obstáculos/Justificativa para ações previstas e não realizadas (No que compete às atribuições realizadas no âmbito da CGSUP)

Até o momento, não se apresenta nenhuma dificuldade ou obstáculo quanto aos objetivos, sob a ótica orçamentária e financeira.

Programa/Ação/Projeto: 20RZ – Administração do Financiamento Estudantil – FIES

Objetivo: Contratação e administração das operações de crédito concedidas no âmbito do FIES, como também atender aos pagamentos do recolhimento de PASEP do Fies.

Unidade responsável: COFIN/CGSUP/DIGEF

Legislação: Lei nº 10.260/2001 e Lei nº 8.666/1993

Dados Orçamentários

Ação	Descrição	Plano Interno
20RZ	Pagamento de taxa de administração referente a serviços de agente financeiro prestados ao FIES por instituições financeiras contratadas pelo FNDE, visando a contratação e administração das operações de crédito concedidas no âmbito do FIES, incluindo indenizações de despesas com atuação em ações judiciais oriundas de processos que tenham por objeto atribuições exclusivas do FNDE. Também atende aos pagamentos do recolhimento de PASEP do Fies.	MSS07G01TXN VFF37N0110N

Metas de Desempenho

Meta: Realizar a administração das operações de crédito concedidas no âmbito do FIES, no que tange os contratos do Fies em fase de utilização, carência e amortização.

Também gerir os pagamentos do PASEP relativo ao Fies.

Estratégia: Toda a gestão de administração das operações de crédito dos ativos e passivos do Fies são cobertos pelos contratos administrativos nº 450 e 451/2022, celebrados com os agentes financeiros Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, respectivamente.

Quanto aos pagamentos do PASEP, essa gestão é realizada pela DIFIN.

Plano Plurianual (PPA)

Programa	Resultado Intermediário	Indicador	Meta 2025 (R\$)	Valor Apurado (R\$)
5013 – Educação Superior – Graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão			LOA: 372.515.958,00	Total: 135.676.428,95

Fonte: Tesouro Gerencial

1- Previsão e Execução de Repasse Financeiro do Programa/Projeto/Ação em 2025. (se houver)

Usar a tabela abaixo para identificar os valores repassados pelos programa/projeto/ação. Avaliar se é melhor identificar mensal, trimestral ou semestral, a depender do programa.

Até o momento, não se apresenta nenhuma dificuldade ou obstáculo quanto aos objetivos, sob a ótica orçamentária e financeira.

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Valor Previsto	R\$ 31.454.095,66	R\$ 93.128.989,50		
Valor Repassado	R\$ 34.589.122,65	R\$ 101.087.306,30		

Fonte: Tesouro Gerencial

2- Ações previstas para o ano de 2025 (Resultado Físico):

A referida ação orçamentária executa a administração dos ativos e passivos do Fies, como base de dados dos certificados de títulos do programa e demais operações de crédito relativo aos contratos de financiamentos concedidos.

Por se tratar de contratos administrativos, almeja-se a gestão eficiente de toda a carteira do Fies. Não se vislumbra ações específicas para o ano de 2025.

3- Ações realizadas no ano:

Trata-se da gestão dos contratos nº 450/2022 e 451/2022, além do acompanhamento e pagamento dos recolhimentos do PASEP relativos ao programa.

4- Dificuldades/Obstáculos/Justificativa para ações previstas e não realizadas:

Observa-se que a dotação orçamentária prevista na LOA será insuficiente para a execução da ação no exercício, havendo necessidade de suplementação orçamentária.

Programa/Ação/Projeto: 00M2 – Integralização de cotas em Fundos de Garantia de Operações de Crédito Educativo

Objetivo: Descentralização de recursos a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Economia, com vistas à integralização de cotas no Fundo Garantidor do FIES (FG-Fies), que tem por objetivo garantir o risco de crédito nas contratações de financiamento dos estudantes do Fies, nos termos do disposto no art. 6º-G da Lei nº 10.260, de 12.7.2001, com a redação dada pela Lei nº 13.530, de 7.12.17.

Unidade responsável: COFIN/CGSUP/DIGEF

Legislação: Lei nº 10.260/2001 e Lei nº 13.530/2017.

Dados Orçamentários

Ação	Descrição	Plano Interno
00M2	Repasso de recursos da União por meio da integralização de cotas nos fundos garantidores de risco em operações de crédito educativo realizadas no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), na forma prevista nos estatutos dos respectivos fundos.	MSS07G01CXN

Metas de Desempenho

Meta: Garantir o risco de crédito nas contratações de financiamento dos estudantes do Fies, bem como zelar pelo equilíbrio entre os ativos do FG- Fies e as garantias prestadas pelo Fundo.

Estratégia: Realizar o aporte/descentralização de R\$ 774,4 milhões para a administradora do Fundo Garantidor do Fies – FG-Fies, sendo R\$ 600 milhões do orçamento disponibilizado para o 1º semestre objetivando atender 67.301 vagas. Para o segundo semestre, o restante do aporte no montante de R\$ 174,4 milhões será destinado para o atendimento de 44.867 vagas, totalizando a execução do orçamento anual.

Plano Plurianual (PPA)

Programa	Resultado Intermediário	Indicador	Meta 2025 (R\$)	Valor Apurado (R\$)
0909 – Operações Especiais: Outros encargos especiais			LOA: 600.000.000,00	Total: 600.000.000,00

Fonte: Tesouro Gerencial

2- Ações previstas para o ano de 2025 (Resultado Físico):

Execução total do orçamento visando a integralização de cotas do FG-Fies pela União nos termos do disposto no art. 6º-G da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, incluído pela Lei nº 13.530, de 7 de dezembro de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.024, de 9 de julho de 2020, in verbis:

Art. 6º-G Fica a União autorizada a participar, no limite global de até R\$ 4.500.000.000,00 (quatro bilhões e quinhentos milhões de reais), de fundo de natureza privada, denominado Fundo Garantidor do Fies (FG-Fies), que tem por função garantir o crédito do Fies.

O Comitê Gestor do Fies (CG-Fies), por meio da Resolução CG-Fies nº 61, de 30 de dezembro de 2024, que dispõe sobre o Plano Trienal para o período de 2025 a 2027 e o quantitativo de vagas dos contratos de financiamento no âmbito do Fies, aprovou o quantitativo de 112.168 vagas para 2025, com o aporte ao FG-Fies de R\$ 600.000.000,00 ((seiscentos milhões de reais) no primeiro semestre, e de R\$ 174.400.000,00 (cento e setenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais) no segundo semestre, provenientes do orçamento do Ministério da Educação (MEC), conforme segue:

Art. 2º Fica estabelecida a quantidade de cento e doze mil, cento e sessenta e oito vagas para o exercício de 2025, primeiro ano do Plano Trienal, condicionada ao aporte de R\$ 774.400.000,00 (setecentos e setenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais) no Fundo Garantidor do Fies – FG-Fies, provenientes do orçamento do Ministério da Educação, sendo R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) do orçamento disponibilizado para o 1º semestre, objetivando atender sessenta e sete mil trezentos e uma vagas, e R\$ 174.400.000,00 (cento e setenta e quatro milhões e quatrocentos mil reais) para o 2º semestre, para o atendimento de quarenta e quatro mil oitocentos e sessenta e sete vagas.

Dessa forma, visando dar suporte às contratações durante o exercício de 2025 e aos aditamentos semestrais previstos para o presente exercício, bem como zelar pelo equilíbrio entre os ativos do FG-Fies e as garantias prestadas pelo Fundo, urge a necessidade de integralização de cotas pela União ao Fundo, sob pena de comprometer a sustentabilidade do programa.

3- Ações realizadas no ano:

Parte da integralização das cotas ao fundo garantidor foi realizada no primeiro semestre do ano, no valor de R\$ 600 milhões.

A outra parte, no valor de R\$ 174,4 milhões, será liquidada no terceiro trimestre.

4- Dificuldades/Obstáculos/Justificativa para ações previstas e não realizadas:

Até o presente momento, não consta na dotação orçamentária o valor de R\$ 174,4 milhões para o pagamento a ser executado no segundo semestre, havendo necessidade de suplementação orçamentária.

Programa/Ação/Projeto: 00QH – Concessão de bolsas no âmbito do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies).

Objetivo: O PROIES foi instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e tem como objetivo assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais.

Unidade responsável: COFIN/CGSUP/DIGEF

Legislação: Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012 e Portaria Interministerial MF/MEC nº 376, de 18 de setembro de 2014.

Dados Orçamentários

Ação	Descrição	Plano Interno
00QH	<p>O Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior:</p> <ul style="list-style-type: none">- Proies visa assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de Instituições de Ensino Superior;- IES não gratuitos integrantes do sistema de ensino federal. As mantenedoras que tiverem o parcelamento das dívidas deferidos pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), poderão proceder ao pagamento de até 90% (noventa por cento) do valor das prestações mensais mediante a utilização de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional em contrapartida à oferta de bolsas Proies integrais concedidas em cursos de graduação presenciais com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.	MFS04G99PRN

Meta de Desempenho

Meta: Assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais.

Estratégia: Emissão e resgate de certificados do Tesouro Nacional para dar suporte às instituições de ensino superior com adesão ao programa, visando sua quitação tributária.

Plano Plurianual (PPA)

Programa	Resultado Intermediário	Indicador	Meta 2025 (R\$)	Valor Apurado (R\$)
5013 - Educação Superior - Graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão			LOA: 135.636.544,00	Total: 68.583.000,77

Fonte: Tesouro Gerencial

1 – Previsão e Execução de Repasse Financeiro do Programa/Projeto/Ação em 2025. (se houver)

Usar a tabela abaixo para identificar os valores repassados pelos programa/projeto/ação. Avaliar se é melhor identificar mensal, trimestral ou semestral, a depender do programa.

	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Valor Previsto	R\$ 22.606.090,67	R\$ 33.909.136,00		
Valor Repassado	R\$ 27.293.664,92	R\$ 41.289.335,85		

Fonte: Tesouro Gerencial

2- Ações previstas para o ano de 2025 (Resultado Físico):

A referida ação orçamentária executa o suporte à emissão e resgate de Certificados Financeiros do Tesouro – série B (CFT-B) em favor das entidades mantenedoras de instituições de ensino superior optantes pelo Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (PROIES), objetivando assegurar condições para a continuidade das atividades de entidades mantenedoras de instituições de ensino superior integrantes do sistema de ensino federal, por meio da aprovação de plano de recuperação tributária e da concessão de moratória de dívidas tributárias federais.

Por se tratar de gestão de programa no que tange a administração de emissão e resgate de ativos, visando a quitação tributária por parte das mantenedoras, como ações específicas para o ano de 2025, vislumbra-se a gestão eficiente de seu objeto e a aprimoração do sistema operacional.

3- Ações realizadas no ano:

Emissão e resgate de títulos públicos, objetivando a quitação tributária por parte das instituições de ensino superior com adesão ao Proies, com o intuito de fortalecer a saúde fiscal.

4- Dificuldades/Obstáculos/Justificativa para ações previstas e não realizadas:

Observa-se que a dotação orçamentária prevista na LOA será insuficiente para a execução da ação no exercício, havendo necessidade de suplementação orçamentária.

Bolsas e Auxílios

A Divisão de Pagamento de Bolsas e Auxílios (DIPBA) é uma unidade administrativa essencial no gerenciamento de recursos financeiros destinados a estudantes e beneficiários de programas de apoio.

A DIPBA tem como principais responsabilidades:

- Autorizar, processar e monitorar os pagamentos de bolsas de estudo e auxílios financeiros;
- Garantir a pontualidade e a precisão nos repasses, assegurando que os valores sejam pagos corretamente e dentro dos prazos estabelecidos;
- Gerenciar os dados dos beneficiários, mantendo registros atualizados e seguros;
- Atuar na resolução de problemas relacionados a pagamentos, prestando suporte técnico e administrativo quando necessário.

Seu papel é fundamental para assegurar que os recursos cheguem de forma eficiente e transparente aos seus destinatários, contribuindo para a permanência e o sucesso dos estudantes nas instituições de ensino.

Ação	Descrição	Plano Interno
0000	Concessão de Bolsas de Apoio à Educação Básica	BFB65F19EFN CFJ40B1902T CFJ40B1903Q EFB62B56CAN GFF35B5601N QFJ37B5600D QFJ38B5600A QFJ38B5602A QFJ39B5600E
0A12	Concessão de Bolsa Permanência no Ensino Superior	MSS02G230IR

20GK	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	MSS05GI900N MSS05GI901N
20RH	Gerenciamento das Políticas de Educação	BFF57B54AEN GFB24B5401N VFF57N54AEN
20RQ	Produção, Aquisição e Distribuição de Livros e Materiais Didáticos e Pedagógicos para Educação Básica	GFF13B54AEN
0509	Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica	GBB08B54AEN
00PH	Educação de Jovens e Adultos	HFJ41B1900J HFJ41B1901J IFJ42B1900J IFJ42B1902J

Entregas em 2025 – Resultados do 2º Trimestre

No segundo trimestre de 2025, a DIPBA executou o pagamento de R\$ 150.367.455,00 em bolsas, beneficiando 48.475 bolsistas, por meio de 127.415 bolsas concedidas em diversos programas. Esses resultados refletem o compromisso da divisão com a eficiência na gestão dos recursos e o apoio à permanência e formação de estudantes em todo o país.

Programa	Qtd. Bolsistas	Qtd. Bolsas	Valor Pago
BOLSA PERMANENCIA	16.995	46.212	R\$ 64.687.000,00
ESCOLA DA TERRA	235	483	R\$ 383.230,00
FORMAÇÃO CONTINUADA SECADI	1.043	2.892	R\$ 2.928.120,00
FORMAÇÃO PELA ESCOLA	194	272	R\$ 225.400,00
PACTO EJA	1.905	5.435	R\$ 6.522.000,00
PET-ALUNO	10.018	28.153	R\$ 19.707.100,00

PET-TUTOR	896	2.634	R\$ 8.148.400,00
PNEERQ – ETNICO RACIAL	1.356	3.851	R\$ 4.621.200,00
RENALFA	7.396	22.929	R\$ 29.419.200,00
RENAPEA	50	239	R\$ 286.800,00
RENAPETI	50	238	R\$ 285.600,00
SABERES INDÍGENAS NA ESCOLA	4.362	4.629	R\$ 1.815.805,00
SBA	3.975	9.448	R\$ 11.337.600,00
TOTAL	48.475	127.415	R\$ 150.367.455,00

Fonte: Sistema de Relatórios (SISREL).

A título de Auxílio de Avaliação Educacional (AAE), no segundo trimestre de 2025, foram pagos R\$ 7.389.240,03, conforme detalhamento por unidade solicitante:

Secretaria ou Diretoria Solicitante	Valor pago
DIGAP/FNDE	R\$ 467.200,00
DIRAE/FNDE	R\$ 450.800,00
DIGEF/FNDE	R\$ 24.000,00
SEB/MEC	R\$ 6.447.240,03
TOTAL	R\$ 7.389.240,03

Fonte: Sistema de Pagamento de Auxílios Educacionais (SPAЕ).

Ações previstas para o ano de 2025:

Para o ano de 2025, a Divisão de Pagamento de Bolsas e Auxílios (DIPBA) dará continuidade à execução dos pagamentos de bolsas e auxílios, conforme estabelecido em sua competência regimental. As ações previstas incluem o processamento regular dos repasses financeiros, o acompanhamento dos beneficiários e a manutenção da eficiência e transparência nos procedimentos administrativos.

Programas Suplementares

A Coordenação de Transferências Diretas (COTDI) é uma unidade administrativa responsável pelo gerenciamento das ações necessárias ao processamento das transferências de recursos aos entes federativos, no âmbito dos programas educacionais suplementares.

A COTDI tem como principais responsabilidades:

- Coordenar e executar os procedimentos necessários para processar as transferências de recursos das ações e programas educacionais acompanhados pela área;
- Acompanhar e controlar a disponibilidade orçamentária e subsidiar a programação financeira da Autarquia, com base em previsões e autorizações de desembolso recebidas dos gestores dos programas;
- Elaborar documentos técnicos relacionados a fiscalizações, ações judiciais e projetos de lei envolvendo a execução das ações e programas educacionais relacionados às transferências diretas.

Seu papel é fundamental para assegurar que os recursos cheguem de forma eficiente e transparente aos entes federativos, contribuindo para o fortalecimento da educação pública de qualidade.

Dados Orçamentários

Ação	Descrição	Plano Interno
00VI	0002 Fomento à Ampliação de Matrículas em Tempo Integral	FFB63B19TII
00OW	PO 0000 - Apoio à manutenção de novas matrículas em novas turmas de educação infantil	AFB15I9602N
00OW	PO 0000 - Apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil	AFB15I9601N
21B4	PO 0002 – Fomento a matrículas em cursos de Educação Profissional e Tecnológica	LFP07P1902N
21B4	PO 0002 Pronatec – Ensino médio em tempo integral (EM-EPT)	LFP07P1916N
21B4	PO 0008 – Pronatec Mulheres Mil	LFP07P1909N

21B4	0002 – Pronatec Pronasci	LFP07M1918N
214V	PO – Apoio à Alfabetização, à Elevação da Escolaridade e à Integração à Qualificação Profissional na Educação de Jovens e Adultos - Projovem Urbano e Campo.	HFJ42B1903J HFJ42B1904J
0509	PO 0002 Apoio ao Desenvolvimento do Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI	FFB49M9601N FFB49M9602N

Entregas em 2025 – Resultados do 1º Trimestre

No primeiro trimestre de 2025, a COTDI executou o pagamento de R\$ 10.796.818,30 (dez milhões, setecentos e noventa e seis mil oitocentos e dezoito reais e trinta centavos) para os programas abaixo:

PROGRAMA	MÊS PAGAMENTO	VALORES PAGOS
PRONATEC – NOVO ENSINO MÉDIO	fev./2025	7.475.000,00
PRONATEC MULHERES MIL TRANSF. ESTADO/MUNICÍP.	fev./2025	468.800
EDUCAÇÃO INFANTIL - NOVAS TURMAS	fev./2025	901.018,30
TOTAL FEVEREIRO: 8.844.818,30		
PRONATEC – PRONASCI	mar./2025	800.000,00
PRONATEC – NOVO ENSINO MÉDIO	mar./2025	1.152.000,00
TOTAL MARÇO: 1.952.000,00		

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGEF).

Entregas em 2025 – Resultados do 2º Trimestre

No segundo trimestre de 2025, a COTDI executou o pagamento de R\$ 26.884.000,00 (vinte e seis milhões oitocentos e oitenta e quatro mil reais e zero centavos) para o programa abaixo:

Programa	Mês emissão	Valores pagos
Pronatec - Novo ensino médio	mai/25	R\$ 26.884.000,00

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGEF)

Em 2024, foi realizado o pagamento no valor de R\$ 2.810.321.602,71 (dois bilhões, oitocentos e dez milhões, trezentos e vinte e um mil seiscentos e dois reais e setenta e um centavos) para esses programas no âmbito da COTDI:

Programas	Valor Pago
Fomento à Ampliação de Matrículas em Tempo Integral	R\$ 2.406.780.665,57
Apoio à manutenção de novas matrículas em novas turmas da educação infantil	R\$ 262.884.272,65
Apoio à manutenção de novas matrículas em novos estabelecimentos públicos de educação infantil	R\$ 17.733.938,00
Fomento ao Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI	R\$ 98.346.869,66
Pronatec – Qualifica Mais	R\$ 64.000,00
Pronatec TD – Bioeconomia	R\$ 1.603.376,53
Pronatec – Mulheres Mil	R\$ 22.908.480,00
TOTAL	R\$ 2.810.321.602,71

Fonte: Sistema Integrado de Gestão Financeira (SIGEF).

Ações previstas para o ano de 2025:

Para o ano de 2025, a Coordenação de Transferências Diretas (COTDI) dará continuidade à execução das transferências diretas, conforme estabelecido em sua competência regimental. As ações previstas incluem o processamento regular dos repasses financeiros, o acompanhamento da execução pelos entes e a manutenção da eficiência e transparência nos procedimentos administrativos.

Rol de Responsáveis

Em consonância com a Instrução Normativa TCU nº 84/2020, o rol de responsáveis do FNDE é composto pelo dirigente máximo da Autarquia, diretores e os responsáveis pelos atos de gestão que afetam o alcance dos objetivos estratégicos, observando a legalidade, economicidade, eficiência ou eficácia da gestão da Autarquia. Para ter acesso ao rol de responsável do FNDE, clique aqui.



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

